

Cada tecto é pintalgado de quadros alegóricos pèssimamente executados, carregados de ornamentação doirada, que lembra a das vistosas taboletas que fazem o orgulho dos antiquados lojistas da *City* em Londres.» (1).

(1) Como não tenho o original inglês, sirvo-me da tradução francesa que vem no jornal *L'Abeille*, T. II, pág. 20.

*

Há que reabilitar este «mesquinho negociante de coiro», como lhe chama Beckford, e para isso, transcrevemos a carta que nos escreveu há anos um seu descendente, o falecido Paulo Benjamim Ferreira, que era da progénie do honrado negociante lisboeta, tão mal tratado por Beckford:

«João Ferreira parece que não era «negociante de solla a retalho» e muito menos sapateiro, como lhe chama Wolkmar Machado nas suas Memórias (1.^a ed. pags. 149), pois na sua habilitação para Familiar do Santo Offício (Setembro de 1770 — Maço 142 — Deligência N.º 2.142) nomeia-o contractador de couros e sollas, isto é 17 anos antes da data da carta de Beckford.

De sociedade com seu irmão Antonio José Ferreira e com a protecção do Arcebispo de Thessalónica, obteve rendosos contractos, entre os quaes o do fornecimento de todo o correame para o exercito e é a partir d'essa época que esta família passa a ser conhecida por Ferreira Solla. Outro rendoso contracto foi o dos contrabandos e a ele se refere Oliveira Martins no 2.º vol. da Historia de Portugal.

Em variados e importantes negócios foram os dois irmãos sócios de Joaquim Pedro Quintella, Jacintho Fernandes Bandeira, Anselmo José da Cruz, como se pôde vêr pelas referencias que lhes faz Raton nas suas Memórias, a paginas 268, 271 e 347 da 1.^a edição.

A casa que João Ferreira mandou construir e que foi visitada por Lord Beckford, era na antiga Rua das Portas

*

Aí por baixo do prédio contíguo foi o celebér-rimo botequim Marrare, de que já falei noutro livro.

Marrare, italiano não sei de onde, veio para Portugal como copeiro da Casa de Nisa, se não me engano. Já na *Gazeta* de 1813 ele põe um anúncio relativo ao mister (¹).

de S.^{ta} Catharina, no local onde hoje está o prédio em cajo 1.^o andar se acha installado o Turf Club.

Tinha o palácio de frente 130 palmos, com um largo portão central para accesso da habitação e trez outros de cada lado das cocheiras, cavallariças e arrecadações. Por cima d'estes portais alinhavam-se sete mezzaninos, que faziam realçar o andar nobre com igual número de janelas, de largas e bem trabalhadas varandas salientes e sobre estas corriam outras tantas janelas baixas. Os tectos das salas, que Beckford, difficil de contentar, diz que eram «mediocrementemente executados», foram pintados por Francisco de Setubal com a colaboração de Domingos Antonio de Sequeira, Jerónimo de Andrade, Francisco Gomes e outros, conforme dá conta Wolkmar Machado nas suas *Memorias* a paginas 126, 149 e 295 da 1.^a edição.

Por morte de João Ferreira (16 de Abril de 1788) passou a propriedade para seu irmão Antonio José Ferreira Solla e no inventário é-lhe attribuido o valor de 24 contos de reis e, coincidência curiosa, foi por esta mesma quantia que em 1801 avaliaram a casa nobre dos Quintellas na Rua do Alecrim.

António José Ferreira foi digno continuador da obra de seu irmão, firmando outros contractos lucrativos

(¹) N.^o 27, de 2 de Fevereiro de 1813.

Até 1818 estava estabelecido, com loja de vinhos engarrafados, no largo de S. Carlos n.º 4. Nesse ano mudou para o *Chiado* (rua das Portas de Santa Caterina) n.º 33, e abriu em 2 de Maio⁽¹⁾. Dois anos depois tornou a mudar-se para o n.º 25 da mesma rua⁽²⁾.

e a par d'isso prestou revelantes serviços ao Estado, taes como:

— Forneceu desinteressadamente, durante muitos annos, o Arsenal Real do Exercito, de grande parte dos géneros precisos para o seu consumo.

— Fez subir o contracto do paço Brazil a preço mais elevado d'aquelle em que era cotado em 1784.

— Administrou durante algum tempo com Paulo Jorge o contracto dos Diamantes, sem receber qualquer remuneração.

— Aumentou consideravelmente o preço dos Contractos do Paço da Madeira, Pescado secco, Frutas e Portagem da cidade de Lisboa, obrigando-se tambem a edificar uma casa para servir de Alfandega e armazenar a madeira e outra identica para o bacalhão.

— Quando se montou a Fabrica da Pólvora, a Real Fazenda teve um grande excesso de produção e Antonio José Ferreira, a rogo do secretario de estado Martinho de Mello e Castro, prestou-se à sua colocação, tendo até ao anno de 1790 comprado e pago o valor de Reis 73.037\$200.

— No anno de 1789 houve em Lisboa uma grande falta de trigo e o Marquez de Ponte de Lima, então Mordomo-Mór, encarregou-o de suprir essa falta mandando vir de sua conta, da America do Sul, uma quantilidade avultada de barricas de farinha.

— Em 1793 houve outra falta de trigo e de novo tornou a mandar vir alguns carregamentos d'este cereal, tendo

⁽¹⁾ *Gazeta* — n.º 103, de 2 de Maio de 1818.

⁽²⁾ *Gazeta* — n.º 7, de 8 de Janeiro de 1820.



Contudo, a pesar da sua fama, que poucas celebridades politicas e literárias igualaram, não podia blazonar-se de ter a loja mais antiga da rua.

tido um grande prejaizo em virtude do tempo que os navios estiveram retidos em Inglaterra por não poderem ser comboiados.

— Quando por ordem regia se mandou fazer a obra no Cais de Santarem foi à sua custa que correram as despesas, ficando durante muito tempo desembolsado.

— Forneceu durante muitos annos toda a fazenda para o fardamento do exército, sendo o pagamento feito em papel moeda, emquanto que ele fazia as suas liquidações em dinheiro metalico, resultando d'ahi perdas importantes.

— Adeantou, sem receber qualquer remuneração, todo o capital necessário para a fundação da Fabrica do Papel Selado, sendo ainda ele quem pagou as primeiras aquisições de papel, toda a despesa feita com as maquinas, bem como satisfez durante muito tempo as férias aos operários.

— Desembolsou anualmente 20 contos de reis a favor da Junta da Real Fazenda, em Pernambuco, para o corte do pau Brazil e tambem durante largo tempo adeantou todo o dinheiro necessario para o pagamento da tropa.

— Em 1795 e 1797 emprestou ao Real Erário, sem qualquer beneficio, respectivamente vinte e cincoenta contos de reis.

— Deu crédito para se fazerem os fornecimentos à esquadra commandada pelo Marquez de Niza.

— Fez diversos empréstimos particulares, por ordem régia, taes como ao Marquez de Alegrete quatro mil cruzados e ao Marquez de Alorna quinze mil cruzados de uma vez e d'outra 132 contos de reis.

Outros muitos serviços prestou ao país e de todos dá conta datalhadamente n'uma representação que em 15 de Maio de 1801 dirigiu ao Principe Regente e como prémio

«Até 1861 — diz o sr. Pinto de Carvalho (*Tinop*) no seu curiosíssimo livro *Lisboa de outros tempos* — a loja mais antiga do *Chiado* era a do baúleiro Rodrigues, estabelecido na porta n.º 26, agora pertencente à Casa Havaneza. O prédio que torneja

das «muito importantes e dispendiosas commissões de que fôra encarregado» recebeu o fôro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, por alvará de 12 de Julho de 1801 e n'esse mesmo anno foi agraciado com o titulo de Alcaide-mór da Villa do Barreiro e com as commendas das ordens de Christo e de Sant'Iago. Já em 20 de Junho de 1788 tinha sido feito Familiar do Santo Officio.

Foi tambem um dos fundadores do Real Theatro de S. Carlos.

No opúsculo de Ignacio de Soasa e Menezes que tem por titulo «Memorias Historicas dos Applausos, com que a Côte e a cidade de Lisboa celebrou o Nascimento, e Baptismo da Serenissima Senhora Princesa da Beira»—Lx.ª 1793, dá conta a paginas 73 e seguintes, das ornamentações e luminárias com que António José Ferreira decorou a frontaria do seu palacio do Chiado, assim como da festa religiosa em acção de graças que fez celebrar na egreja de S. Bento da Saude.

A 8 de Janeiro de 1807 faleceu, solteiro, instituindo por universal herdeiro seu sobrinho Francisco António Ferreira que por decreto de 4 de Fevereiro de 1807, foi legitimado, qualificado e habilitado para a gerencia de «uma tão grande casa».

Quando em Dezembro de 1807 se nomeou a commissão de negociantes que devia cobrar e responsabilisar-se pela quantia de 2 milhões de cruzados que Junot impoz, a titulo de empréstimo, à cidade de Lisboa, foi eleito membro da referida commissão Francisco António Ferreira, «cuja casa se escolheu para as conferencias e recepção do dinheiro, por ser a mais central» e a parte que teve de desembolsar foi de 16 contos de reis (Ratton, pags. 355 e 356 e «Obser-

para a rua *Nova da Trindade* (antiga travessa do *Secretário de Guerra*) foi comprado por António de Oliveira Guimarães, o qual intimou ordem de despejo aos inquilinos porque desejava restaurá-lo.»

vador Portuguez, Historico, e Politico de Lisboa» a pags. 89 e seguintes).

A exemplo de seu tio, varios foram os importantes serviços que prestou ao paiz, tendo sido tambem agraciado com os titulos de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Alcaide-mór da Villa do Barreiro e Commendador das Ordens de Christo e Sant'Iago.

Foi nomeado Deputado da Junta da Direcção Geral dos Provimientos de Bocca para o Exército, prestando-se repetidas vezes a empréstimos de dinheiro e géneros para socorro ao exército.

Fez parte da comissão para o Resgate dos Portuguezes em Argel, desempenhando as funções de Caixa e Claviculario.

Durante os annos de 1832 e 33 pôz à disposição da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, o seu barco a vapor «Sutil».

A 27 de Agosto de 1841, faleceu na sua casa do Campo Pequeno, que pertencera ao Barão de Sobral e em 1843 foi adquirida pela familia Vianna. (Tinop — Lisboa de Outrora — 3.º vol. pags. 140 e 141).

Foi a sua filha D. Carlota Augusta Ferreira, que casou com D. Francisco de Assis de Almeida, filho dos Condes de Oliveira dos Arcos, a quem coube em partilhas, entre os seus irmãos, a propriedade do Chiado e no dia 14 de Novembro de 1889 ás 5 horas e 20 minutos da tarde, uma explosão de gaz redazia a um montão de ruinas a mais luxuosa e opulenta casa d'aquella rua.

Os jornaes «Século», «Diário de Notícias», «Correio da Noite», «Tempo» e especialmente o «Dia», relatam pormenorizadamente o sinistro.» (*Nota de M. S.*).

Depois explica este incansável e sagaz rebuscador:

«Antes do terremoto, segundo consta de escrituras, não existiam grandes prédios naquele sítio, e algumas habitações eram apenas barracas. Veio do Brasil um certo António Simões da Costa, que morreu aí por 1831 com mais de um século de idade, e chegou talvez no próprio ano da catástrofe, levantou o prédio que aí existe, e comprou, ou ele mesmo estabeleceu, a loja de baúleiro. Supõe-se todavia que a comprara. De António Simões passou a loja para o Rodrigues, que já contava mais de 80 anos, podendo portanto afirmar-se que aquele estabelecimento era não só o mais antigo do *Chado*, mas de Lisboa, visto que ali permaneceu ininterruptamente durante 105 anos.»⁽¹⁾

O Império de Napoleão não viveu isso.

Diga-me o leitor, se não acha que o citado escritor prestasse grande serviço com a sua obra, tão noticiosa, tão autêntica! Minúcias conservou ele, que daqui a cem ou duzentos anos hão-de valer como alta história. Oxalá o gosto público o tivesse animado!

Continuaremos.

*

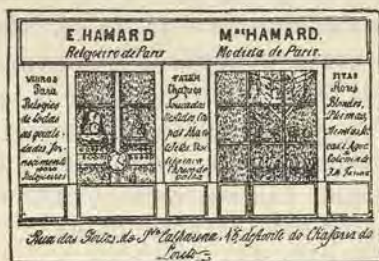
Outra antiga loja me consta, exactamente pelo mesmo sítio; é a de *Monsieur et Madame Hamard*, rua das portas de Santa Caterina n.º 18, defronte

(1) Tinop — *Lisboa de outros tempos* — T. II, pág. 292.

do *chafariz do Loreto*; êle era relojoeiro, ela modista. As duas portas desenhadas no bilhete que possuo, e reproduzo aqui, têm já o cunho da loja parisiense, que até há umas dezenas de anos era novidade na Lisboa dos navegadores.

Oxalá outros coleccionadores, outros inúteis, outros maniacos, outros desorientados, como eu, nos tivessem conservado o aspecto dos

armazéns de mercador, ante os quais passava, e ia falando a uns, sorrindo a outros, el-Rei D. João II! o aspecto das tendas luxuosas da rua Nova no reinado manuelino, deslumbrantes de louças, sêdas,



Vidraças da frente de uma antiga loja
francesa no Chiado

armas orientais! a feição das opulentas baiúcas da ourivesaria, ante as quais divagaram tanta vez Ribeiro Chiado, Camões, Nicolau de Altero! o rosto exacto das estalagens inhóspitas do Borratém ou da Ribeira Velha, em dias dos tunantes companheiros de el-Rei D. Afonso VI! a aparência, enfim, do botequim pombalino, onde libaram e se entretiveram os cidadãos do tempo do rabicho, e onde riram, discutiram, e poetaram, um Garção, um Bocage, um Tolentino!

Voltando ao que vinhamos dizendo: o estabelecimento dos esposos Hamard fazia já uma certa

figura mais decente; a maior parte das casas de venda e dos armazéns da Capital eram medonhos. Observando as lojas da Baixa em 1796, escrevia o viajante francês mil vezes citado aqui:

«Faz pena ver o sitio mais belo de Lisboa entregue a mercadores, cujas lojas, sombrias, com pouco pé direito, e desataviadas de adornos, não têm a elegância, o brilho, a *mostra* que alardeiam nas grandes cidades» (1).

*

Foi em 1834, segundo ouvi a várias pessoas, que a loja lisbonense entrou a civilizar-se; e o architecto que deu a estes pousos do pequeno comércio uma feição mais parisiense, chamou-se Possidónio da Silva. Com o seu lápis gracioso e estrangeirado entrou a pouco e pouco transformando as armações arcaicas, os balcões pré-históricos, pondo vidraças grandes, rasgando mostradores; e o exemplo poudo o que pode sempre quando é bom e oportuno. O Loreto deu o almiré, e era (não há negá-lo), até há poucos anos, um espécimen de cidade moderna escravado numa povoação vetusta.

(1) «On voit avec peine le plus beau quartier de Lisbonne livré à des marchands, dont les boutiques, basses, sombres, sans ornements, sans décorations, n'ont ni la beauté, ni le brillant, ni l'étalage, qu'elles présentent dans la plupart des grandes villes». Pág. 23.

*

Muitos estabelecimentos comerciais com grande fama na rua *das Portas de Santa Caterina*, em tempo de nossos pais e avós, desapareceram, quebraram, deixaram o lugar a sucessores. Outros arderam, mas renasceram das suas cinzas. Exemplo:

O *Grande Bazar* dos srs. Barelles, n.^{os} 66 e 68 desta rua célebre, foi destruído pelo incêndio do palácio a 14 de Novembro de 1889. Dezasseis pessoas ameaçadas de horrorosa morte, no meio daquelle Vesúvio em chamas, conseguiram salvar-se. Os honrados comerciantes não desanimaram; dando graças à Providência Divina tornaram a estabelecer-se, e no sábado 25 de Abril de 1891 inauguraram a sua nova casa com uma bonita festa de caridade, vendendo ao público três mil prendas, cujo produto dividiram entre o Asilo dos céguinhos, o Hospital infantil da Senhora da Saude, e a Escola Caridade da freguezia da Encarnação.

Quem ali passar, recorde em espirito esse acto de beneficência, e saiba que não é só a frivolidade que floresce no Chiado.

Que nome escrevi eu! o CHIADO!! Até certo tempo foi êle a personificação da Lisboa elegante; tudo mais... era província.

*

O Chiado, este Chiado famoso, que viu tanto, e não sabe contar a suas aventuras, teve na Avenida chamada *da liberdade* a mais perigosa das rivais.



O incêndio dos armazéns Barella, no Chiado,
instalados no prédio da família Ferreira Sola
—Ao alto o retrato do Comandante dos Bombeiros

Quando todo o trânsito se fazia pelos *Paulistas*, *Loreto*, e rua *Nova do Carmo*, esta serventia entre as duas igrejas e o Espírito Santo (hoje palácio *Barcelinhos*) foi o *boulevard des Italiens*, a *Regent Street*, a *puerta del Sol*, o *unter den Linten*, o *Corso*, de Lisboa.

Aí começaram a ver-se lojas grandes, claras, rutilando de bronzes e cristais.

Aí triunfaram vários nomes, que ainda hoje se proferem: o do mencionado botequinceiro Marrare, que, sem ser académico, manteve uma quasi Academia; o da modista francesa Madame Elisa; o do cabeleireiro Baron, com as suas medidas ridentes, e a sua conversação noticiosa de parisiense amável; o do cabeleireiro e perfumista Godefroy, grave, loiro, e cortês; o do alfaiate Airoles; o do aristocrático e bondoso Strauss; o da modista Real, Madame Levaillant, que na esquina oriental do seu 1.º andar para a rua de *S. Francisco* ostentava um trofeu internacional de brasões e bandeiras de táboa; o do quinquilheiro José Alexandre, protótipo do que havia melhor em Londres e Paris; o do quinquilheiro Seixas, simpático, hospitaleiro como poucos; o do quinquilheiro Magalhães, em cuja loja riquíssima passou a afluir a elegância depois de fechado o Marrare; o do apurado sapateiro Manuel Lourenço; o do mercieiro Martins; o nome quasi literário dos honrados livreiros Bertrands; e quantos mais, que não sei!

Aí, mesmo no coração da Cidade dos atrevidos navegadores da água salgada, campeou Neptuno,

com o seu rumoroso estado-maior de vendilhões de água doce.

Aí foi, na esquina para a rua do Oiteiro, o *Centro comercial* de Fradesso da Silveira, homem tão talentoso, tão empreendedor, e tão infeliz!

Por aí, mais abaixo mais a cima, todos conhecemos hotéis, muita vez poiso de cantores célebres e cantoras de S. Carlos.

O botequim do Marrare viu entrar e sair, pelo seu agulheiro estreito e forrado de polimento, a Lisboa dourada durante quarenta anos.

O grande armazém Suíço, com os seus galantes artefactos, tem-nos trazido amostras constantes do labor daquelas terras únicas: já os bordados, já as esculturas em madeira, que os pastores engenham nas suas horas de forçado ócio, já as pinturas de valeiras e serranias.

O citado Andrilliat, e o seu sucessor desde 1842, o célebre Godefroy, representavam e representam as mais deliciosas fantasias no corte, na tintura, no encaracolado dos cabelos. Quantos triunfos não prepararam eles às grandes elegantes em noite de baile no paço de Belém, em noite de representação no Tália, em noite de baile nas Laranjeiras, no Marquês de Viana, no Club do Carmo, ou aqui, no Lumiar, em casa do Duque de Palmela! Graças a esses artistas, quantas paixões se não acenderam ao *rubro* daqueles ferros de frisar! quantos pensamentos não afagaram aqueles *bandós*! quantos amores se não enroscaram naqueles *saca-rólhas*, ou não borboletearam naquelas flores do Constantino!



O prédio do Chiado que foi do marquês de Niza e onde está a Companhia de Seguros «Império», o Café Chiado, e outros inquilinos

O Restaurant-Club, da esquina da travessa de Estêvão Galhardo, é o concorrido teatro de jantares e ceias sempre alegres.

O *Turf-Club* de um lado, e o *Club tauromáquico* do outro, reúnem a mocidade feliz, que expande as suas asas iriadas numa réstea do sol da vida.

Cá em baixo, enfim, o velho galego da esquina, sisudo, compenetrado da valia do seu alto papel neste mundo, ainda lá aguarda os acontecimentos; e, lamentando as mudanças do seu *meio*, e a decadência fatal do recado, ainda diz com justa ufania:

— Pois a mim mandava-me chamar o sr. Marquês de Niza em caso de importância, Deus lhe fale na alma! e pagava como um Reil...

.....

*

Os mistérios dêste concorrido, dêste falador, dêste agitadíssimo Chiado, dariam volumes cintilantes a um Paulo de Kock, a um Balzac, a um Charles Dickens, a um Camilo Castelo Branco, a um Dumas, a um Marc Twaine, aos romancistas, aos historiadores, aos grandes poetas, com ilustrações dos grandes caricaturistas Gavarni, Cham, ou Crafty.

Em quanto a Lisboa da nossa mocidade, a saúdossíssima póvoa pacata e aldeã de outrora, via as suas ruas meio desertas, no Chiado acotovelava-se a população, e quebravam ao Norte e ao Sul as

ondas irrequietas do público laborioso, e do público vadio, dos que passavam, e dos que estacionavam, dos que iam para vêr, e dos que iam para ser vistos.

*

A palavra Chiado ainda alguma coisa diz aos rapazes de hoje, mas muito menos do que a nós, rapazes há quarenta anos. A nós dizia a suprema elegância, e animava nos do espirito de novidade, que sempre costuma soprar das terras estrangeiras.

O forasteiro adventício recém-desembarcado do paquete, o transmontano curioso de tomar o pulso à Capital, a compradora de bagatelas e artigos de vestuário mais cuidado, o peralvilho, ou janota (como se dizia), que desejava estadeiar as maravilhas do seu trajo parisiense, os Deputados à saída das Câmaras, os cantores de S. Carlos à saída dos ensaios, o piemontês tocador de realejo, que tinha corrido as sete partidas do mundo, espalhando quasi de graça, e a retalho, as partituras de Bellini ou Donizzetti, os gastrónomos que só sabiam jantar nos restaurantes de mais nome, a espanhola cheia de *salero*, o estrangeiro ansioso por ver os usos e costumes destas regiões quasi desconhecidas, os rapazes toureiros, desejosos de quebrar olhos com o garbo dos seus cavalos, o fanfarrão quebra esquinas, por quem, no dizer d'ele, tôdas as mulheres morrem... esse pandemónio inteiro se encontrava no Chiado, vivia no Chiado, iluminava o Chiado.



O CHIADO EM 1844
tirado do largo do Loreto

Hoje, segundo já lá em cima indiquei, com a derivação do trânsito, esta artéria histórica, sem ter perdido tudo, perdeu muitíssimo *A nova Avenida*, o *Rossio*, e a rua do *Ouro* arremataram por grosso a especialidade do passeante ocioso, que ali finge de rico, e, encostado pela ombreira das suas lojas predilectas, passa as tardes a observar, a criticar, a publicar balelas, e a representar, como sabe e pode, o seu papel de marialva afadistado e inútil.

*

Quem me dera, ó tu, meu velho Chiado das mulheres de capote e lenço, e dos sonoros realejos de macaquinho, poder cantar, na devida afinação, a tua história completa! ser, com os documentos em punho, o Plutarco dos teus habitantes mais notáveis, e o Kodac dos teus transeuntes!

O escritor que o tentar, e o conseguir, deixa um livro imortal. (!)

(!) É enorme a bibliografia do Chiado, e muitos os escritores que a esta primacial artéria lisboeta se tem referido. Alberto Pimentel toca a verdadeira origem do nome da rua, e nós, em «O Carmo e A Trindade», jastificamo-la e comprovamo-la, ajuntando ainda muitas outras notícias sobre as lojas, os edifícios e os moradores dela, principalmente da parte Norte, que pertencia à freguesia do Sacramento. A estátua do poeta Chiado, como denominador da rua, está ali posta sem razão, a menos que a justifique o facto possível dele ter tido o alcunho por influência local. (*Nota de M. S.*)



CAPÍTULO XXII

Num dos cabeços mais pitoresco, e de mais extensa vista, de quantos sobresaem nesta varanda de duas léguas debruçada sobre o Tejo, como dizia o meu querido amigo e poeta António Xavier Rodrigues Cordeiro, eleva-se, a 50 metros de altitude sobre o nível do Tejo, a modesta igrejinha das Chagas. É filha do convento da Trindade, segundo atesta o já tantas vezes citado cronista da Ordem, além de outros escritores⁽¹⁾; não passava até 1542 de uma capela da igreja do mencionado convento, a qual nesse ano levantou o vôo, como a Santa Casa da Palestina, e foi pousar naquele cume, vista e querida dos mareantes, e estendendo o olhar até fora da barra.

⁽¹⁾ S. José—T. I, pág. 178—*Sanct. Mariano*, T. I, pág. 324—Carvalho, *Corogr.*, T. III, pág. 477.

Observo ao leitor, que esse *vóo* deve ser tomado em sentido figuradíssimo. A transferência foi feita muito de caso pensado, e serenamente.

Poucos sítios em Lisboa levam a este a primacia no arejado, no bem posto, no retirado, e ao mesmo tempo no central.

Depois de tanta ausência eis-me sentado
na conhecida pedra em face ao templo,
que ri de longe ao marinheiro luso.
Aquelas são as árvores; oh! troncos
troncos da minha infância! aquela a torre
dos tão sonoros tão contentes sinos!

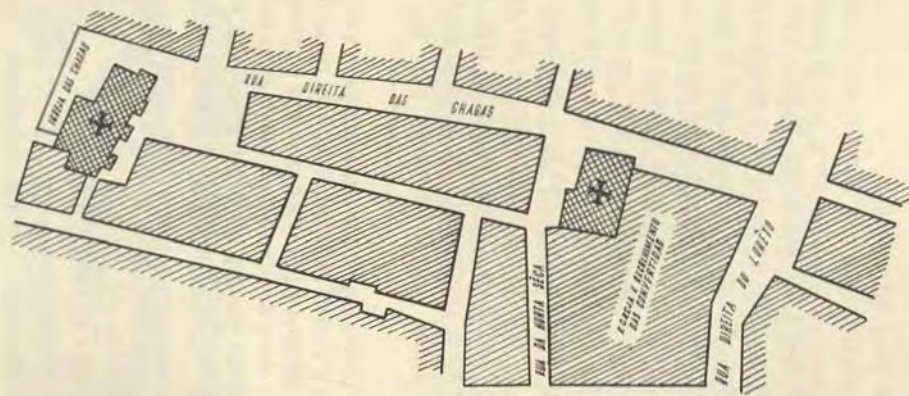
exclama há uns setenta e dois anos uma alma de poeta, ao chegar de um desterro entre brenhas ao largo *das Chagas* onde o esperavam tantas memórias da mocidade!

Dali domina-se o Tejo, a Outra banda, a barra, ali correm uns ares de recordações patrióticas, e não sei que se tenha infamado aquele tabuleiro (como tantos outros sítios de Lisboa) com memórias lúgubres da nossa crónica. Está impoluto; de mais a mais, guardava-o como génio tutelar, a imagem graciosa e fugitiva de uma mulher amada; nada menos que a Natércia de Luís de Camões.

*

É que a lenda é como a era: em tudo se enrosca; e se lhe não acudirmos, afoga a História.

Foi ali que o nosso épico viu pela primeira vez (dizia o a lenda), num ofício da semana maior, a



Planta do fragmento da cidade contido entre as Chagas e a rua direita do Loreto antes de 1755

neta dos Viscondes de Vila Nova da Cerveira, a formosa filha de D. António de Lima, Caterina de Ataíde. (1)

Infelizmente a historieta caiu por terra, como quasi tôdas as circunstâncias biográficas de Camões. É incrível o mau fado do eminente poeta! dêle só se sabe com certeza que se chamou Luis de Camões, e escreveu. O mais, que uns aos outros contamos, como verdades, pintamos e dramatizamos... quasi tudo é fumo. O livro de Latino Coelho é uma negação desconsoladora.

Vamos ao caso.

*

Para darem base à bonita cena do encontro do Poeta com D. Caterina, fiam-se num antigo depoimento, cuja autenticidade se desconhece. Esse depoimento é uma fugitiva nota, um apontamento, uma lembrança, que escreveu Diogo de Paiva de Andrada, e que aproveitou Faria e Sousa. Mas qual dos Diogos? o tio, ou o sobrinho? questão prévia, que é necessário averiguar.

Diogo de Paiva, tio, é um místico, um teólogo, e não parece entretido em manusear assuntos de amores profanos. De mais a mais, nasceu em 1528 e faleceu em 1575, isto é: aparecendo depois de Camões, e morrendo antes dêle, foi seu contemporaneo, mas nada nos leva a crer que se inte-

(1) Hoje já está muito duvidoso que a Natércia de Camões fosse a neta do Visconde de Vila Nova da Cerveira. Tudo quanto respeita ao nosso grande épico anda enevoado de lendas, como, muito bem, o aponta o autor. (*Nota de M. S.*)

ressasse por assunto, que aos seus olhos deveria parecer tão pouco para estudo. Logo, tudo parece excluir o Doutor em Teologia.

Diogo de Paiva, seu sobrinho, êsse tem mais visos de ser o autor do apontamento, pelos seguintes motivos:

1.º—A sua vida, que decorreu de 1576 a 1660, afasta-o já tanto de Camões, que é lícito pensar que as circunstâncias mínimas da biografia do Poeta, já então publicamente ilustre, interessariam a um espirito culto.

2.º—Como filho de um crónista aplicado e indagador, não podia estranhar-se-lhe o tomar nota de um facto capital na existência do Cantor dos *Lusíadas*.

3.º—Coincidindo a sua florescência intelectual com a do seu contemporaneo Faria e Sousa, não admira que este obtivesse de Diogo êsse apontamento, que parecia dever elucidar os seus estudos críticos (1).

Logo, tudo nos leva a crer que o autor do apontamento fosse Diogo de Paiva de Andrada, sobrinho, filho do Crónista mor Francisco de Andrada.

(1) Julgo menos exacto o dizer-se que a notícia do encontro do Poeta com a sua inspiradora foi «achada entre umas lembranças inéditas de Diogo de Paiva de Andrada». Esta *achada* supõe que êle já tivesse falecido. Não; êsse apontamento não foi achado postumamente entre os seus papéis; foi por êle dado a Manuel de Faria e Sousa. Prova: a 2.ª edição dos Comentários aos *Lusíadas*, apparecia em 1685, estava pronta desde 1646; e Diogo faleceu em 1660; portanto, deu o apontamento a Faria e Sousa antes de 1646.

*

Ora mas a valia dessa lembrança é que se não prova. Diogo era latinista, escritor apurado, tudo quanto quizerem, mas os seus dotes críticos eram fracos, a julgar pelo que dizem e ponderam Inocêncio, Frei Fortunato de S. Boaventura, e outros.

De mais, só repetia aí o que ouvira não se sabe a quem, êle que só nasceu trinta e quatro anos depois da suposta data do suposto encontro de Camões com a Natércia.

Esse tal apontamento, sôbre o qual se baseia a lenda, dizia que aos dezoito anos de idade começou Camões a amar D. Caterina de Ataíde, pela ter visto a 19 ou 20 de Abril, sexta feira santa de 1542, na igreja das Chagas.

Faria e Sousa toma tudo isso por moeda corrente, aceita a notícia por fidedigna, e gasta muito papel, muita tinta, e algum engenho, em a discutir, ficando tudo na mesma, apesar de basta puerilidade acumulada a fingir de erudição.

*

O livro intitulado *Colecção Camoniana* de José do Canto resolve de novo o assunto, como já fizeram Camilo e outros, e assenta, seguindo a argumentação que ao mesmo Canto apresentou uma vez o nosso comum amigo D.^{or} Venancio Deslandes, que a afirmativa é falsa, visto que na Semana santa de 1542 ainda a igreja das Chagas se nao achava a culto, e só se inaugurou a 22 de Dezembro.

Observo apenas isto, sem querer dar a esta questiuncula, não documentada, mais corpo do que tem: para o ano de que falam, 1542, partem do principio de que o poeta nasceu em 1524; mas seria essa a opinião do redactor da papeleta? talvez não, desde que nos lembrarmos de que só o aparecimento de um *Registro* da Casa da Índia, de 1550, por onde Faria e Sousa apurou os 25 anos do Poeta, nos marca a data de 1525 (ou 1524) para o nascimento d'ele, que alguns remontavam a 1517. Os *dezoito* anos contados desde 1524 levar-nos-iam, certo é, a 1542; mas o ponto de partida é que é discutivel. Podia o Poeta ser novo, sim, muito rapaz, segundo o desconhecido informador de Diogo de Paiva, mas para o caso tanto importava que tivesse dezoito, como dezanove, como vinte ou mais anos. Logo, já um simples ano de diferença nos levaria a um tempo, em que a igreja nova estivesse em toda a sua actividade liturgica.

Note-se bem: eu pareço estar defendendo a lenda; não estou, como em breve se vai ver; estou por ora mostrando que o encontro se podia ter dado nos anos próximos subseqüentes a 1542, e que tudo, quanto nisto se diz é fumaceira de conjecturas.

*

Canto nota engano em Diogo de Paiva, e nos que o repetiram, quanto à data da Páscoa de 1542, que elles dizem haver caído a 19 ou 20; corrija-os, observando: «Cahiu a 9 de Abril, e sexta feira maior a 7». Certamente, depois da correcção

Gregoriana, que só começou a vigorar em 1582; mas até esse ano, contavam-se dez dias a mais no calendário, dias que o Santo Padre Gregório XIII, depois de longos anos de estudo feito por homens conspícuos, determinou se cortassem para compensar o erro causado pela precessão equinoxial. Logo os que em 1542 diziam 19, acertavam; e os que dizem hoje 9 também acertam.

Os versos, tomados como texto e pretexto da lenda, diziam isso assim :

SONETO

O culto divinal se celebrava
no templo donde toda a criatura
louva o Feitor divino, que a feitora
com seu sagrado sangue restaurava.

Amor ali que ao tempo me aguardava
onde a vontade tinha mais segura,
com uma rara e angélica figura
a vista da razão me salteava.

Eu, crendo que o lugar me defendia
do seu livre costume, não sabendo
que nenhum confiado lhe fugia,

deixei-me cativar; mas hoje, vendo,
senhora, que por vosso me queria,
do tempo que fui livre me arrependo.

*

Fala-se na igreja das Chagas.
Porquê? como? onde cita Camões a igreja das
Chagas?

Fala-se na sexta feira santa.

Por quê? com que base? com que motivo? onde se refere Camões à sexta feira santa?

Traduzindo aquelas poéticas circunlocações em simples prosa, vejo apenas isto:

Celebrava-se o culto no templo onde nós, as criaturas humanas, louvamos o Criador, que nos resgatou com o seu Sangue. O Amor, que então me fazia ali uma espera, no sítio onde o meu querer parecia dever ter mais eficácia, salteou-me com o aspecto de uma linda rapariga. Eu, julgando que, por me achar numa igreja, me via mais ao abrigo dos assaltos do Amor, e não sabendo que ninguém lograva escapar se-lhe, deixei-me cativar; mas hoje, senhora, vendo-me escravo dos vossos encantos, só me pésa não o ter sido há mais tempo.

Nada mais vejo em tal soneto; nenhuma alusão à igreja das Chagas, nenhuma alusão à sexta feira maior, nenhuma indicação da pessoa da donzela. Vejo um homem, que numa igreja qualquer se namora de uma rapariga qualquer.

Em todos os templos cristãos louva a criatura o Feitor divino que a resgatou com o seu Sangue.

Essas expressões latíssimas tanto podem referir-se a uma Missa solene, como a uma Missa resada; tanto à festa do ano bom, como aos officios da Semana santa, como às Matinas do Natal, como à ausência de qualquer festividade; bem podia elle numa igreja deserta e selenciosa ter encontrado a rapariga. As indicações que nos dá o Poeta reterem-se tanto às Chagas, como à Sé, como a Santa Cruz de Coimbra, como ao Loreto, como a S. Do-

mingos de Santarém. Em tôdas as igrejas da Cris-
tandade a criatura louva o Criador, que a restaurou
com o preço do seu divino Sangue.

As lendas são as brilhantes estalactites da His-
tória; não as queiramos nós outros fabricar.

O que parece (francamente o digo, em que pese
aos camonianos obcecados) é que tudo isto não
passa de uma bolha de sabão. Há comentadores
e admiradores, que tomam por asserções autên-
ticas tôdas as circunstâncias mínimas dos versos de
um poeta, e até lhes descobrem e acrescentam
coisas novas, em que o poeta nunca pensou; e
dizer êle qualquer ninharia, que o metro ou a rima
motivara, é alicerce para comentários de um
burlesco acabado.

Exemplo:

Latino Coelho, de quem talei pouco acima,
Latino Coelho, talento que para tudo era, também
fêz versos na sua mocidade; escreveu isto:

Foi numa noite de Maio,
entre os suspiros da aragem,
que eu a vi,
quando a lua em froxo raio
espelhava a imagem sua
no rio que bate ali.

Suponhamos que Latino tivesse adquirido como
poeta o renome de um Camões. Vem um comen-
tador (dos tais) e architecta isto assim:

«Trata-se do primeiro encontro do auctor com a
sua bella. O facto deu-se n'uma noite do mez de
Maio do anno 1849, porque n'um periodico do anno

seguinte se encontra impressa a poesia. Os *suspiros da aragem* são formula poetica significando figuradamente, não a simples aragem, mas o vento. Ha um antigo apontamento anonymo, onde se lê que na noite de 14 para 15 se desencandeou sobre Lisboa uma ventania; logo, o encontro do vate com a sua *ella* foi de 14 para 15. Onde? é clarissimo: n'uma casa do Caes do Sodré; porquê? porque a expressão *o rio que bate ali* significa estar o Tejo muito próximo da casa da menina. e porque se diz que foi no Caes do Sodré? porque era o unico sitio n'esse tempo praticavel para passeantes. A Pampulha está excluida; era longe. Para a banda da Alfama ha muitos gatos, Latino não gostava de gatos, não iria para ali. Tudo indica o logar do Caes do Sodré. E ha n'isto uma minucia reveladora da altissima observação do genio do poeta: a imagem da dama espalhava-se no rio; logo, a agua estava branda; ora como o vento norte sopra de alto, as aguas proximas do caes achavam se paradas. Vejam a intuição admiravel d'aquelle engenho!»

Quantos comentários de Faria e Sousa, de Probo Sabino, de Sérvio, ou de Hartung, não engulimos nós hoje por critica literária conscienciosa, sagaz, e irrespondivel!...



CAPÍTULO XXIII

A igreja das Chagas, *igreja nova* em 1551 quando Cristovam Rodrigues de Oliveira escreveu o seu *Sumário*, estava então «na freguezia dos Martyres, de fora dos muros do arrabalde.»

Perfeitamente de acordo: a freguesia dos Mártires foi enorme antes de subdividida; os muros acabavam às portas de Santa Caterina. Já estudámos esse ponto, o leitor e eu.

Os fundadores, homens do mar, pilotos e mestres da carreira da Índia, escolheram bem o sítio, num cabeço que dominava o Tejo e muito campo aos quatro ventos.

Tinha a ermida Missa quotidiana, e nas segundas feiras, sextas, sábados, domingos, dias santos, e festas do Nosso Senhor e Nossa Senhora, e nas sextas feiras de Quaresma, Missa cantada e sermão. O Capelão recebia de ordenado 50 cruzados. Tinha este templo a honra de Pia baptismal, disfru-

tando os confrades um privilégio da Santa Sé para aí poderem fazer baptisar seus filhos (1).

.....
Um dos encantos da Nossa Lisboa são os sinos; parecem às vezes marimbas etéreas tangidas pela mão dos Serapins. Pois entre os mais agradáveis e cristalinos campanários figura o das Chagas, o

dos tão sonoros tão contentes sinos!

Os seus repiques e menuetes choram tristezas funebres a quem vai rio a baixo, dizendo adeus, sem saber por quanto tempo, ao esplendido panorama de Lisboa; sim, mas quantas alegrias não expandiam, ao repicarem, como era seu ofício, quando entravam o Tejo as naus da Índia! quando a alvoroçada Lisboa comunicava a notícia de casa em casa! quando tódá a população corria para a Ribeira!

*

O relógio é que não gosava de grande reputação, coitado, a julgá-lo por um ditado plebeu: *Em mulher de Alfama, homem do mar, relógio das Chagas... não há que fiar.*

Tinha desculpa; é que provavelmente, habitando naquele miradouro tão lindo, o relógio das Chagas tornára-se poeta; devaneava quando devia contar quartos; observava as caravelas ou pensava em Caterina de Ataíde, quando devia calcular minutos. Convençamo-nos disto; em poetas é que não há muito que fiar.

(1) *Sumário*, pág. 51.

A el-Rei D. Filipe I dava certo fidalgo, que odiava os Portugueses, o seguinte conselho:

— Mande Vossa Majestade fundir para artilharia os sinos de todos os campanários de Lisboa.

Respondeu com graça D. Cristóvão de Moura, perguntando com malícia:

— *Y de los de Madrid y Badajoz que se ha de hacer ?* (1)

Se a voz dos sinos é tão agradável nas Chagas, outra voz mais bela ressoou naquela abóboda: foi a do Padre António Vieira em 14 de Setembro de 1642, prégando ali numa festa de Santo António.

É engraçado o sermão, e muito vivo; merece lido e estudado. No dia seguinte haviam de abrir-se as Côrtes; compensação previa às sensaborias da eloquência dos Procuradores da Nação.

*

Veio o terremoto grande, e a igreja caiu e ardeu. Reedificou-a não sei que architecto; e quando se procedia a obras, e se excavava no entulho, appareceu ileso, sem uma beliscadura, a Imagem de Nossa Senhora da Piedade, orago da casa. O próprio manto, que na triste manhã de 1 de Novembro a envolvia, achou-se conservado.

Até se concluirem as obras foi a Senhora habitar «n'uma bella e espaçosa ermida de frontal» construida provisóriamente e à pressa no *sítio dos Cardais* (2).

(1) Sapico. *Coll. de apophlegmas*. T. I, pág. 133.

(2) *Narração do formidável terremoto*, manuscrito anónimo que possuo, coevo do acontecimento, pág. 71.

Da nova igreja pintou o tecto Francisco de Figueiredo (1).

*

A configuração, ou o feitio architectónico desta igreja, vista do Tejo, não mudou sensivelmente desde o principio.



Igreja das Chagas segundo Bráunio século XVI

A vista planta de Bráunio (fim do século XVI) apresenta-nos um edificio de três janelas alongadas e uma porta travessa; telhado de duas águas.

(1) Cirilo. Col. pág. 212.

Ao nascente, na cabeceira do templo, vê-se um edículo, que tanto pode ser uma pequenina ábside, como uma sacristia ou outra dependência. Ao poente, sobre o sul, ergue-se uma torre sineira com duas ventanas e uma platibanda, a cima da qual outro corpo de duas ventanas rematado em coruchéu sobrepojado de Cruz. Ao sul percebe-se o muro do adro ou terraço sobre a ribanceira.



As Chagas no século XVII

A vista chamada de 1650 dá-nos a mesma coisa quasi; mas como a igreja se acha perspectivada, vêem-se na sua cabeceira duas janelas, que provavelmente ladeavam o altar mor. O edículo da sacristia parece ter-se reformado e ampliado, e mostra três janelas ao sul, e duas ao nascente. Na torre apenas se vê uma sineira, e em baixo um circulo que bem pode figurar o relógio. Lá está o muro do adro desafrontado,

e encostado a êle, para o noroeste, uma casa, que ainda hoje se vê, para a banda da barra.



As Chagas no século XVIII
segundo Lemprière

A bela vista inglesa de Lemprière dá o mesmo aspecto, sem a sacristia (talvez encoberta), e com três gigantes ao sul; duas janelas no corpo do templo, e uma só sineira na torre.

Hoje há três janelas, e uma sineira.

*

Tinha o largo das Chagas árvores antigas, que talvez morreram de velhas. Castilho no seu poemeto *Sacrificio a Camões* menciona-as pelas ter conhecido desde menino ⁽¹⁾. O que vejo porém é que em 1850 foi a pequenina praça arborizada de novo e calçada, segundo diz (ou disse) essa data em pedrinhas pretas e brancas traçadas no chão. Essas árvores pois que aí vemos não são já as da infância de Castilho.



As Chagas modernamente, antes
do blombo que aí colocou o
sr. Dias Ferreira

(1) *Excav. poet.*



CAPÍTULO XXIV

Em 1898, se não me engano, consentiu a Câmara, por motivos de certo muito transcendentos, mas que ficaram desconhecidos, um roubo artístico feito a um dos mais belos miradouros de Lisboa: permitiu o alteamento de um grande prédio do pátio do Pimenta, por forma que interceptou a vista para sueste.

Não creio que andasse bem, nem o proprietário pedindo e aceitando a licença, nem a Câmara concedendo-a. Ao interesse financeiro de um influente político, o sr. Conselheiro José Dias Ferreira, submeteram-se considerações de ordem mais nobre: os direitos do Belo. Enfim, se o público perdeu uma parte do espectáculo, o inquilino do dito proprietário ganhou-a. É uma compensação.

Como crónista e procurador officioso da Cidade, cabe-me o direito de dizer nisto o que penso. A letra redonda tem os seus foros. Uma coisa é usar da imprensa; outra, muito diversa, é abusar.

*

Hoje, que tanto se fala da Arte, hoje que há um Conselho superior de monumentos, hoje que bellissimas escolas indústriais e artisticas florescem em tôda a parte, espalhando nas classes populares conhecimentos que elas dantes não possuíam, hoje que tanto se pensa no aformoseamento e saneamento da Capital, pergunta o imparcial bom senso: deveria o Municipio ter consentido aquelle biombo, aquelle empacho, num dos sítios mais desafogados e pitorescos da Cidade? e deveria um cidadão do mérito do sr. José Dias Ferreira, antigo Lente de Direito público, antigo Ministro, Presidente do Conselho, legislador, pedir (ou aceitar sequer) aquella concessão?

Francamente respondo: não devia aceitá-la o particular, e não devia a Câmara concedê-la. Para dar vista a meia duzia de janelas do prédio *de um só individuo*, permitiu-se que fosse vilipendiado o direito *de nós todos*. Foi-nos expropriada, sem vantagem nossa, e contra todos os ditames do bom senso, da justiça, e da equidade, uma vasta propriedade que disfructavamos desde séculos.

*

E entendo mais: entendo lógicamente que, de ora em diante, não há considerações que impeçam os outros donos dos terrenos da vertente de construir para Leste e Sul, afogando o largo das

Chagas em edificações de mestre de obras, e acabando de vez com os restos do prospecto que ainda dali se gosa.

O sr. Conselheiro José Dias Ferreira, proprietário opulento, não precisava da migalha que lhe rende o andar que levantou, para aumentar os seus haveres; e, como homem de talento laureado e indiscutível, não precisava desse monumento para sua glória.

Basta o Pantheon de Roma para recordar o nome de Agripa. O sr. Dias Ferreira não carecia daquelle 4.^o andar (que não é positivamente o Pantheon de Agripa) para ser lembrado no futuro; e com a sua usurpação, consentida pelo Municipio, cerceou ao encanto das Chagas... *trinta por cento*; e não por limitado praso. Repito: agora é continuar a Câmara com as suas concessões. Avante! sem rebuço! sem perda de tempo! acabe-se com aquella regalia que tínhamos. Temos tantas!!...

O sr. Dias Ferreira, liberal, inimigo de privilégios odiosos, deve ser o primeiro que se empenhe com a Câmara em obter para os seus colegas, proprietários dos sítios ao Sul e Poente do adro das Chagas, a alta regalia que para si obteve.

Vamos! e sem demora!

*

Agora muito a sério, e sem ironias: clamo no deserto, bem sei; a obra usurpadora lá está, e fica; mas este protesto fica também.

Ela é de pedra e cal; o protesto, porém, é de tinta de imprensa, que sempre dura mais.



CAPÍTULO XXV

Na parte ocidental do quarteirão formado hoje pelas ruas *do Loreto (Calhariç)*, *das Chagas*, *da Horta sêca* e *da Emenda*, existiu um Recolhimento para mulheres convertidas. Já o viu de certo quem seguisse atentamente as ilustrações deste livro, a pág. 221, com as marcações que tinha antes de 1755, a dois passos da concorrida artéria do Loreto, e a outros dois da serena igrejinha das Chagas.

Muita gente sabe que foi fundada esta casa caridosa pelo Cardeal Arquiduque Alberto em 1586; e que foi à imitação do convento das *filles repenties de Saint Magloire* instaurado em Paris no século xv por certo Franciscano de boas intenções; mas o que nem todos têm presente é isto: o verdadeiro criador do Recolhimento lisbonense não foi o Arquiduque; esse apenas anuiu (e não fez pouco) aos óptimos desejos e às porfiadas sugestões

do bom Padre Frei Jerónimo Graciano. Frei Belchior de Santana lá o conta minuciosamente na *Crónica dos Carmelitas* (1).

Também nem todos se lembram de outra circunstância: o primeiro poiso das nossas convertidas não foi ali, mas sim lá em baixo ao pé do que é hoje a *Avenida*, num prédio contíguo à ermida da Glória. Vamos por partes.

*

Era aquêle Frei Jerónimo Graciano um justo, para quem não havia veredas íngremes em se tratando de obras de beneficência. Encaminhar pecadoras empedrenidas no mal é sempre custoso; pois dos agudos espinhos de tal empresa se enamorou o Sacerdote, figurando-se lhe digna do Deus a quem a oferecia, a conversão de tantas desamparadas. Não dissimulou as asperidades do cometimento; não escureceu, que para arrancar ao vício aquelas infelizes, para as fazer amar os deveres, para as cativar nos melindres da honra própria, era necessária desusada unção persuasiva, constante diligência, suavidade imperturbavel no fundo e na forma; e uma dominação feita de indulgência; e um resvalar intencional sôbre escabrosidades e ingratições.

Pelo que se viu, e melhor ainda pelo que se adivinha, todos êsses quási divinos predcados sobravam ao diligente evangelizador.

(1) T. I, pág. 237, n.º 271 e seg.

“Na sua conversação — narra o cronista — era homem muito afável, benigno em suas respostas, geralmente brandíssimo, e piedoso para com todos.”

E acrescenta:

“Não o ouvia ninguém, que não ficasse tão persuadido à virtude, como a seus intentos o está um muito apaixonado.”

Eis aí o homem.

Conhecido e estimado, obteve largas esmolas, e empregou as em dispôr ao seu intento umas casas, donde acabavam de sair para o seu novo convento de Alcântara as Madres Flamengas. Ficavam, como indiquei, na falda do monte de S. Roque, à parte do nascente, sôbre as encharcadas hortas do Valverde; sítio doentio pelas humidades, mas único então descoberto para esta destinação.

*

Duas palavras descritivas e narrativas.



CAPÍTULO XXVI

Vivia em Lisboa no primeiro quartel do século xvi um tal André Dias, Cavaleiro da Casa, que em 1527 pediu aos Padres da Paróquia de Santa Justa lhe dessem de aforamento certas terras, pagando por elas perpétuamente fôro de 2.000 réis. Eram situadas junto do Vale verde, ao Norte e às abas de Lisboa; sítio muito campestre, onde provavelmente André Dias edificou logo residência, e começou a delinear e plantar uma quinta. O que se sabe é que o Santo Padre Clemente VII (falecido em Setembro de 1534) lhe concedeu um Breve, que não vi, nem sei sobre que versava; era talvez o beneplácito pontifício ao aforamento dos Padres de Santa Justa.

*

Examinemos o pouquíssimo que documental-mente consta de André Dias.

Pelos registos da Chancelaria de el-Rei D. João III se vê ter sido snjeito importante entre os funcionários do seu tempo: nada menos que Alcaide de Lisboa, isto é, uma espécie de Governador militar com atribuições judiciais. Deriva-se o vocábulo *Alcaide*, segundo Frei João de Sousa, do verbo árabe *cáda*, capitanear, governar um exército.

O caso foi este:

João da Nova, o célebre navegador, foi Alcaide de Lisboa em dias de el-Rei D. João II e D. Manuel; morreu na Índia, deixando três filhos: Francisco da Nova, Diogo da Nova, e Leonor de Alvim. O mais velho herdou a Alcaidaria, e foi morto pelejando em Safim. Sucedeu-lhe no ofício o imediato, que, passado pouco tempo, faleceu. Foi dada a Alcaidaria em 5 de Setembro de 1525 a André Dias, Cavaleiro da Casa Real, genro de João da Nova, e cunhado de Francisco e Diogo, por ter casado com Leonor de Alvim.

É isso tudo que se deduz do contexto do Alvará, que passo a transcrever; observo apenas que não conservei a grafia, e puz pontuação para mais fácil intelligência do honroso documento:

«Dom João etc. — A quantos esta minha carta virem faço saber que havendo eu respeito aos muitos serviços que João da Nova, Alcaide que foi da minha cidade de Lisboa, tem feitos a el Rei meu tio, e assim a el-Rei meu senhor e padre, que santa glória haja, e a como morreu nas partes da Índia em seu serviço, e bem assim como seu filho Francisco da Nova, a que foi feita mercê do dito ofício, morreu em Safim, onde o mataram

os Moiros, e assim ao dito João da Nova comprar o dito officio por seu dinheiro, e o dito Francisco da Nova, e Diogo da Nova seu irmão, a que depois fez mercê do dito officio, e o lograrem muito pouco tempo; e havendo isso mesmo respeito aos serviços que André Dias, Cavaleiro de minha Casa, tem teitos a el-Rei meu senhor e a mim, e espero que ao diante faça; e como do dito João da Nova não há outro herdeiro, salvo Joana de Alvim, sua filha, mulher do dito André Dias; olhando todo o sobre-dito, e por lhe agalardoar alguma parte de seus serviços, como é rasão, e por elo fazer graça e mercê ao dito André Dias, esperando dêle que assim me servirá bem e fielmente como nêle confio: tenho por bem e o dou daqui em diante por Alcaide da dita Cidade de Lisboa, assim e como o foram o dito João da Nova, seu sogro, e seus filhos; com a qual Alcaidaria terá todos os homens a ela ordenados que o dito seu sogro tinha, e assim como agora a dita Alcaidaria os tem, e o mantimento a êle e aos ditos seus homens ordenado.....

.....
— Dado na minha vila de Tomar aos 5 de Setembro — Diogo Jácome a fez — de 1525 (1).»

Foi pois esta personagem, cuja vida social me não importa seguir neste momento, quem tomou de aforamento, como acabei de dizer, o prazo de Santa Justa, e aí principiou o arroteamento de uma quinta.

(1) Chanc. de el-Rei D. João III, Liv. 8.º — fl. 108.

*

Dêste André Dias passou o praso a Fernão Pais, natural do Porto, mas visivelmente morador em Lisboa. Nada me consta da sua vida; apenas se sabe que nêsse seu domínio instituiu em 1574 uma capela dedicada a Nossa Senhora da Glória ⁽¹⁾.

Em 28 de Maio de 1577 ⁽²⁾ fez Fernão Pais o seu testamento, e entre outras coisas dizia:

«I tem mando que cada um ano me digam na ermida de nossa Senhora da Glória, para sempre, por dia de Nossa Senhora da Glória, que é em Agosto, uma Missa cantada pela alma de meu Pai e Mãe e minha, e tôdas as sextas feiras dos anos, e sábados, Missa resada de *requiem*; e para essa perpétua obrigação se cumprir, tomo os rendimentos todos da minha quinta de Nossa Senhora da Glória, que me custou muito dinheiro as benfeitorias dela; e quero que ande tudo incorporado com seu encargo de fôro comum; a saber: a Santa Justa dois mil réis cada ano enfatiota em vidas.»

Êste testamento, aprovado a 8 de Junho seguinte por Diogo Corelha, tabelião público de notas em Lisboa, foi, por morte do instituidor, aberto em 1578, sendo herdeira sua filha Francisca Pais.

⁽¹⁾ João Baptista de Castro diz 1570. *Mapa*, freg. de S. José.

⁽²⁾ Nos traslados de documentos no hospital de S. José lê-se 1577, que julgo a data verdadeira, conquanto outros depoimentos digam 1567, que julgo lapso de copista.

*

Dá-nos o *Santuário Mariano*, ignoro com que fundamentos, a seguinte versão:

Vieram de Florença para Portugal dois nobres italianos, Lucas e Nicolau Giraldes; dêste último era Fernão Pais íntimo amigo; o mesmo livro chama-lhe «senhor do sítio onde se vê (1707) a igreja de Nossa Senhora da Glória, que elle edificou por especial devoção». Parece ter recomendado a filha com muito empenho ao seu amigo Nicolau Giraldes, deixando-lhe a elle alguns bens livres, e a ella os que tinha vinculado em capella, mas com a cláusula de passagem êstes a Nicolau, se Francisca Pais morresse sem filhos; e que succedendo isso, passasse tudo para Nicolau.

Creio não se ter realizado esta versão de Frei Agostinho de Santa Maria, porque os documentos do Seminário, examinados a meu pedido, e sobre recomendação de Sua Eminência o senhor Cardeal Patriarca, pelo Rev. Sr. Padre José Augusto dos Santos, dão outra coisa, que aceito como muito autêntica; é isto:

Francisca Pais desposou Nuno Fernandes de Mascarenhas, e faleceu em 1586, nomeando o prazo no marido sobrevivente. Logo veremos a successão.

*

O que fôsem os edificios de que se compunha a parte urbana habitável do prazo, ninguém já pode saber; que aí existia, talvez desde o tempo

de Fernão Pais, ou desde o de André Dias, um prédio grande, é mais que certo, visto ser êle escolhido para habitação temporária de uma comunidade de Freiras. Querem ouvir?

Por 1580, pouco mais ou menos, chegaram ao pôrto de Lisboa umas Freiras Flamengas expulsas da sua terra pela intolerância; hospedaram-se primeiro na Madre de Deus, até que el-Rei D. Filipe I as mandou recolher, diz o *Santuário Mariano*, «em as casas de Nossa Senhora da Glória» ⁽¹⁾. Foram aos cuidados de Gonçalo Pires de Carvalho recomendadas por el-Rei, e êsse Provedor das Obras Reais «as acomodou no sítio de Nossa Senhora da Glória — confirmou noutra parte o mesmo autor — dispondo-lhes as casas que ali havia, e que hoje — (acrescenta êle em 1707) — estão convertidas em um grande palácio, que fez o Conde da Castanheira» ⁽²⁾.

Daqui se depreende sem dúvida que havia ali edificações anexas à ermida; que o Governo mandou adaptá-las provisoriamente para residência claustral, e que a ermida ficou servindo de templo às novas habitantes. Edificado o seu definitivo mosteiro de Alcântara ⁽³⁾, para lá se passaram as boas Monjas em 1586, deixando vazio êste poiso,

⁽¹⁾ T. I, pág. 268 e seg.

⁽²⁾ T. I, pág. 431, quando se trata da Senhora de Monteagudo.

⁽³⁾ Frei Apolinário da Conceição *Claustro Franciscano* — pág. 144.

que o nosso Frei Jerónimo Graciano veio ocupar com as suas convertidas. O cronista Frei Belchior de Sant'Ana diz apenas que o Padre mandou «acomodar o Recolhimento nas casas de Nossa Senhora da Glória, donde tinham saído as Madres Flamengas» (1).

(1) *Cron. dos Carm.* pág. 238.



CAPÍTULO XXVII

Aprontada, do melhor modo que poudeser, a casa da Glória (até o nome era de bom agoiro!), quis Frei Jerónimo preparar a opinião pública, segundo hoje se diria, e prégou sermões em várias igrejas explicando a sua obra, e exortando as transviadas.

*

Rebanho singularíssimo capitaneado por tão virtuoso pastor!

Tudo quanto Lisboa possuía menos observante, mais tristemente desmandado nos costumes, mais desmanchado de vícios, tôda a escória moral varrida nas vielas de pior nome... tal era o séquito do Padre.

Pois bem: a voz dêle, a sua persuasão, o seu exemplo, operaram a mais estranha das metamorfoses; e aquêlê bando de raparigas licenciosas

viu-se em breve, com espanto delas próprias, regenerado! Trajo, aspecto, conversação, tudo respirava compostura e dignidade. Já pensavam no Céu, já pediam e recebiam compungidas os Sacramentos, e corando da formosura corporal, descobriam no seu íntimo a formosura do coração. Penetrava as devagarinho a mais sublime das conquistas religiosas: o arrependimento. Modestas, sérias, e já alegríssimas, subiam cada dia um passo no aperfeiçoamento moral.

*

Uma houve... (que história escabrosal contá-la-hei como souber.) Houve uma, que, vivendo em ilícita união com certo dinheiroso, sentiu, ao escutar a voz e as exortações do Frade, soarem-lhe dentro na alma uns rebates de contricção, a que não havia fugir. Corrida de vergonha, appareceu na portaria do convento de S. Filipe (depois S. João de Deus, às Janelas Verdes, onde hoje vemos um quartel), às horas em que o prégador, exausto de cansaço, voltava das prédicas. Lavada em pranto, suplicou-lhe a moça a ouvisse de confissão; êle, debilitado de um dia todo de trabalhos, precisava urgentemente alimentar-se; mas à vista daquelas lágrimas, rendeu-se, e antepôs à sua magra mesa a da Eucaristia. Escutou a penitente, exortou-a a que largasse a má vida em que se enlameava, comungou-a, e assentou-lhe logo praça na sua juvenil milícia de desenganadas.

Furioso o amante com a deserção dela, indaga, barafusta, e ao outro dia escreve-lhe. Que letras

ardentes leu a moça na carta do desinquietador! tais foram, que lhe acordaram no peito as chamas do pecado; alucinada, indecisa, num desequilíbrio moral muito amargo, resolve fugir.

Nisto, chega o Padre ao Recolhimento. A sua vista, o seu ar paternal, a benignidade do seu falar austero, enleiam com dulcíssimo calor a alma da rapariga. Cai-lhe outra vez de joelhos aos pés; novos choros; nova confissão. Resignada, e para sempre rasserenada, tornou-se exemplo e assombro das companheiras.

Vencera Jesus.

O que pode a voz de um Padre bom é incalculável.

*

A ermida continuou a servir às convertidas, como servira às Monjas; mas a casa não conveio por muito tempo, atendendo à sua exposição, que recebia em primeira mão as humidades do Vale-verde, terreno de aluvião, e alagadiço nos invernos.

Por isso, talvez logo em 1587, foi dali mudado o Recolhimento para melhor sítio, muito lavado de ares, na beira do nosso Bairro alto, e aí ficou.

*

A organização caseira era severa e grave, como cumpria; o Provedor, sempre um fidalgo de título, superintendendo à direcção, composta de doze nobres, eleitos anualmente. Exercícios piedosos, boas práticas, bons exemplos, e as horas tôdas ocupadas, conseguiam regenerar aquelas infelizes, pela indulgência maternal da Religião. Torna-

vam-se não raros verdadeiros modelos de virtude, chegando algumas a casar nas nossas conquistas ultramarinas ⁽¹⁾.

A tão útil instituição concedeu o Senado da Câmara uma esmola de 120\$000 réis em 26 de Outubro de 1610 ⁽²⁾; e muito mais lhe daria certamente, que me não consta.

*

O terremoto arruinou a casa; e o novo plano pombalino transformou inteiramente, melhorando-a, aquela paragem. Vejamos as marcações exactas:

Sobre a rua *do Loreto* media o Recolhimento 99 palmos de frente; de fundo, pelo lado ocidental, que é a rua direita *das Chagas*, 216 palmos; pelo nascente, partindo com pardieiros que em 1755 eram de António Luís Sinel de Cordes, 225 palmos e meio, chegando os fundos até à rua *da Horta Seca* sobre a qual era a serventia da igreja ⁽³⁾, da apropriada invocação de Santa Maria Madalena ⁽⁴⁾.

⁽¹⁾ Carvalho — *Corogr.* — T. III, pág. 477.

⁽²⁾ Sr. Freire de Oliv. — *Elem.* T II, pág. 262.

⁽³⁾ *Tombo da Cidade.*

⁽⁴⁾ Deve consultar-se o excelente artigo *A rua do Loreto em 1755*, publicado em 5 de Outubro de 1894 pelo meu illustrado amigo o Sr. Gomes de Brito no jornal *O Comércio de Portugal*. O sr. Gomes de Brito é escritor meticoloso, e ama as velharias lisbonenses, como tem provado em muitas publicações soltas, que oxalá um editor exfeixasse em volumes. Nos seus estudos há sempre que aprender. Que lindos tomos não dariam esses artigos, acompanhados de plantas e vistas!

Com a catástrofe de 1755 tiveram de sair da sua destruída residência as convertidas. Arrendou o Governo um terreno não sei onde, e em 30 de Julho de 1756 recebia aviso Eugénio dos Santos de Carvalho para executar as ordens do Conde de Povolide, Provedor do Recolhimento, quanto ao desenho da planta de uma barraca para as foragidas, obra que em 3 de Setembro era mandada executar (1).

Diz João Baptista de Castro que fugiram para a Fonte Santa, onde «estiveram abarracadas, até passarem para o sítio do Rego» (2).

(1) *Memórias das principais providências, etc.* pág. 278 e 279.

(2) *Mapa de Port. — Ireg. da Enearnação.*

*

Para melhor esclarecimento dos locais onde esteve posteriormente ao terremoto o Recolhimento da Natividade de Nossa Senhora e Santa Maria Madalena, consulte-se o 3.º volume da obra do sr. Luís Pastor de Macedo *Lisboa de Lés a Lés*, no artigo, bem pormenorizado, referente à Rua do Loreto. (*Nota de M. S.*)



CAPÍTULO XXVIII

Vejamos agora a largos traços o que succedeu à casa e ermida de Vale-verde.

Consta-me que pelos anos de 1626 aí se estabeleceram os jóvenes Padres Irlandeses, do Seminário fundado em 1593, e que, depois de ter habitado vários sitios, esteve em S. Patricio ⁽¹⁾. Desta sua morada na Glória diz um poeta do tempo:

Nossa Senhora da Glória,
onde mancebos da Hibérnia,
estadam com grã cuidado
divinas e humanas letras ⁽²⁾.

⁽¹⁾ *Lisb. ant.* — P. II, T. VI.

⁽²⁾ *Relação em que se trata e faz uma breve descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa — 1626.*

Dezassete anos andados, encontra-se o dominio directo desta propriedade pertencendo, em 1643, à Condessa de Castro de Aire, D. Helena de Castro, e a seu marido o Conde D. Jerónimo de Ataíde, casados a 6 de Julho de 1627 ⁽¹⁾; êle achava-se em Castela naquêlê ano de 1643. O dote dessa senhora era o referido *prazo de Santa Justa*, composto de terras, que juntas constituíam «uma quinta, que está junto a esta Cidade, a Nossa Senhora da Glória, que tem casas, hortas, cardais, e foros de casas, e é foreira enfatiota a mor parte a Santa Justa.»

Antes de irmos adiante: êste prazo de Santa Justa pegava com outro, foreiro à Sé, e chamado da *Cotovia*. Media lá no alto, as longo da rua que levava de S. Roque para o Rato (hoje *de S. Pedro de Alcântara*) 31 varas; confinava ao Sul com terras sequeiras do prazo de Santa Justa (140 varas); ao Nascente estendia 95 varas sôbre parte da nossa actual rua da Glória; e pelo Norte media 175 varas. Em 1752 um documento do maço 1.º, fl. 5 v, do cartório da Basílica de Santa Maria Maior diz-nos que o prazo da Cotovia «tinha principio na rua *Direita de S. Pedro de Alcântara*, e ia por aquêlê monte abaixo buscar a primeira janela da ermida de Nossa Senhora da Glória, indo passando e deixando à mão direita o paredão ou muralha da praça da fonte, que se fazia nêste sítio, das águas que vêem das Águas livres, indo en-

(1) Documentos de Santarém.

testar com a estrada e rua pública, que vai pelo sopé da dita ermida a buscar a calçada *da Glória*, donde fica um marco posto no combro, defronte da ilharga da dita ermida, partindo com terras sequeiras que constituíam o prazo de Santa Justa (!).

*

Depois dos Condes de Castro de Aire, parece succedera na administração do prazo D. Jorge de Ataíde Conde da Castanheira; por morte dêle sua irmã D. Ana de Ataíde e Castro, Condessa da Castanheira, mulher de Francisco Correia da Silva.

«Por morte da Condessa da Castanheira — diz o *Santuário Mariano* — são hoje (1707) muitos os pretendentes ao morgado, de que tomou posse a Sr.^a D. Francisca de Vilhena, mulher do Almirante-mor, e principalmente os Portugais, por entenderem ficam mais próximos à successão, por descenderem do referido Lucas Giraldes; os quais fazem tanta estimação dêste ascendente, que dêle tomaram muitos o nome de Lucas »

Como representante dêsses Portugais, ou Portugais da Gama, possuía tão litigado vínculo D. Maria Madalena de Portugal, senhora da Casa dos Comendadores de Fronteira.

(!) Esclarecimentos enviados pelo sr. Padre José Augusto dos Santos.



A Casa dos Comendadores de Fronteira principiou na pessoa de

§ 1.º

1 — D. FRANCISCO DE PORTUGAL, Estribeiro-mor do Príncipe D. João, e de el-Rei D. Sebastião, Vedor da Fazenda, Conselheiro de Estado, prisioneiro em Alcácer-Kibir, e falecido em 1579 no cativeiro da Fêz.

D. Francisco era filho segundo do 2.º Conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, e da Condessa D. Guiomar de Vilhena, a qual era filha do 1.º Conde do Vimioso D. Francisco de Portugal; e em memória dêste illustríssimo avô se deu a um neto de Vasco da Gama, por varonia, o apelido de Portugal. Com effeito êste ramo da Casa da Vidigueira continuou, denominando-se Portugal, ou Portugal da Gama.

Casou D. Francisco com D. Luisa Giraldes, filha do florentim Lucas Giraldes. Tiveram entre outros filhos:

2 — *D. Lucas de Portugal*, com quem se continua;

2 — *D. Vasco da Gama*, com quem logo se continuará; e

2 — *D. Paulo da Gama*.

2 — D. LUCAS DE PORTUGAL Comendador de Fronteira, etc., casou com D. Antónia da Silva filha de D. Antão de Almada; tiveram além de outros:

3 — D. FRANCISCO DE PORTUGAL casado com D. Cecilia de Portugal, filha de António Pereira

de Berredo, Governador de Tanger, tiveram entre outros:

4—D. LUCAS DE PORTUGAL, Comendador de Fronteira, Vedor da Casa Real; casou com D. Filipa de Melo, filha de Rui de Melo Pereira de Sampaio, e não tiveram geração.

§ 2.º

2—D. VASCO DA GAMA casou em 1.^{as} núpcias com D. Antónia Godinho, da qual teve

3—D. *Francisco de Portugal*, que segue.

Casou D. Vasco em 2.^{as} núpcias com D. Maria do Amaral, filha de Gaspar do Amaral, da qual nasceu

3—D. *Paulo da Gama*, que logo seguirá

3—D. FRANCISCO DE PORTUGAL nasceu na Índia e lá casou com D. Filipa (ou Luísa) da Cunha, filha de Rui Dias da Cunha; sem geração.

3—D. PAULO DA GAMA casou com sua sobrinha D. Maria de Portugal, filha de D. Francisco de Portugal (n.º 3); e tiveram:

4—D. *Vasco da Gama*, com quem se continua, e além de outros

4—D. *Luís da Gama de Portugal*, com quem logo se continuará.

4—D. VASCO DA GAMA, casou na Índia com D. Isabel Côrte Real, filha de Manuel Côrte Real.

4—D. LUÍS DA GAMA DE PORTUGAL, Comendador de Fronteira; casou em 1675 com D. Inês da Silva, filha de D. Diogo de Almeida; e foi filha única deste matrimónio.

5 — D. MARIA MADALENA DE PORTUGAL. Casou com Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Conde de Castelo Melhor, Coronel de Infantaria, Governador da Torre do Outão; de quem nasceu:

6 — D. *Luis de Portugal da Gama*, a quem breve me referirei.

Esta senhora, D. Maria Madalena, possuía as casas, terras, e hortas, que chamavam de Nossa Senhora da Glória

6 — D. LUIS DE PORTUGAL DA GAMA, nascido a 18 de Setembro de 1701, 5.^o neto do mencionado 2.^o Conde da Vidigueira, 7.^o Comendador de Fronteira na Ordem de Avis, Comendador de Cacela na de Santiago, General, e Gentil-homem, casou a 19 de Fevereiro de 1719 com D. Inácia de Rohan, Dama da Rainha D. Maria Ana, nascida a 28 de Agosto de 1700, filha dos Condes da Ribeira grande.

Esse D. Luis era em 1755, segundo diz João Baptista de Castro, senhor e possuidor da ermida da Glória. Faleceu em Novembro de 1770.

Darei agora ao leitor um fio, que talvez, em mãos de guia mais prático do que eu sou, possa estabelecer a maneira como a capela transitou da Casa da Castanheira para a dos Portugais da Gama:

D. Margarida de Vilhena, filha dos mencionados 2.^{os} Condes da Vidigueira, casou com o 1.^o Conde da Castanheira, D. António de Ataíde; viria daí a ligação?

Continuarei com a genealogia:

Filho do mencionado D. Luis de Portugal foi

7 — D. JOSÉ FRANCISCO DE PORTUGAL DA GAMA E VASCONCELOS, nascido a 29 de Janeiro de 1723,

8.º Comendador de Fronteira, e Conde de Lumiares pelo seu casamento com D. Madalena Gertrudes Carneiro de Sousa e Faro, 13.ª senhora do morgado de Carneiro, 2.ª Condessa de Lumiares herdeira, nascida a 9 de Maio de 1737, falecida a 13 de Fevereiro de 1793. Tiveram filha herdeira:

8 — D. MARIA DO RESGATE DE PORTUGAL CARNEIRO DA GAMA DE SOUSA E FARO, nascida a 25 de Março de 1771, 3.ª Condessa de Lumiares, etc., casada em 1.ªs núpcias a 25 de Março de 1784 com Manuel da Cunha e Meneses, nascido a 13 de Janeiro de 1742, Conde de Lumiares por cabeça de sua mulher, senhor dos morgados de Paio Pires e das Cachoeiras, etc., falecido a 18 de Setembro de 1791; e em 2.ªs núpcias com seu cunhado Luís da Cunha Pacheco de Meneses.

Por esta sucinta resenha se vê a maneira como a posse da ermida derivou dos Comendadores de Fronteira para seus netos os Condes de Lumiares.



CAPÍTULO XXIX

O que o exame e a comparação dos documentos demonstram, é isto :

O praso de Fernão Pais e André Dias foi retalhado em propriedades várias, foreiras por subemphyteuse aos sucessivos senhores do domínio directo. Assim, pois, topamos no 2.^o quartel do século xvi duas irmãs, Brites e Mariana de Sampaio, proprietárias de um prédio contíguo à ermida da Glória, e que de certo não era o dos Condes da Castanheira. O domínio directo pertencia à Condessa de Castro d'Aire, nora do Conde velho da Castanheira. No prédio dos Sampaio achava-se em 1643 (não sei desde quando) estabelecido um Recolhimento de meninos desamparados, sob a direcção de um respeitável Clérigo, e protecção da Casa Real.

Aconteceu que o Conde, morador aí ao pé (certamente no seu dito palácio) entrou a incomo-

dar-se com tal vizinhança. Porquê? ninguém o pode averiguar; deve conjecturar-se que as orações cantadas, a vozeria da rapaziada às horas do descanso, ou qualquer outro motivo de igual jaez, arranhassem os sensíveis nervos do ancião. Corria o ano de 1643, quando êle representou a el Rei, encarecendo o dano que recebia de viver em umas suas casas próximas às dêle suplicante, certo Clérigo que tinha a seu cargo o Recolhimento; dizia mais, que por ser de protecção Real êsse instituto, não se atrevia o Conde a mandar despejar o prédio; pelo que, recorria ao Soberano.

Êste a 11 de Outubro mandou informar a Camara; e a Câmara respondeu o seguinte em 17 de Dezembro:

1.º — que as casas do Conde se achavam em rasoável distância das do Recolhimento, e não juntas, como êle alegava;

2.º — que o domínio directo das do Asilo pertencia à nora do Conde, e não a êle;

3.º — que a mesma senhora, a Condessa de Castro d'Aire, se opunha a que fôsse dali retirado o Recolhimento;

4.º — que êste se achava ali bem, com oficinas e dependências apropriadas, que difficilmente poderiam encontrar-se noutra parte;

5.º — que a maior vantagem da situação era a contiguidade da ermida da Glória, onde os meninos assistiam aos officios, com grande serviço de Deus e satisfação do Senado.

Esta peremptória informação contraria, que o sr. Freire de Oliveira, incluiu na sua obra monu-

mental ⁽¹⁾, foi de certo grande desgosto para o Conde, porque mereceu o ponto final do *Está bem* de el-Rei D. João, em 9 de Março de 1644.

*

Portanto, o que vemos provado é que os meninos tiveram a honra de ouvir no dia da Assunção, 15 de Agosto, dêsse mesmo ano, o sermão *da Glória de Maria Mãe de Deus* prégado pelo grande António Vieira.

— «Bem se concordam neste dia—assim começou a sua prédica o extraordinário orador — «Bem se concordam neste dia, e neste lugar, o título da Casa com o da Festa, e o da Festa com o da Casa: a Casa, *da Senhora da Glória*, e a Festa, *da Glória da Senhora*.».....

Faz inveja pensar no quão mal empregada foi tal oração, tão subtil, tão embrincada de conceitos, tão leve no andar, e tão rica de erudições, numa parte do auditório, que naquêlê dia festivo apinhava a nave da ermida! Que entenderiam de tantas graças os meninos do Recolhimento?

O que vale, é que entre os ouvintes figuraram de certo apreciadores, eclesiásticos e seculares, que ao descer do púlpito o grande Homem o abraçaram, e o elogiaram, provando-lhe que não clamava a surdos aquela voz sonora, ainda hoje vibrante como então na alma portuguesa!

(¹) *Elem.* — T. IV, pág. 528.



CAPÍTULO XXX

Disse, e repito: descrição do palácio antigo não existe, que eu saiba, nem desenhos que a possam suprir. Da mobília que o adornou, também nada (ou pouquíssimo) consta. Eu me explico:

No leilão do museu do sr. Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão, a 18 de Dezembro de 1901, aparece, sob o n.º 67 do catálogo, um movel assim descrito, e que, se tivesse voz, nos poderia referir interessantíssimos pormenores:

«Esplêndida mesa e espelho, em madeira, com alta talha tôda doirada, representando Cherubins e ornatos, e no campo mármore vermelho antigo. Época, Luís XIV.

«Tanto o espelho como a mesa, tem no meio da talha as Armas do Senhor da Ilha do Príncipe, depois Conde da mesma Ilha, e hoje Conde de Lumiares.»

Acrescenta o catálogo:

«É um movel de primeira ordem.»



Os avós dos actuais senhores da Casa de Lumiares, depois de traçada a Lisboa nova, depois de delineado o Passeio público pelo compasso e tiralinhas de Reinaldo Manuel, levantaram o seu palácio (ou antes, regularisaram o que tinha sido dos Condes da Castanheira, alinhando-o ao longo das novas serventias, com um famoso logradouro arborizado até à calçada da Glória, e uma ermida histórica por dependência. Tudo se conservou: a situação da casa, o Orago, e até a própria sepultura de Fernão Pais.

Desde então, isto é desde 1760 a 65, até há poucos anos, o palácio Lumiares conservou a aparência pombalina do risco municipal, e, sem as mínimas veleidades ou presunções architectónicas, era uma esplêndida habitação, que, sem poder ombrear com o risco dado por Francisco Xavier Fabri ao próximo solar dos Vasconcelos e Sousa, era contudo um dos melhores e mais nobres prédios da rua *Ocidental do Passeio*.

Em 12 ou 13 de Agosto de 1865 um incêndio devorou parte do palácio, mas breve foi tudo reedificado com o mesmo aspecto.

Antes do incêndio constava o edificio de lojas, o andar nobre, e uma série de águas furtadas.

Sobre a rua *Ocidental do Passeio* caíam sete anelas sacadas, correspondendo a cinco divisões. Contando do sul, isto é, desde a esquina do edificio sobre o jardim, a 1.^a sacada era de uma salinha; a 2.^a, de um quarto; a 3.^a e a 4.^a, de outro; a 5.^a

e a 6.^a de outro, e a 7.^a, de um aposento da esquina sôbre a travessa *da Glória*.

Sôbre o jardim, ou alameda a 1.^a e a 2.^a portas envidraçadas eram da já mencionada salinha da esquina, com uns degraus largos que as uniam. Esta salinha era muito agradável, e aí se recebiam habitualmente visitas íntimas. A vista enfiava em diagonal pela rua *Ocidental*, que era muito sombria com os altos e chilreados arvoredos do Passeio, e dominava o jardim do palácio, não menos cheio de grandes árvores, a cujos pés se alastravam redouças sempre floridas. Este campestre logradouro arborizado continuava até à calçada *da Glória*, e tinha na esquina um mirante, ou casa de regalo.

Aos degraus acima referidos seguia-se uma pequenina porta; depois três janelas, da sala azul, abrindo sôbre o chamado jardim de baixo; depois três outras da sala encarnada; por último duas da câmara da sr.^a Condessa de Lumiares.

A sala azul era vasta, com seis portas: duas comunicavam com a sala encarnada, duas com o salão da entrada, ou *dos escudeiros*; uma com a sala verde; e uma com o corredor da salinha da esquina. O teto era notável pela pintura do Brasão de família entre figuras diversas. Aqui se realisaram as duas primeiras récitas teatrais celebradas pelos Condes, belíssimas festas muito faladas nesta Lisboa, que tantas tem visto. Êsse teatrinho de sala viu brilhar *actrições* de primeira ordem. A amabilidade dos anfitriões era proverbial.

A sala encarnada tinha pinturas belas no teto: em volta uma orla vermelha sôbre a qual destacava

uma lindíssima grega a claro escuro ; o centro era alegre, de côr clara e luminosa, e semeado de meias luas a ouro.

Depois do incêndio, a reedificação alterou o prospecto do edificio ; as águas furtadas transformaram-se num segundo andar corrido.

A entrada era por um pátio na travessa *da Glória*; dois portões gradeados; entre elles uma grande janela também gradeada sobrepojada das Armas em pedra lioz. Depois ainda seguiam dependências, e a final a capela, que formava a esquina Ocidental da travessa para a rua *da Glória*.

O proprietário actual, comprador de todo o terreno à Casa de Lumiares, teve o bom juizo de conservar lá no interior sôbre um pequeno tanque o antigo Brasão da porta do pátio, e que é como passo a descreve-lo de vista:

Escudo esquartelado: ao 1.^o as faxas dos VASCONCELOS; ao 2.^o banda carregada de três flores de lis, entre dois carneiros; CARNEIRO; ao 3.^o os quarteis de quinas e leões dos SOUSAS do Prado; ao 4.^o a aspa carregada de cinco escudetes das Quinas e duas cruzes dos PORTUGAIS. Sôbre o todo o escudo dos GAMAS da Casa da Vidigueira. Coroa do Conde.

Acham-se também conservadas umas péssimas estatuetas de mármore de Carrara, que parece terem vindo do palácio dos Louriçais em Palhavã, e que, alternadas com vasos, ornavam a alta gradaria do jardim sôbre a rua. Parte dessa gradaria também se conserva aplicada aos vários terraços e edificações que lá por trás se accumularam.

*

A capela é o derradeiro resto do antigo edificio; e na escritura da venda foi imposto ao comprador que nunca em tempo algum podesse deixar de a ter a culto. Examinemos.

Tem esta ermida uma só nave, com três altares.

No altar mor vê-se a Imagem da Senhora da Glória, linda peça de escultura, a que se acha intimamente ligado o coração de sucessivas gerações da família dos Condes de Lumiares e dos seus antecessores, a começar, talvez, no próprio Fernão Pais. E Frei Agostinho de Santa Maria quem me inclina a essa devota suposição. Direi o porquê.

Conta êle que em 1560, pouco mais ou menos, chegou a Lisboa certo escultor forasteiro; pousou numa estalagem ao Rossio, onde ficou devendo muitos dias de hospedagem. Como instassem com êle para pagamento, mandou vir um pouco de barro, e modelou um Cristo prêzo à coluna, que oferecido na feira subiu a vinte mil réis. Foi-lhe então encomendada a escultura da Senhora da Glória. Por quem? isso não o diz o autor.

A Imagem que lá vemos é de tamanho natural, e foi mandada restaurar pelo actual Conde. Aos dois lados dela veneram-se Santo António e S. Domingos.

O altar da banda da Epístola é o da Sagrada Eucaristia; tem um bonito quadro da Ceia.

O altar fronteiro tem uma Sacra Família, que (sem me querer dar ares de mestre) attribuo, como a pintura antecedente, ao pincel de Pedro Alexandrino.

A sacristia é contigua à capela mor para a banda do poente, sôbre a rua *da Glória*, defronte da porta da sacristia abrem-se duas tribunas, uma em cima, a outra em baixo, que ambas, com comunicação interior, foram do uso privativo da família Lúmiães. Por cima da porta principal da entrada corre o coro dos músicos.

Neste bonito e venerável templo manteve-se sempre a mais entranhada devoção à Senhora da Glória, cujo título acrescentavam ao seu nome tôdas as meninas da Casa, como madrinha que era destes nobres Cunhas e Meneses; e de 6 a 15 de Agosto era uso antigo resar-se e cantar-se novena em louvor da mesma Virgem. Assim se cumpriam os desejos piedosos de Fernão Pais. Por isso poderia alguém repetir com o poeta, ao encarar a campa:

e os ossos nus do teu servo
na terra se hão-de alegrar.

A sr.^a Condessa de Lúmiães, D. Madalena Gertrudes Carneiro de Sousa e Faro, do séc. XVIII, compôs ella própria, segundo sabem os descendentes, a prosa e o verso (e creio que até a musica) da novena, que se imprimiu, e conheço, com o título seguinte:

NOVENA | DA AUGUSTA RAINHA | DOS CEOS E TERRA | COM O
SINGULAR TITULO | DA | SENHORA DA GLORIA, | TITULAR CA CASA
DOS EXCELLENTISSIMOS | CONDES DE LUMIARES, | EM CUJA ERMIDA
PUBLICA SE VENERA | N'ESTA CÔRTE, | PRINCIPIA A SEIS DE AGOS-
TO. | ORDENADA A EMPENHO | DA CORDEAL DEVOÇÃO DA EXCEL-
LENTISSIMA CONDEÇA | DE LUMIARES DONA MAGDALENA GERTRU-
DES CARNEIRO DE SOUSA E FARO, E PELA MES- | MA OFERECIDA Á
DITA SENHORA, | — (Lugar de um pequeno ornato tipográ-
fico) — LISBOA | NA OFFIC. DE FILIPPE DA SILVA E AZEVEDO. |
ANNO M. DCC. LXXXIX. — 8.º — 1 folheto de 43 páginas.

Visitei esta capela no dia 11 de Novembro de 1902 com o meu amigo o sr. Vicente de Castro, neto da Casa de Lumiares por linha materna, acompanhados do actual proprietário, a quem se tinha pedido prévia licença; e copiei a lápide sepulcral que jaz defronte da capela-mor; aí se guardam os ossos de Fernão Pais, fundador da primitiva capela em 1570, e falecido em 1578.

O epitáfio diz assim:

ESTA S^A HE DE FERNAO
PAIZ CIDADAO DA SIDA^D
DO PORTO Q̃ HADEFI
COV POR SVA DEVASAM
ESTA CASA DE NOSA S^RA
P^A SIM E SEVS ERDEIROS
A SVA QVSTA. PATER-NOTER
FALECEO NA ERA DE
1578

Quer dizer:

Esta sepultura é de Fernão Pais, cidadão da cidade do Porto, que edificou por sua devoção esta casa de Nossa Senhora para si e seus herdeiros, à sua custa. P. N. Faleceu na era de 1578.

*

Pela extinção das Colegiadas foram os bens delas encorporados no património do Seminário

de Santarém; como o chão pertencia à antiqüíssima Colegiada de Santa Justa, que o aforou em 1527 a André Dias, ficou o sr. Conde de Lumiares pagando o seu fôro ao Seminário; em 1876 remiu-o.

*

P. S.

Para escrever êsses difficilimos capítulos últimos, vali me do Padre António Carvalho da Costa (*Corografia*), do Padre João Baptista de Castro (*Mapa de Portugal*), da *Relação* anónima de 1626, citada mil vezes, do Padre Frei Belchior de Santana (*Crónica dos Carmelitas*), do Padre Frei Agostinho de Santa Maria (*Santuário Mariano*), do sr. Eduardo Freire de Oliveira (*Elementos*), do sr. Gomes de Brito (Artigo no *Comércio de Portugal*), de Amador Patrício (*Memórias das providências àcerca do terremoto*), do sr. Padre José Augusto dos Santos, que teve a bondade de compulsar por mim documentos do Seminário de Santarém, do sr. Visconde de Sanches de Baena (*Arquivo heráldico-genealógico*), do dicionarista Moreri (*Genealogia de Gamas*), do sr. Anselmo Braancamp Freire, que me copiou uns documentos na Torre do Tombo, do sr. Teixeira, archivista do Hospital, de apontamentos do sr. Conde de Bretiandos, da amavel companhia do sr. Vicente de Castro, que examinou comigo a capela da Glória, de umas indicações do sr. Conde de Lumiares, e de outras obsequiosamente comunicadas por duas illustres senhoras dessa Casa.

Cada vez me convenço mais das dificuldades, quasi invencíveis, de escrever obras deste género com muita consciência. O que vale, para consolação do cabouqueiro, é que as secas que dá, e recebe, se hão-de transformar em goso às gerações futuras. ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Quando em Janeiro de 1936, se preparava o terreno onde assentara a Ermida de Nossa Senhora da Glória, para ali se edificar, na revolução das terras apareceram várias ossadas, e pôs-se à vista a entrada do carneiro, em frente do antigo altar-mor do templo. Fomos lá, atraídos pela descoberta que logo deu eco nos jornais da época, e escrevemos no Século de 31 desse mês, um artigo ligeiro sôbre o acontecimento. Quando arrancaram a lápide de jazida de Fernão Pais, ainda se viram, com os ossos, algumas tábuas dos caixões forradas de brocatel, dentro do carneiro, e agarradas a elas duas argolas de latão dourado. As duas caveiras encontradas, na opinião dada pelo sr. Dr. Godinho de Campos, dono do terreno, era uma de homem e outra de mulher, ambos de idade avançada. Dentro do vão, na parede do topo, estava pintada sôbre o rebôco, uma cruz em cujo sapedâneo se lia a data 1794. No corpo da Ermida descobria-se outro subterrâneo aproveitado também para ossuário. A casa da Glória, com a sua Ermida atinente, e terrenos de cultara, era em 1732, de D. José de Portugal, Conde de Lamiães pelo seu casamento. Foi este titular quem vendeu, por quatro contos de reis, a parte alta da propriedade, à Câmara, para ali se construir um reservatório e um Chafariz, complementares da obra das Águas Livres, e que hoje é o jardim sotoposto à Alameda de São Pedro de Alcântara. O brasão da casa Lamiães, ainda se vê agora ornamentando uma Fonte, no jardim do Clube brasileiro, assim como as estatuetas a que se refere o autor, e que eram de uma balaustrada do recinto ajardinado que ficava a Poente do Palácio Lamiães, edificado por Reinaldo Manuel depois do terremoto. (*Nota de M. S.*)



CAPÍTULO XXXI

Depois destes estudos sôbre a ermida da Glória, não me sofre o ânimo deixar de acrescentar duas palavras âcerca da próxima calçada *da Glória*.

*

Ainda muita gente se lembrará (como eu me lembro de ter visto, na esquina dessa empinada serventia para a rua denominada *da Glória*, uma antiga capela, profanada, anexa às ruínas de uns casarões quaisquer, sem architectura. Isso vi eu por 1855 e 56; e lembro-me de que a frente do resumido templo, cuja antiga invocação desconhecia, caía para a calçada, e tinha sôbre a verga da porta uma inscrição a que logo aludirei, que me dava na vista, mas que não copiei (do que profundamente me arrependo). Tecto, não havia; e se lá por dentro algum resto curioso, alguma campa, algum letreiro, se podia topar, não sei dizê-lo.

Os meus quinze ou dezasseis anos nada percebiam do que significava aquêle edículo; hoje, quando o recorde no fundo da memória, com o seu rosto enegrecido, e as franjas amarelentas das ervas a despontarem por cima do espigão da parede, creio ouvir uma voz bradando entre lágrimas, com o profeta Aggeu:

«Domus mea deserta est.»

Últimamente, haverá uns vinte ou trinta anos, tudo foi transformado nas habitações burguesas modernas que lá vemos, onde se acha desde anos (1902) a grande hospedaria chamada *Pension Hotel*.

*

Primeiro, quando principiei a estudar êste ponto figurou-se-me que essa ruína era da primitiva ermida da Glória, a de Fernão Pais; que o terramoto a houvesse inutilizado, e que, edificando os Lumiæres o seu palácio da rua *Ocidental do Passeio*, edificassem também nova capela, transferindo para essa o culto da antiga.

Eu bem ouvia os autores falarem-me na ermida de Nossa Senhora de Pureza; mas teimava de mim para comigo:

«Se a ruína fôsse desta, haviam de intitular da Pureza a calçada, e não da Glória.»

Há miragens medonhas neste género de pesquisas; e eu, mais que ninguém, tenho sido vítima dessas ilusões; confesso-o como o confessaria a um muçulmano do Sahará.

A verdade era outra da que eu supunha. A Calçada chamava-se *da Glória*, porque era anterior à ermida da Pureza, e tirou nome da ermida de Fernão Pais, edificada no lugar onde hoje ainda a vemos. Lá mo diz claramente em 1707 Frei Agostinho de Santa Maria:

«Nas costas da casa professa de S. Roque, da Companhia de Jesus, está uma íngreme calçada, que se chama *a calçada da Glória*, por ficar no fim dela, para a parte do ocidente, e não muito distante do convento das religiosas da Anunciada, a igreja de Nossa Senhora da Glória» (1).

Para se ver quanto a Glória era inferior à Pureza, basta lembrar uma asserção de João Baptista de Castro, o prestantíssimo escritor, que é sempre gôsto e obrigação citar:

«Nossa Senhora da Pureza — diz elle — na calçada *de S. Roque* — (nome que muita gente dava à *da Glória*) — Foi fundada no ano de 1581 por Manuel da Castro, solicitador dos órfãos, e sua mulher Filipa Lourenço, e a dotaram com 100 mil réis para a fábrica. Agora — (depois de 1755) — a administra o Conde de Castelo-Melhor, que comprou o direito aos herdeiros em 18 de Maio de 1711.»

A esse tempo era do outro lado do vale, como todos sabem, a residência dos Condes de Castelo-Melhor, e só depois de 1755 foi mudada para a esquina da calçada *da Glória*, sendo então ane-

(1) *Santuário Mariano* — T. I, pág. 267.

xada a ermida ao palácio, e caindo em ruínas a primitiva.

Logo, o edificio que eu vi na esquina da rua *da Glória* era sem tirar nem por, a fundação de Manuel de Castro.

Tenho uma prova concludentíssima:

A inscrição de que acima falei referia-se (não me ocorre já de que maneira) a um Padre Castilho; isso podia eu afirmar, e era bem natural que o nome me tivesse ficado impresso na memória. Vem a *Corografia* de Carvalho da Costa, e diz-me em 1712:

«Nossa Senhora da Pureza, de que é administrador o Padre António de Castilho» (1).

Quem era esse Castilho não sei eu dizer; as minhas costaneiras genealógicas não rezam dele.

A citada *Relação* do poetastro de 1626 diz, depois de mencionar a Glória:

Mais adiante uma ermida,
que, tendo humilde aparência,
Tem tão grande invocação,
Que é da Virgem da Pareza.

*

Na calçada *da Glória*, hoje nobilitada pelo elevador, havia um passadiço, mas não me lembro dele. Sei que em sessão de 14 de Fevereiro de 1856 a Câmara o mandou vistorizar, pois não estava

(1) Freguesia de S. José.

bom de saúde. Em 28 resolveu officiar ao marquês de Castelo-Melhor, pedindo-lhe que o mandasse quanto antes demolir. Demoliu-se (1).

O nome *da Glória*, que lembra o primeiro pouso das convertidas de Frei Jerónimo, êsse ainda a Câmara o tolera no letreiro da rua e da calçada, até que o substitua pelo de algum vereador ou empregado subalterno. É o principal fadário dos nossos Municípios.

(1) *An. do Mun. de Lisb.* — 1856 — n.º 2, pág. 12.



CAPÍTULO XXXII

O monte fronteiro às Chagas, para a parte do poente a 50 metros de elevação sôbre o Tejo, estava a chamar por um templo. Ai eram os altos de Belver ⁽¹⁾, ou da Boa Vista, assim denominados pela sua alegre e desembargada perspectiva de terra e mar.

Estudemos o assunto.

*

Uma vez, em Novembro de 1894, recebi um honroso convite, em nome da Irmandade de Santa Caterina da corporação dos Livreiros, para escrever a história da Irmandade e da igreja extinta. Apreseiei-me em agradecer declinando-a, essa invejável prova de confiança literária, assim como

(¹) Carv. — *Corogr.* — T. III, pág. 489.

a licença que espontâneamente me era concedida, para examinar o cartório respectivo, riquíssimo em documentos, entre os quais há preciosos livros iluminados. Destaca o dos *Acórdãos e Advertências*, em pergaminho, do formato chamado 4.^o antigo português, tratado lindamente a finas côres e correcto desenho, obra executada em 1673, e que figurou na Exposição retrospectiva das Janelas Verdes em 1882 (¹).

Tudo isso eram tentações para um trabalhador afeito a estudos bibliográficos; sim; mas eu achava-me cansado, desanimado, voltado talvez para outro gênero de trabalhos. Recusei o encargo.

Um irmão, o sr. José Brás de Medeiros, intérprete e emissário da zelosa Confraria, teve então a extrema bondade de me oferecer, um volumoso maço de documentos, por sua mão copiados no cartório, a fim de que dêles me utilisasse quando alguma vez, no futuro, me resolvesse a tratar tão vasto assunto na minha *Lisboa Antiga*. Chegou a ocasião.

De muitos dêsses papéis vou, pois, extrair alguns dados autênticos sôbre a igreja paroquial de Santa Caterina. Além disso, repetirei o que disse o sr. dr. Sousa Viterbo no *Diário de Notícias* (²). O sr. Sousa Viterbo, que é um mestre, viu e compulsou os documentos da Irmandade, hoje na freguesia da Lapa. Pelo seu saber metó-

(¹) Sala E, pág. 318 n.º 43 do catálogo.

(²) De 5 de Dezembro de 1892.

dicamente armazenado, e pelo seu estudo em variados ramos dos conhecimentos históricos, impõe alta valia ao que afirma, e poupa longas tarefas aos estudiosos. Com a devida vênia, pois, eu que não pude examinar o cartório, forragearei no que averiguou este investigador incansável, que, além de lutar com pertinacíssima doença, luta e vence as dificuldades de todo o género inerentes à faina das Letras. Exemplo admirável!

*

Desde 1460 costumavam os Livreiros de Lisboa celebrar festas religiosas na ermida de Santa Caterina de Ribamar, e, para sua regularização, arregimentaram-se em Irmandade no ano de 1467.⁽¹⁾

Livreiros se chamavam em tempo antigo os artífices que *faziam* o livro, isto é os que em letra

(¹) Castilho iludido por uma informação que engana muitos, enraíza a Irmandade dos Livreiros, na distante ermida de Santa Catarina de Ribamar, Como já se referia de passagem, cousa alguma tinha este sacelo de Santa Catarina com tal Confraria nem com as denominações da Herdade de Santa Catarina e das Portas de Santa Catarina. Estas derivaram da primitiva Ermida de Santa Catarina que ficava na lomba do monte, hoje chamado de São Roque, e que o nosso rei D. Afonso II deu aos frades trinos. A Irmandade dos Livreiros, vinha da capela de Santa Catarina, uma das do primitivo Templo do Convento Trinitário, fundada em 1480 por Frei Afonso da Canha. Foi de aqui que se originou a freguesia deste nome, de que se está tratando. (*Nota de M. S.*)

bem visível e clara copiavam sôbre pergaminho, ou papel, a obra do poeta ou do prosador. E a palavra *livreiro* um adjectivo assubstantivado. *Scriptor librarius, librarius scriba*, chamavam os Romanos aos copistas; o que vendia os livros era *bibliopóla*. Depois, entrou a denominar-se o copista e o vendedor *librarius*, quer dizer: *livreiro*.

Desde a invenção da arte tipográfica, foi o industrial do cálamo substituído pelo compositor e impressor; mas como a obra saía em fôlhas da oficina não é ainda o livro, a tarefa do brochador e encadernador é que forma o volume, ou o tomo. Esse artífice foi apelidado entre nós *livreiro*.

Hoje a palavra mudou de sentido; *livreiro* é só o vendedor, se bem que muita vez nas tabuletas se reúnem as duas denominações, de encadernador e livreiro. Não há casa grande de livros, que não tenha oficina de brochador e encadernador.

*

Difícil e formosa arte a de encadernação, que junta, comprime, apara, encapa e doira as folhas de um livro, as conserva, as resguarda, as transmite às gerações! e tanto valiam os oficiais desse honrado mistér, que, sujeitos a inquirições severas, e a longos exames, entravam agremiados na *Casa dos vinte e quatro*, e constituíam, à luz do pensamento religioso, a Irmandade dos Livreiros. Só elles podiam encadernar livros, e vende-los.



Do que era o antigo officio do encadernador, dá-nos informação minuciosa o capitulo VI do Regimento de 23 de Janeiro de 1733, que reformou o anterior, de 24 de Janeiro de 1572, valioso e elucidativo da técnica do mistér. Oiçamo-lo:

... «E todo o official que se quizer examinar, primeiramente saberá fazer um Breviario em volume outavo, dourado pelas folhas, e antes de dobrado será bem batido, e dobrará a primeira dobradura, e depois a impressará pelo tempo de meio dia, e o tornará a bater devidido em partes eguaes. Redobrado o tornará a imprimir por outro tanto tempo, e o tornará a bater na forma dita, de sorte que fique com muita egualdade e sem cova nem rugas, e tornando ultimamente a imprimir, será cosido com linhas alvas, e em cordas dobradas, e lhe dará colla branda para depois de secco ser engomado entre duas regras na prensa, e será collado com pergaminhos ajustados ás casas das cordas, sendo depois de sêco virados os ditos pergaminhos com grude branco entre dois taboleiros, e o meterá na prensa por espaço de meio dia, e o cortará pela dianteira, deixando-lhe margem proporcionada, que fique sem ponta, e o mesmo observará quando fôr cortado pelos lados, advirtindo que a margem da cabeça será mais pequena que a da dianteira, e a do pé maior que a mesma dianteira, e assim depois de cortado pelos lados será cabeceado em corda delgada, com linhas alvas encevadas e com ellas será dourado

pelos lados pondo lhe taboas de faya, e nesta forma será entaboado com todas as cordas, entrando tambem as das cabessadas, e será afinado com muito primor e egualdade, ficando as seichas da dianteira maiores que as dos lados alguma couza, e será sobrecabeceado com retrós de duas côres, e o cobrirá em bezerro ou cordevão, e sendo dourado pelo couro das seichas por dentro e por fora, ficando á eleição do examinante o fazer o dito Breviario, esmaltado ou Rachado.»

São muitas mais, e deveras curiosas para os segredos da arte do encadernador, e para os usos e costumes antigos, as disposições dos outros capitulos, mas abstenho-me (com pena) de os transcrever por não caberem aqui ⁽¹⁾.

Tantos eram por cá os Livreiros, isto é, lia se tanto na antiga Lisboa em dias do chamado *obscurantismo*, que os encadernadores e vendedores de livros mereceram arruados, conformemente às ideias policiais de outrora. João Baptista de Castro menciona na freguesia do Socorro e rua *dos Livreiros*; e um papel de 1716 diz:

«Todo o curioso de recitados, que quizer comprar papeis para cantar, os achará na impressão de solfa da rua *dos Livreiros*» ⁽²⁾.

(1) A parte transcrita foi fielmente copiada por mim da cópia que me deu o citado sr. J. Brás de Medeiros. Conservei quasi sempre a ortografia e a pontuação, por imaginar que que ele conservou as do original.

(2) *Gazeta* n.º 51, de 19 de Dezembro de 1716.

Infelizmente para os desejos do leitor, e para os meus, não posso indicar ao certo o sítio onde ficava essa serventia, em que os curiosos encontravam solfas, e pasto para leitura; por aí não seria raro toparem-se os applicados do tempo à caça de novidades úteis, livros estrangeiros e nacionais. Algum outro dos meus colegas, rebuscadores de antighualhas, preencherá a lacuna.

*

Voltemos à ermida de Ribamar:

Como era longe, parece que o zelo dos irmãos foi esfriando, visto ser-lhes difficilimo concorrer às reuniões e festas a tamanha distância. Então a senhora D. Caterina de Austria, mulher de el-Rei D. João III, depois de ter do seu bolsinho edificado em Lisboa, no cabeço pitoresco de que nos estamos occupando, uma ermida à Santa do seu nome, entendeu favorecer os Livreiros transferindo para ella a Irmandade. Em 25 de Maio de 1557 aí se estabeleceram elles com o seu cartório.

Para a nova obra a Rainha, em 4 de Maio do dito anno, por escritura lavrada nas notas do tabelião António Vaz, a qual se acha no cartório da Irmandade, comprou a Nicolau Bótar, mercador, e Joana Fernandes, sua mulher, os terrenos necessários, com licença prévia de Paulo de Paiva, então senhorio directo das herdades de Vila Nova de Andrada e da Boa-Vista, como herdeiro que fôra de sua mãe, Isabel de Andrada. Êsses terrenos foram na herdade da Boa-Vista quatro chãos e meio

(medição municipal agrimensoria de Lisboa); partiam do norte com terras de Miguel de Valadares; do nascente com a rua pública da Boa-Vista ⁽¹⁾, do poente com a rua de Boa Ventura ⁽²⁾. Êsse Bótar e sua mulher eram enfiteutas com o fóro anual de 50 réis em dinheiro e duas galinhas. Paulo de Paiva recusou receber a vintena que lhe competia do laudemio; e conveyo em tudo Francisco Álvares de Atouguia, a quem Paulo pagava anualmente o dizino dos foros da dita herdade. A Rainha pagou por êsses terrenos 25\$000 reais, e doou-os à Irmandade, ficando livres de fóro para o futuro, segundo declarações dos directos senhores ⁽³⁾.

(1) Hoje a nossa rua da Cruz de paq, ou (se assim o prefere a Câmara) rua do Marechal Saldanha (1).

(2) Depois travessa do Cemitério de Santa Caterina, hoje travessa de Santa Caterina.

(3) Tôda essa escritara me mete numa confusão horrosa. Não sei quem era êsse Paiva, e como se me apresenta directo senhor dos terrenos que Miguel Leitão de Andrada nos dá como pertencentes aos Pinas. Julguei seria cópia errada, *Paiva* por *Pina*; mas o nome de Paulo não o encontro entre os filhos de Isabel de Andrada e Vasco de Pina. E além disso, como, e porquê, pagava Paiva o dizimo dos foros da herdade a Francisco Álvares de Atouguia? Tado confusões, que não sei pôr em ordem, e que parecem invalidar a asserção de terem Manuel e Gançalo de Pina doado gratuitamente o chão em que se edificou esta igreja. Nem sequer posso provar que êses dois últimos, um dos quais encontro vivo em 1541, viveriam até 1557.

Contra o dizer de Miguel Leitão de Andrada, aceito pois a escritara de 4 de Malo de 1557, não sem restrições; e isto



Imagem de Santa Caterina do Monte Sinai que se venerou
 na sua igreja hoje demolida

*

Em 27 de Maio de 1557 deu-se princípio à obra da construção de casa religiosa apropriada.

Quem instigou a tudo isto a Rainha foi o hieronimita Frei Miguel de Valença, e um nobre influente de então, Simão Guedes, Fidalgo da Casa de el-Rei e do seu Conselho, Vêdor da Casa da Rainha, e Juiz da Irmandade dos Livreiros. Foi ele quem deu, em nome de sua Ama, a primeira enxadada no alicerce; foi ele quem naquela igreja, apenas alinhavada em seis meses, mandou dizer a primeira Missa em 25 de Novembro, dia do Orago.

parece-me talvez indicar outro casamento de Isabel de Andrada com um Paiva, que não conheço.

*

A confusão que esta escritura fez ao autor, ficou já desvanecida. Castilho, enredado em complicadas genealogias, nem sempre feitas sobre documentos, ignorava que os Atouguias eram os senhores do domínio directo dos prazos dos Andrades, e por isso não podia compreender o motivo por que eles intervinham em tal contrato, autorizando-o como senhor do dízimo dos foros. O aparecimento de Paulo de Paiva, não senhorio directo, mas enfiteuta deste terreno da herdade da Boavista, é que continua a ser misterioso, e abre lugar para a hipótese apresentada pelo autor, de ter Isabel de Andrade casado ainda outra vez, com um Paiva de que não apparecem vestígios documentais. (*Nota de M. S.*).

Foi êle; mas, além do Simão Guedes, houve outros entusiastas; seria ingratidão omitir o Desembargador Manuel de Almeida, Fidalgo da Casa Real, Corregedor do crime, e Juiz da Índia e Mina, e de Guiné; Álvaro Lopes, Tesoureiro da Rainha; e enfim o Livreiro Salvador Martel. Angariaram e juntaram esmolas, e empenharam-se na obra com o entusiasmo indispensável nestas coisas.

Salvador Martel, estrangeiro de origem, mas amigo da sua terra adoptiva, era honesto character; tendo por longos anos exercido o cargo de Tesoureiro da Confraria, deu sempre óptimas contas, como testificam as actas. Prevalecendo se da sua posição de Livreiro de el Rei, obteve que a Rainha, aliás sempre propensa a obras boas, doasse à Irmandade casa, pratas, paramentos, alfaias, e, além de tudo isso, o padroado da igreja. Era muito, e os agraciados reconheceram-no.

Em 1582 era já falecido Salvador Martel; e em 31 de Outubro, como homenagem aos seus serviços, resolveram os irmãos dar ao filho Luís Martel uma capela. Êle lhe poria o retabulo que preferisse, e aí faria jazigo dos do seu sangue.



CAPÍTULO XXXIII

Voltemos um pouco atrás.

Logo em 9 de Outubro de 1559, com beneplácito do Cabido da Sé, teve a igreja de Santa Caterina, menos de dois anos depois de fundada, a honra de ser erecta em cabeça de paróquia, desmembrando-se das dos Mártires e do Loreto uma porção de terreno, que ficou pertencendo a Santa Caterina. Em 1 de Janeiro de 1560 principiou aí o exercício paroquial.

A área da freguesia nova teve as seguintes marcações, que o sr. Dr. Viterbo extraiu da escritura respectiva, e publicou (1):

Diz êsse documento:

«A saber: começará pela rua acima onde está a bica das casas de Duarte Belo (2) até ir no cimo

(1) Vide *Diário de Notícias* de 14 de Fevereiro de 1893, terça feira gorda.

(2) Hoje calçada da *Bica grande*.

da rua à entrada da outra rua larga que vai ter ao Terreiro das Chagas⁽¹⁾, e tomará ambas as ruas de uma banda e da outra, e daí virará cá sobre a mão esquerda pela rua que vai ter direito às casas de Fernão de Álvares da Cunha e de Jorge de Lima⁽²⁾, e irá subir à rua Direita, que vem do Loreto à calçada do Congro⁽³⁾; e por esta parte não terá a freguesia senão da banda esquerda onde jazem as casas de Fernão de Alvares da Cunha, que entrarão nela, e tôdas as mais daquela banda até à dita rua direita, e daí irá correndo pela calçada do Congro abaixo sobre a mão esquerda, até chegar à Cruz que está defronte do mosteiro de Nossa Senhora da Esperança⁽⁴⁾, e entrará na dita freguesia tôda a casa do senhor Duque de Aveiro até ao mar⁽⁵⁾,

(1) Hoje travessa *do Sequeiro*.

(2) Hoje a rua direita *das Chagas*.

Estas casas deviam ser as dos Senhores e Condes de Canha, que eram baixas e recolhidas dentro num pátio esconço, e no sítio onde vemos o palácio grande que foi de Gaspar José Viana, onde estive, que me lembre, a Legação de Espanha no tempo do Conde de Casa Valência, onde estive depois o sr. Marquês da Foz, e depois a Sociedade de Geografia, e onde hoje (1903) está a Legação da Bélgica. As casas de Jorge de Lima não as conheço. Serão as da esquina?

(3) Hoje rua *do Loreto*.

(4) Havia um crazeiro no Largo da Esperança, no sítio exacto onde há hoje um refúgio com umas palmeiras. Tratei disso no meu livro *A Ribeira de Lisboa*.

(5) Esta casa do Duque, além de outras que possuía em Lisboa e nos seus arredores, era no sítio exacto onde fica a esquina do largo para a rua direita da Esperança, com jardins que abrangiam a área onde se edificou o mosteiro dos

da rua à entrada da outra rua larga que vai ter ao Terreiro das Chagas⁽¹⁾, e tomará ambas as ruas de uma banda e da outra, e daí virará cá sôbre a mão esquerda pela rua que vai ter direito às casas de Fernão de Álvares da Cunha e de Jorge de Lima⁽²⁾, e irá subir à rua Direita, que vem do Loreto à calçada do Congro⁽³⁾; e por esta parte não terá a freguesia senão da banda esquerda onde jazem as casas de Fernão de Alvares da Cunha, que entrarão nela, e tôdas as mais daquela banda até à dita rua direita, e daí irá correndo pela calçada do Congro abaixo sôbre a mão esquerda, até chegar à Cruz que está defronte do mosteiro de Nossa Senhora da Esperança⁽⁴⁾, e entrará na dita freguesia tôda a casa do senhor Duque de Aveiro até ao mar⁽⁵⁾,

(1) Hoje travessa do *Sequeiro*.

(2) Hoje a rua direita das *Chagas*.

Estas casas deviam ser as dos Senhores e Condes de Canha, que eram baixas e recolhidas dentro num pátio escondo, e no sítio onde vemos o palácio grande que foi de Gaspar José Viana, onde esteve, que me lembre, a Legação de Espanha no tempo do Conde de Casa Valência, onde esteve depois o sr. Marquês da Foz, e depois a Sociedade de Geografia, e onde hoje (1903) está a Legação da Bélgica. As casas de Jorge de Lima não as conheço. Serão as da esquina?

(3) Hoje rua do *Loreto*.

(4) Havia um crazeiro no Largo da Esperança, no sítio exacto onde há hoje um refúgio com umas palmeiras. Tratei disso no meu livro *A Ribeira de Lisboa*.

(5) Esta casa do Duque, além de outras que possuía em Lisboa e nos seus arredores, era no sítio exacto onde fica a esquina do largo para a rua direita da Esperança, com jardins que abrangiam a área onde se edificou o mosteiro dos

da rua à entrada da outra rua larga que vai ter ao Terreiro das Chagas⁽¹⁾, e tomará ambas as ruas de uma banda e da outra, e daí virará cá sobre a mão esquerda pela rua que vai ter direito às casas de Fernão de Álvares da Cunha e de Jorge de Lima⁽²⁾, e irá subir à rua Direita, que vem do Loreto à calçada do Congro⁽³⁾; e por esta parte não terá a freguesia senão da banda esquerda onde jazem as casas de Fernão de Alvares da Cunha, que entrarão nela, e tôdas as mais daquela banda até à dita rua direita, e daí irá correndo pela calçada do Congro abaixo sobre a mão esquerda, até chegar à Cruz que está defronte do mosteiro de Nossa Senhora da Esperança⁽⁴⁾, e entrará na dita freguesia toda a casa do senhor Duque de Aveiro até ao mar⁽⁵⁾,

(1) Hoje travessa do *Sequeiro*.

(2) Hoje a rua direita das *Chagas*.

Estas casas deviam ser as dos Senhores e Condes de Cunha, que eram baixas e recolhidas dentro num pátio esconço, e no sítio onde vemos o palácio grande que foi de Gaspar José Viana, onde esteve, que me lembre, a Legação de Espanha no tempo do Conde de Casa Valência, onde esteve depois o sr. Marquês da Foz, e depois a Sociedade de Geografia, e onde hoje (1903) está a Legação da Bélgica. As casas de Jorge de Lima não as conheço. Serão as da esquina?

(3) Hoje rua do *Loreto*.

(4) Havia um crazeiro no Largo da Esperança, no sítio exacto onde há hoje um refúgio com umas palmeiras. Tratei disso no meu livro *A Ribeira de Lisboa*.

(5) Esta casa do Duque, além de outras que possuía em Lisboa e nos seus arredores, era no sítio exacto onde fica a esquina do largo para a rua direita da Esperança, com jardins que abrangiam a área onde se edificou o mosteiro dos

e daí tomará pela praia acima, até chegar à dita bica das casas do dito Duarte Belo (!); e todo o meio deste circuito ficará na freguesia de Santa Caterina.»

*

O novo compromisso que se deu à Irmandade foi de 26 de Agosto de 1567; assinou-o o Cardeal D. Henrique, Regente por seu sobrinho el-Rei D. Sebastião.

Mas, diz o sr. Dr. Sousa Viterbo, «a primeira construcção era muito acanhada, porque em 1572 vemos que se deu principio a uma restauração, ou reconstrução completa..... Desta recons-

Barbadinhos, ou Capuchinhos, franceses, por ali acima até ao alto do que é hoje a calçada do Marquês de Abrantes. Também tratei minuciosamente desses lugares históricos no meu livro *A Ribeira de Lisboa*.

*

Ignoro onde Mestre Jálilo de Castilho colheu informes que o habilitassem a situar as casas de Fernão Álvares da Canha, baixas e recolhidas, dentro de um pátio esconso, no local onde se erguea o palácio de Gaspar José Viana, e onde estiveram as legações da Bélgica e de Espanha, onde residia o Marquês da Foz, onde se instalou a Sociedade de Geografia, e onde agora se encontra albergado o Instituto.

As casas dos Canhas não eram aí. Documentam-no com segurança a descrição e as confrontações da instalação do

(!) Isto é, pelo que é hoje o largo do Conde Barão e Boa vista até à Moeda actual.

trução não nos recordamos que houvesse notícia até agora.»

O sr. Sousa Viterbo possuiu o desenho architectónico da fachada, documento de veras valioso, e teve a inteligente generosidade de o oferecer ao cartório da Confraria. Por aí se vê que a architectura não era sumptuosa, mas singela, em estilo dórico (à maneira clássica do tempo). Entrava-se para a igreja, de três naves, por uma portada de volta redonda, flanqueada de duas colunas, e com uma porta rectângular a cada banda. Duas tórres simétricas acompanhavam a frontaria.

«Quem fôsse o architecto que desse a traça e o debuxo da igreja — diz o sr. Viterbo — não o sabemos ao certo; mas temos quasi a convicção de que fôra Afonso Alvares, *mestre das obras de*

morgado e da capela anexa de Santa Maria da Vitória, de que era cabeça a referida casa às Chagas. Possivelmente seriam no antigo palácio de Gaspar José Viana, as casas de Jorge de Lima. A dos Cunhas ficavam entre as ruas do Loreto, das Chagas, de Duarte Belo e a travessa do Sequeiro. No volume seguinte desta obra se tratará mais miudamente deste solar lisboeta. (*Nota de M. S.*)

Sobre o sítio e o Crazeiro da Esperança, discreteou pormenorizadamente o falecido Mestre Olisipógrafo. Agostinho Vieira da Silva, no seu trabalho, intitulado «O Mosteiro da Esperança», inserto nos N.ºs 45 e 46 da «Revista Municipal». O crazeiro, de tipo manuelino — coluna torsa, e a Senhora da Piedade e o Crucificado, apostas ao alto, escadório oitavado, abrigado num telheiro assente sobre postes de ferro, — foi demolido pela Câmara em 1835, levado para uma Capela do adro do templo da Esperança, e depois removido para a cerca do Mosteiro. Acha-se actualmente, no Museu Nacional de Arte Antiga. (*Nota de M. S.*)

el Rei (1). Era ele então Procurador da Irmandade, e foi ele quem redigiu os apontamentos, ou, como melhor dissera-mos hoje, as bases do programa do concurso para a construção da obra.

«Ácerca do construtor, não temos a menor dúvida; mas, antes de lhe estampar-mos o nome, digamos algumas das circunstâncias em que se realisou o concurso.

«Foi no 1.º de Junho de 1572 que se reuniu a Confraria para dar de empreitada a obra. Compunha-se então a mesa dos seguintes: Francisco de Tórres, Juiz, Afonso Alvares, Procurador, Manuel de Carvalho, Livreiro, Tesoureiro, Tomás de Gouveia e Bartolomeu Lopes, Livreiro, Mordomos, e Simão Vaz Sêco, Escrivão.

«Aberta a praça, concorreram Fernando Alvares, Heitor Barreiros, e Pedro Nunes, além de outros mestres pedreiros. Foi a êste último que se adjudicou a obra, não porque se oferecesse a faze-la por preço mais baixo, mas por ser o official mais antigo e abastado, freguês da igreja, e se *presomir dêle que o faria melhor que todos*, sem querer duvidar da honradez do júri, pergunto: quem sabe se ele se não deixaria levar, como hoje em dia, pela força do empenho? A suspeita é todavia admissível

(1) Foi o architecto do mosteiro de S. Bento, homem abalizado, de quem tratam os escritores de Arte, nomeadamente o sr. Dr. Viterbo no seu *Dicionário histórico e documental dos Architectos, Engenheiros, etc.*, obra de paleógrafo, literato, historiador; obra de perpétua consulta; monumento que honra o auctor, e as nossas letras.

desde que Pero Nunes não era dos que ofereciam menor lanço, mas não resolvamos as cinzas do abastado empreiteiro, atendendo a que era visinho do *Diário de Notícias*, pois morava na rua da Rosa.»

Continuando a pesquisar com inteligência os documentos do cartório, diz mais o nosso guia tão fidedigno:

«Temos também presente o contrato, e parece nos curioso dar a nota dos preços de algumas partes da construção.

«A braça de parede de alvenaria foi ajustada a 950; a braça da guarnição, com seu reboco, a 160; a braça da cimalha de tejo, com seu *alquitrave*, friso, e cornija, a 150; a braça do telhado, pondo a telha que faltasse, além da que então havia, a 400 réis; o pórtico, com as suas duas colunas de 22 palmos, 75\$000 réis, etc.

«Pero Nunes não chegou a ver concluída a obra que empreendera. Em princípios de 1584 fazia-se a avaliação dos trabalhos que deixara, para se pagar aos herdeiros.

«Aos 23 de Fevereiro de 1584 reunia-se a Confraria para ouvir o parecer dos técnicos sobre a construção da abóboda da nave central. Os architectos Filipe Tércio, Baltasar Álvares, e Mateus Pires, foram de parecer, atendendo sobre tudo à qualidade do terreno, que se construísse de madeira. Aos 14 de Abril do mesmo ano foi resolvido dar a construção da carpintaria daquela nave a Francisco Lopes, mestre das obras do Hospital. A traça fôra do architecto Nicolau de Frias.

«A 27 de Maio de 1590 se ajustou com o pintor António Fernandes o douramento do retábulo do altar mor, pagando-se-lhe de feítio 3,5000 réis por cada milheiro de pães de ouro que assentasse. Aos 14 de Setembro de 1595 se fez contrato com Álvaro Gomes, pedreiro, filho de Pero Nunes, para a construção das tórres.»

*

Parecem-me desconhecidos (pelo menos não os conheço eu) alguns desses artistas e artífices, chamados a contribuir para o embelezamento desta notável casa religiosa. Ótimo serviço presta quem assim lhes conserva os nomes; são subsídios autênticos para o história artística da nossa terra.

Se tôdas as Irmandades avaliassem as riquezas históricas que administram, se em cada uma delas houvesse pelo menos um entendedor zeloso, se tôdas as Câmaras Municipais seguissem o exemplo da de Lisboa, e publicassem os seus cartórios, se os Governos dessem auxilio ao salvamento de inéditos, que atulham os arquivos e bibliotecas, a crónica da Arte em Portugal deixaria de ser, como é ainda, um verdadeiro enigma. Honra e glória aos que têm contribuido para dissipar as sombras da catacumba.

*

Ficou de três naves o templo, com porta ao Sul, e outras duas, uma ao Nascente, e outra ao Poente, duas tórres, e oito capelas, além da mor. Nesta

via-se o menino Jesus por cima do Sacrário, e às duas bandas Santa Caterina do Monte Sinai, da parte do Evangelho, e S. João Baptista da parte da Epistola, representando os padroeiros dos dois

Soberanos fundadores.



Igreja paróquial de Santa Caterina
segundo Bráunio, século XVI

A vista-planta de Bráunio (fim do século XVI) deve talvez figurar aproximadamente o que era o templo primitivo. Vê-se a frontaria em bico, um portal largo, e uma janela do coro por cima. Aos dois lados dois

corpos, que bem podem corresponder às naves laterais, cada um com sua porta. Ao poente, um pouco retraído, avulta o campanário, com sineira e coruchéu. Aos pés a ribanceira.

*

Quanto às pinturas e douraduras, também o sr. Sousa Viterbo nos dá novidades velhas, que são as mais saborosas.

«A 27 de Maio de 1590 — escreve ele no *Diário de Noticias* (1) — receberam Gaspar Dias e Antó-

(1) De 6 de março de 1893.

nio da Costa a quantia de 40\$000 réis à conta do preço por que se obrigam, segundo escritura, a pintar o retábulo da capela mor.

«Por uma verba de 15\$000 réis dada a Gaspar Dias em 15 de Novembro, vê-se que elle tinha começado a pintar o retábulo, mas não chegou a concluir a obra; pelo que, a Confraria lhe moveu demanda.

«Os papéis relativos a este pleito — continua este óptimo informador — não os encontramos, e é pena, porque elles de certo nos forneceriam pormenores curiosos acerca daquele artista. O que sabemos é que António da Costa é quem se encarregara de concluir a obra, o que effectuou em 1591. Em 6 de Janeiro recebia elle 23\$400 réis, resto dos 120\$000 por que fôra ajustado o retábulo, quantia que bem denota a importância da pintura. Desta soma só lhe couberam 85\$000 réis, porque os 35\$000 restantes os tinha arrecadado Gaspar Dias. No recibo se declarava que, se se viesse a cobrar algum dinheiro de Gaspar Dias, seria para António da Costa; mas se não se cobrasse, elle se dava por pago e satisfeito com os 85\$000. Além de pintar o retábulo, António da Costa tinha mudado as figuras dos quatro painéis pequenos.

.....
«António da Costa — observa o sr. Viterbo — é um nome novo a inscrever na lista dos nossos pintores; já não assim Gaspar Dias, considerado como um dos principais artistas de século xvi (!).»

(!) Deste tratei no meu livro *Amores de Vieira Lusitano*.

Dos dourados de molduras e cairéis, foi auctor António Fernandes. Sendo já falecido em 1592, sua viúva Leonor de Oliveira recebia de um saldo em dívida 4\$500 réis.

*

Não desejo criminalar o talentoso e eminente Gaspar Dias; figura-se-me que, se elle tinha *arrecadado* os 35\$000 réis em litigio, e teimava em os conservar, invocaria talvez de algum argumento justificativo em seu favor, argumento que hoje é impossível apreciar com segurança. Tem, certo é, sobre a sua memória a espada de Damócles; não me atrevo a faze-la cair. Isto de julgar mortos é melindrosíssimo. Quem sabe se com uma palavra elle nos não convenceria da justiça do seu proceder!

As honradas pesquisas do sr. dr. Viterbo demonstram-nos lutas intestinas violentas na Irmandade, as quaes seria interessante conhecer, mas que para todo sempre ficarão sepultas no mistério.



CAPÍTULO XXXIV

Com a apinhada população destes sítios, tão próximos dos mais concorridos bairros de Lisboa é evidente que o movimento desta igreja havia de ser grande. Num tempo em que era numeroso o clero português, em que tôdas as classes se esmeravam em freqüentar os Sacramentos, em que as Missas votivas se sucediam tôdas as manhãs desde a alvorada, em que os legados pios se cumpriam sem sofisma, em que o sincero sentimento religioso dominava e fortalecia as famílias, a freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai foi centro importante nas fainas litúrgicas.

*

Cinco Irmandades funcionavam na paróquia: a do Santíssimo Sacramento, a das Almas, a de Santa Caterina (dos Livreiros), a de S. José, e a de



Imagem de Nossa Senhora das Dores e do Resgate
venerada outrora na sua Igreja paróquial

S. Sebastião. Não me consta de Imagens notáveis como obras de Arte. Tenho apenas a gravura de uma nas minhas colecções, além da do Orago: é a de Nossa Senhora das Dores e Resgate. Aqui a deixo por memória. Continuarei a narração.

*

Chegou uma ocasião em que as desinteligências quasi habituais entre a Irmandade e o Cabido da Sé ainda se azedaram. Foi este o caso:

Quis em 1625 o Cabido criar uma freguesia nova, a das Mercês, e delineou-a à custa da de Santa Caterina; e diz o sr. Dr. Viterbo:

«Estava no seu direito, segundo o convénio ajustado em 1550; mas a confraria sentia os seus interesses lesados, e empenhou se rijamente na luta pela existência, *struggle for life*. A luta travou se renhida nos tribunais, e prolongar-se-ia encarniçadamente, se a autoridade Real não se metesse de permeio, aconselhando moderação e acordo. As duas partes acederam, fizeram-se mutuas concessões, e o tratado de paz celebrou-se no 1.º de Dezembro de 1632. Da freguesia de Santa Caterina arrancou-se apenas um terço para a constituição da nova freguesia das Mercês.»

Segundo o mesmo escritor, foram estas as marcações da nova paróquia:

«A calçada toda do Congro, da banda do mar, continuando com a rua da Esperança e com suas travessas para o mar até o canto inclusivamente das

casas do flamengo Carlos Estarte ⁽¹⁾, e logo defronte dêste canto, onde está uma cruz de pau, que é a rua de Jesus ⁽²⁾, indo para o norte a rua que vai para S. Bento ⁽³⁾ com todos os moradores da mão direita, por quanto os da mão esquerda são da paróquia de Santos; e ultimamente se limita para a dita paróquia de Santa Caterina a rua Fresca, que está de perlongo para o norte defronte do mosteiro de S. Bento até à quinta de Francisco Soares ⁽⁴⁾; e daí, voltando para o oriente, tôdas as mais ruas,

⁽¹⁾ Eram as casas, que ainda lá estão, de lojas e 1.º andar, onde esteve o *Grémio popular*, onde em 1860 morava o Almirante Alves, e que hoje têm o n.º 28 para a rua das Gaivotas. Esse Carlos chamava-se *Hustaerdt*, apelido flamengo adulterado cá em Hastarte e Estarte. Tinha nascido em Antuérpia, baptisado em 6 de Dezembro de 1575. Passou a Portugal, casou em 7 de Maio de 1603 com uma senhora holandesa de origem, Caterina Van den Linden, baptisada em S. Julião. Carlos Hustaerdt faleceu na freguesia de Santa Caterina, em Lisboa, a 18 de Outubro de 1627, e foi sepultado em S. Domingos no jazigo dos seus. D. Caterina faleceu na

⁽²⁾ Hoje rua *da Cruz dos Poiais*, denominação tirada, segundo se vê, do dito crazeiro. Até então chamava-se *de Jesus* por ter no topo, à direita, o largo com o convento de Jesus.

⁽³⁾ Hoje rua *de S. Bento*, que se chama aí *da Flor da Murta*.

⁽⁴⁾ Da qual quinta tratarei minuciosamente num dos subseqüentes capitulos; é um palácio altamente histórico, muito ligado com a crónica da Casa de Bragança. Prometo ao leitor interessantíssimas novidades.

*

Esta Rua Fresca, aqui citada, é a actual Rua das Gaivotas. (*Nota de M. S.*).

com o mosteiro de Jesus até à ermida da Ascensão exclusivamente. E ao limite da freguesia de Nossa Senhora das Mercês applicam o seguinte, a saber: a mesma calçada do Congro da banda da terra à face da rua, começando do canto da rua da Rosa das Partilhas, defronte da Bica de Duarte Belo, e continuando até à dita ermida da Ascensão inclusivamente, e dali para o norte com a travessa de André Valente, e com a outra de trás da dita ermida da Ascensão⁽¹⁾, continuando com os Cardais de

freguesia de S. Julião em 14 de Agosto de 1662, e foi sepultada no mesmo jazigo. Carlos tinha em Lisboa um irmão, de quem era amicissimo, Lamberto Hustarte (à portuguesa), negociante como êle em ponto grande, e muito abastado. Faleceu na freguesia de Santa Caterina, deixando o irmão Carlos por universal herdeiro. Legou 3:000 cruzados (1:200\$000 réis) à Capela da Santa Vera Cruz e Santo André, da nação flamenga, no mosteiro de S. Domingos, com o encargo de dar anualmente um dote de 40\$000 réis a uma orfã pobre, com a nomeação alternativa, um ano dos irmãos da dita Capela, e no outro dos herdeiros de Carlos. Havia mais a cláusula obrigatória de uma Missa semanal por alma do doador. Faleceu Lamberto a 25 de Novembro de 1625. Estes dois opulentos irmãos fundaram na freguesia de Nossa Senhora da Assanção de Povos, seis léguas ao norte de Lisboa, uma grande quinta denominada *do Cabo*, por ser situada no extremo, ou cabo, da vila, quinta que ainda há poucos anos era pertença de parentes, e depois foi vendida a um membro da família Palha de Faria e Lacerda o sr. José Palha. Tudo isto, e muito mais, consta de uma minuciosa genealogia que escrevi da família Pery de Linde, à vista de papéis autênticos, inquirições, cartas de Brasão, etc. Conservo-a inédita.

(1) Travessa desaparecida, como a seu tempo mostrarei.

baixo até o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição inclusivamente, e dali até à quinta inclusivamente da Cotovia, foreira à cadeira décima sexta do côro do chantre, que ora é dos meios Cónegos Mateus de Gamboa de Ayala e de António Gomes Pinheirò, voltando para o Moinho de vento até ao dito canto da rua da Rosa das Partilhas, com tôdas as mais ruas interiores dentro dêste circuito.»

A matriz desta freguesia nova foi a referida ermida da Ascensão de Cristo sita na actual calçada *do Combro*, ou *dos Paulistas*, junto ao palácio do Desembargador André Valente de Carvalho; dêsse palácio e dessa ermida tratarei logo. Esta desmembração de tantas almas ofendeu os dirigentes da freguesia de Santa Catarina. Houve requerimentos, protestos; era bem presumível.

Desavenças de sacristia assumem proporções de campanhas napoleónicas. O *Lutrin* de Boileau, e o *Hyssope* de Dinis, dão a fórmula poética de desordens, cujo teatro são as paredes de um cartório. Na Encarnação houve as lutas que motivaram a *Dissertação grafi-ortodoxa*, e depois outras, porque um Prior quíz pendurar brincos numa Imagem. São freqüentes, e bradam por Dinis e Boileau. Quando se analisam, porém, vê-se não provirem nunca de malfetorias, mas sempre de mal entendido zelo, e pouco resguardo na forma. O *carola* é tipo de estudo. É ver a ufanía com que enverga uma capa! o aprumo que toma nas solenidades! os obséquios com que oferece cadeiras às suas conhecidas, mandando para o limbo a outra gente!

o seu império no pessoal menor! a familiaridade que ostenta com os Santos! o gosto com que perora na Confraria!

Faz-se pois ideia do que vociferaram em 1625 os Irmãos, ao verem restrita a alçada paróquial pelo Cabido! Oh! natureza humana! oh! expansões dos peninsulares!

*

Nenhum facto historicamente notável me apparece para contar depois disso; entretanto há um caso triste, que tem aqui o seu lugar:

Sexta feira 25 de Novembro de 1718 disse Missa de festa ao Orago o Padre Inquisidor António de Portocarreiro. Acabada ela, e ainda revestido, caiu varado de uma apoplexia fulminante, e no mesmo templo o sepultaram (!).

Quanto à configuração do templo, parece (a querermos dar inteiro crédito ao desenhador da vista holandesa de 1650) variava já então do que tinha sido. Aí se nos mostra uma frontaria em bico, uma portada, e duas janelas por cima. No alto da empena um olho de boi, ou mezanino. Ao Nascente uma construção que talvez indique torre por concluir. Ao Poente outra torre sineira coroada de ameias ornamentais, e tendo uma só ventana a cada banda.

(¹) *Gazeta de Lisboa* n.º 47 de 1 de Dezembro de 1718.

Alvoreceu o pavoroso dia 1.º de Novembro de 1755; a igreja caiu, e morreu gente nos escombros.



Santa Catarina no século xvii

A sede da paróquia passou para a ermida do Espírito Santo do Recolhimento dos Cardais. Pensaram logo na reedificação as pessoas a quem isso compe-

tia. Com efeito a 23 de Novembro de 1757 voltou processionalmente a Sagrada Eucaristia a tomar posse do templo reedificado.

A gravura de Lemprière (século xviii) mostra a frontaria com seu portal, uma janela por cima, e no alto uma espécie de ática sobrepojada de Cruz. Aos dois lados duas târres com ventanas rematadas em pequeninos coruchéus.



Santa Catarina (século xviii)

*

Sobre a porta principal bradou uma lápide, até ao último fim, estas palavras singelas:

ESTA EGREJA FUNDOU A RAINHA
D. CATHARINA NO ANNO DE 1560,
E A DOOU AOS LIVREIROS D'ESTA
CIDADE, E NO 1.º DE NOVEMBRO
DE 1755 O TERREMOTO A ARRU-
NOU, E OS DITOS LIVREIROS,
COMO PADROEIROS PERPETUOS
A FIZERAM A SUA CUSTA NO ANNO
DE 1757.

*

Do ano de 1833 existe um desenho, que apresentou; extraído do livro de Luís Gonzaga Pereira, hoje conservado na Biblioteca: frontaria em bico sobrepujada de Cruz; porta sobre quatro degraus; sobre ela corre um entablamento, em cujo friso se percebem triglifos; logo acima a alta janela gradeada do côro. Ao lado dos nascente ergue-se a torre; ao poente a base de outra não concluída. À direita vê-se o prédio da esquina da travessa *da Portuguesa* para a rua *da Cruz de pau*. À esquerda avista-se o cemitério.

*

Neste templo se conservou a freguesia, até que em 1835, parece que em consequência de um incêndio, se tornou a arruinar a casa. Fugiu então

a matriz, a 22 de Fevereiro, para o convento dos Paulistas, já desnojado dos Frades, e roubado, pelo Decreto de Joaquim António de Aguiar.

«Nesta transferência — diz uma informação manuscrita que possuo e julgo fidedigna — não foi ouvida para cousa alguma a Irmandade donatária da igreja; apenas recebeu convite para acompanhar o préstito; e parece que os irmãos indignados não compareceram.»



Santa Catarina (já arruinada) por 1850

A igreja velha foi profanada, e as chaves mandadas entregar por ordem de um tiranete qualquer, um daqueles liberais intransigentes que tripudiam sobre

as ruínas de igrejas, mosteiros, e palácios, ao Comandante do batalhão 16.º da Guarda Nacional!

Dissolvida a Guarda, a Irmandade dos Livreiros, reunida em junta grande a 15 de Julho de 1838, requereu à Rainha a senhora D. Maria II a restituição das chaves do arruinado templo e casas anexas, alegando antigos direitos. Êsses direitos porém achavam-se desde a transferência para os Paulistas muito cerceados, visto como a Junta de paróquia assumira a si a administração da fábrica em virtude do Decreto de 18 de Julho de 1835. Contudo o Decreto de 6 de Julho de 1836 mandou de novo entregar à respectiva



IGREJA DE SANTA CATARINA EM 1833
Segundo Luis Gonzaga Pereira

C. M. L.
GABINETE
DE ESTUDOS
OLIGOPOLÍTICOS

Irmandade a administração, tomando ela posse de paramentos alfaiaes, pratas, e tudo mais que tão seu era.

*

Da igreja de Santa Catarina tem variado os aspectos, segundo as diversas vistas existentes. Vejamos:

A litografia de Monteiro (1850) é vaga; percebe-se porém a mesma frontaria aguda, o portal, uma só janela, o sítio de uma torre ao Poente, e ao Nascente outra torre completa com uma só ventana. É o aspecto em 1833.

*

Um belo dia, em 1840, appareceu, na lista de bens nacionaes annunciados para venda, a igreja de Santa Caterina. A Irmandade, presidida pelo Conde de Sampaio, levantou-se como um só homem, e representou ao Governo. A consulta do Tribunal do Tesouro público de 3 de Outubro de 1843 informou bem, e a Portaria do Ministério da Fazenda de 31 de Janeiro de 1844 ordenou a entrega das ruínas à Irmandade dos Livreiros.

Tomada posse, ali permaneceram longos annos aquelles paredões negros, que tanta gente folgaria de ver tornados ao seu primitivo esplendor, mas contra os quaes pareciam conjurar-se os terremotos, os incêndios, e os governantes do liberalismo.

Em 1856 a própria Irmandade requereu licença para a venda, e foi-lhe concedida por Decreto de

17 de Junho, e Carta Régia de 30 de Julho, mandando-se-lhe que empregasse o produto obtido em inscrições. São estas as ratoeiras que inventam os Governos honrados: obrigam a empregar numerário em papéis seus, prometem respeitá-los, e quando menos se pensa vem um *estadista*, e cerceia os rendimentos.

O templo tão querido da Família Real, o templo para cuja edificação pediu esmola Salvador Martel, o edificio que tanto interessou uma Rainha bondosa, e que daquêle alto servia de guia aos marinheiros, caiu e desapareceu.

*

O seu estado, já em 1856, era o seguinte, conforme a escritura da arrematação de que logo falarei: paredes mestras; frente ao Sul, com porta principal, e por cima a janela do côro; no cunhal do Nascente uma tôrre (de que me lembro, e que os meus curiosos vinte anos desenharam de longe) quadrada, com quatro ventanas sem sinos (tinham-nos levado os Livreiros quando passaram para os Paulistas); duas portas da igreja mais estreitas que a principal, uma ao Nascente, a outra ao Poente. Da banda Ocidental um pedaço de terreno de logradouro com um asseuto de casas de oficinas, de loja e primeiro andar, tudo em ruínas, comunicando com o templo e a sacristia, e além disso um terreno murado, que servira até 1834 para cemitério paroquial, o qual deu nome à travessa; da banda oriental outro logradouro cerrado

com cortina de alvenaria à face da rua da Cruz de pau, e nêsse logradouro outro assento de casas de oficinas, em parte com lojas e dois andares, onde se percebiam vestígios de sacristias velhas, casas de despacho, e habitações de empregados, tudo em grande ruína. Contígua a êstes pardieiros uma pequena barraca com seu lanço de pátio, que orlava a igreja pelo norte; aí se via uma escada de pedra para o segundo pavimento.

A frente pela banda do Sul, ao longo da rua do Monte de Santa Catarina, desde o cunhal do Nascente ao do Poente, media 108 palmos (23 metros e 76 centímetros); do Nascente em linha recta desde a prumada da tórre, 19 palmos (4 metros e 18); do mesmo lado, em direitura com o alinhamento da rua da Cruz de pau, à vontade da cortina de alvenaria, 165 palmos (36 metros e 30); que juntos ao anteriores 19 palmos perfaziam 40 metros e 48 centímetros; da banda do Norte, 47 palmos, a formar um ângulo saliente; e continuando até ao muro do cemitério, à face da travessa dêsse nome, 162 palmos (45 metros e 98). Pelo norte confrontava êste terreno com o palácio do Conde de S. Lourenço (onde hoje são as oficinas tipográficas dos srs. Castros). Pelo Poente, continuando a medição, à face da travessa do cemitério, indo do Norte para o Sul até ao cunhal da rua do Monte, onde começou a medição, formava o plano um ângulo saliente compreendendo o muro do cemitério, e o logradouro, 208 palmos (45 metros e 76). Esta área tôda media 30.049 palmos, ou 670 metros e 88 centímetros.

Ora a barraca de que falei, contígua às oficinas, pertencia à Casa de S. Lourenço; por ela lhe deu a Irmandade 200\$000 réis.

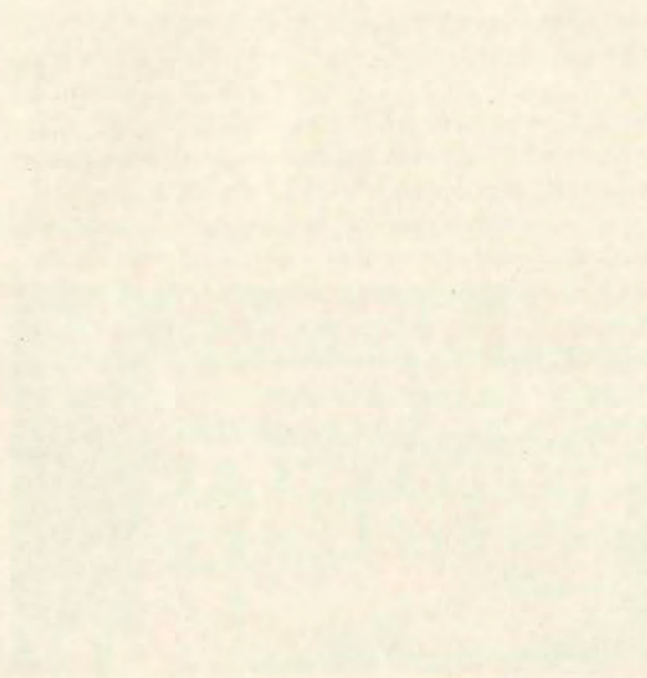
Em 20 de Outubro de 1860 procedeu-se à arrematação de tudo, na Administração do Bairro de Alcântara, e foi arrematante o corretor António Gonçalves Lamarão, por 2:610\$000 réis

Custa-me não poder dizer em que data ele vendeu a sua compra de ruínas ao negociante José Pedro Colares; o que sei é que em 1861, enquanto o sr. António Osório de Campos e Silva preparava e imprimia o seu bem elaborado *Almanaque do Clero do Patriarcado para 1862*, se estava demolindo aquêlê resto de maior quantia (!). Substituiu-se à igreja quinhentista um prédio vistoso, precedido de jardim, com estátuas de pedra e candeeiros de ferro fundido.

(!) *Almanaque* pág. 116.



Antigo palácio dos Condes de S. Lourenço junto a Santa Catarina
(hoje tipografia Castro e Irmãos)



UNIVERSITY OF CALIFORNIA LIBRARY
SANTA BARBARA, CALIF.

C. M. L.
G-8 E E
DE ES UDOS
OLISIPONENSES



CAPITULO XXXV

Houve nestas imediações muitas capelas particulares, já em palácios e palacetes, já em recolhimentos. Ser-me-ia impossível enumerá-las tôdas. Algumas ao menos.

O Recolhimento do Espírito Santo, quasi de frente da actual Academia Real das Ciências, ficava na esquina da rua do Arco para a de S. Marçal. Ainda por 1866, se não me engano, existia a ermida contígua. Fundou-a D. Maria Borges, em 1671 ⁽¹⁾.

(1) Carv. da Costa — *Corogr.* T. III, pág. 501.

*

O Recolhimento dos Cardais, fundado por D. Maria Borges, na quinta do Cirurgião Mor que era de sua irmã o Dr. João Garcez de Azevedo, Cónego da Sé de Lisboa, e de que ella foi a primeira regente em 1682, ficava junto à

O Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo era dos Condes de S. Lourenço, na freguesia de Santa Catarina (1).

O Hospício dos Eremitas da Serra de Ossa era também nessa freguesia, à Cruz de pau (2).

O dos Missionários do convento de Brancanes; o dos Franciscanos da Custódia, da ilha da Madeira; o dos Carmelitas de Pernambuco; o dos Religiosos de Santo António do Rio de Janeiro; não sei ao certo onde ficavam. Só sei que esta chamada Liberdade deixou Portugal uma ruína, em nome das suas intolerâncias liberais.

*

Ao sítio, a este monte célebre, coube a honra de ser, por assim dizer, o solar de um bairro lisbonense, e de lhe comunicar o seu nome. O *bairro de Santa Catarina* era uma das divisões judiciais e administrativas da Capital. No último quartel do século xvi parece que por isso eram os habitantes desta paragem denominados os *caterinos*, na gira vulgar, em

casa dos Cabedos (onde esteve o Colégio Calipolense), o qual encabeçava a quinta quinhentista «dos Cardais», ao Sul de outra quinta chamada da Palmeira, cujo nome ficou a uma serventia local. Estas três propriedades, retalhavam-se na vertente que descaía dos Moínhos de Vento e de Monte Olivele, para o vale de São Bento. (*Nota de M. S.*).

(1) Carv. da Costa — *Corogr.* T. III, pág. 490.

(2) Carv. da Costa — *Corogr.* T. III, pág. 493.

oposição aos dos bairros orientais, conhecidos por *alfamistas*. Diz Alcino na comédia *Ulysippo* (1):

«Quero chamá-lo, que suba; ouviremos a sua linguagem, porque é um marcado azevieiro.»

E pergunta-lhe Régio:

«Dos Caterinos, ou Alfamistas?»

*

Tudo acabou. O que estou escrevendo é o epitáfio destes contornos, e nomeadamente desta igreja lisbonense tão cheia de memórias.

Para a tornar atractiva aos homens de letras, basta a circunstância de ter sido a morada da Irmandade dos Livreiros, classe a que muito devem as Literaturas de muitos países.

Hoje o Livreiro (note-se) não é apenas encadernador; o sentido do vocábulo ampliou-se, nobilitou-se; hoje o Livreiro é o editor, o companheiro do autor, a forma e o corpo do livro; e o livro é a civilização.

*

Se o autor cria a alma do livro, quem a reveste é o editor.

Se um gasta a existência, a vista, a saúde, nas lutas intellectuais, o outro, não menos lutador,

(1) Act. III, sc. III.

materializa a ideia, torna-a visível ao maior número, combate com as néscias indiferenças e os desdons do público.

magnæ fastidia Romæ,

prepara o mercado, dá alento aos novos, consagração aos velhos, e arriscando nestas pugnas os seus cabedais de numerário e tarefa, é um servidor, e muita vez um benemérito.

O público, chapadíssimo ignorante, corre atrás de fogos fátuos, e prefere o ouro aos ouropéis; uma das missões do Livreiro é encaminhar essas hordas de leitores, para quem o jornal maledicente, que os preverte, é Evangelho, para quem a caricatura ofensiva é Arte, e para quem o romance deletério e obsceno é Instrução.

Nos seus esforços, portanto, em favor das publicações úteis, bem merecem os editores conscienciosos, e deveriam os Governos animá-los e premiá-los como promotores do bem.

*

Jazia em ruínas o templo de Santa Catarina; via-se a Irmandade a pique de o perder de vez, e na impossibilidade financeira de o reedificar; reconhecia que nos Paulistas era apenas hóspeda, e perdera a sua independência. E foi então, que na sessão da Junta grande da Irmandade, de 21 de Agosto de 1855, o Livreiro António Máximo Verol Senior muito se honrou com uma nobre proposta que fez.

Queria se tentasse um esforço supremo, se tomasse uma resolução heróica, se adquirisse por empréstimo uma certa quantia, se recorresse a uma finta, a uma subscrição, caso fôsse necessário, e se restaurasse modestamente a igreja. Depois, queria se anexasse à sombra dela, à sombra da antiga Padroeira dos irmãos mortos, Santa Caterina do Monte Sinai, um pequenino hospital e um asilo, que servisse de honrada aposentadoria aos Livreiros velhos e necessitados, aos inválidos do trabalho do livro, aos companheiros dos homens de letras, ainda lembrados da enxerga de Camões, e do seu lençol funerário obtido de esmola.

Seria uma espécie de montepio, uma caixa de previdência, uma cooperativa *sui-generis*, abrigada pela Cruz. O generoso alvitre não se chegou a realizar.

O enguiço é uma potência diabólica.

Pois era bem útil e respeitável a ideia!

Castilho, mais poeta, sim, porém menos administrador, menos positivo, devaneou análoga aposentadoria (ou talvez antes hospedagem) para poetas, artistas e sábios. Lançou a público em 1861, aquela formosa lembrança do aproveitamento de algumas das profanadas residências monacais, convertendo-as em asilo de inválidos do trabalho da inteligência.

... «Êstes conventos-palácios, — diz elle — estas cercas-principados e paraísos, estas grossas rendas, porque se não applicariam a abrigar e manter, isto é a salvar, recompensar, e aproveitar poetas, artistas, e sábios, que são (cada um a seu modo) outros tantos solitários por vocação, e que do fundo dos seus ermos encantam o mundo com prodígios?

«Não há religiosos, que mais deveras honrem e manifestem a Potência Criadora.

«Como a convivência quotidiana, de todas as horas, diurna e nocturna, com tantos engenhos e talentos variadíssimos, fecundariam a cada um com o pólen de todos!

«Como o pintor influiria no poeta! o poeta no músico! o músico no estatuário! o estatuário no historiador! o historiador no filósofo! o filósofo no moralista!

«Como os bisonhos reaqueceriam com o seu fogo aos veteranos, e aos inválidos (se os lá ouvesse) encaminhariam com a sua experiência os águias, no seu primeiro adejar à borda do ninho!» (1)

.....
Irrealizável mas formosa utopia, filha de um devaneio, e fugitiva como um raio de luz!

*

Continuemos com Santa Catarina.

Certo é que, em 1850 e tantos, os transeuntes, ao verem ali ruínas pasmadas e tristes, sentiam no fundo do coração tamanho desamparo.

O Panorama (2) acusou a Irmandade pelo desleixo em deixar perder as suas regalias desde a transferência de 1835; mas, apesar da sua intenção boa, foi, injusto me parece. Que se havia de fazer? a Irmandade lutou quanto pôde, mas nada al-

(1) *A Chave do enigma*.

(2) 1857 — Dezembro — 4.ª série, vol. 1.º, pág. 409.

cançou, porque os tempos vão pouco propícios para fundações religiosas. contra a indiferença do público ainda se combate; contra a má vontade dos dirigentes, e contra o *absolutismo* de certos Governos *constitucionais*, nada há que fazer.

O aludido artigo do *Panorama*, assinado por F. D. de Almeida Araújo, mostra ser de um respeitador do passado, e de um coração a quem doem os vandalismos modernos; aí exclama o autor em fins de 1857:

«Quem vos dirá ao passar pelo pardieiro que existe na extrema direita sul da rua da Cruz de pau, que ali houve noutros tempos uma sumptuosa paróquia, que em eras mais remotas foi um formoso desvêlo da alma da Rainha D. Caterina?»

Em 26 de Junho de 1868 os próprios sinos, que tão alegres tinham cantado naquêles campanários, anunciando as festas e glórias do templo e da Irmandade, os sinos que tanta vez deram as boas vindas aos mareantes chegados de longes terras, foram afinal vendidos em hasta pública por 512\$364 réis. Tudo se vende! tudo se reduz a vilíssimos patacos; tudo, até a alegria das festas religiosas, o cumprimento da vontade dos defuntos mais ilustres, a poesia sacrosanta das tradições nacionais!

*

Eis aí o que roubei à *Monarquia Lusitana*, ao sr. Sousa Viterbo, a João Baptista de Castro, etc., e sobretudo aos preciosos documentos do cartório da Irmandade, copiados e oferecidos a mim pelo sr. Brás de Medeiros, a quem muito agradeço.

Não peço perdão de tantos roubos, nem temo ser condenado, porque uma obra do género da minha, mera vulgarização de estudos alheios, vive de furtos.

Já alguém, pessoa aliás muito inteligente, me disse uma vez, apreciando em síntese a *Lisboa antiga*:

— O que V. diz nos seus livros é geralmente sabido; a graça dêles é enfeixarem noticias conhecidas de todos.

A graça dêste apreciador é animar, segundo se vê; mas disse bem; eu também não tenho outra ambição: sou um varredor nocturno, e nada mais. O que me consola, é que, entre os lixos que varre a minha pobre vassoura, alguma cousa útil e preciosa pescarão os gandaieiros.



CAPÍTULO XXXVI

O monte de Santa Catarina prolongava-se para a banda do mar na mesma altura do cume que ainda resta.

Cento e dez propriedades de casas, em três grandes ruas, se erguiam naquela espécie de promontório, que terminava no focinho por uns cães de pedra à orla do rio.

Diz a tradição que, pelas 11 horas da noite de 21 de Julho de 1597, entrou uma voz desconhecida a gritar em altos alaridos por aquelas ruas, que fugissem todos, porque não tardaria em subverter-se o monte. Que seria isto? provavelmente o homem, transeunte retardatário, percebeu algum esboroamento parcial, algum sinal precursor que o assustou. Foi dito e feito; acordaram em sobressalto os moradores, saíram em tropel, e acolheram-se em

qualquer escampado ao norte da Cidade. Poucas horas depois, em 22 dêsse Julho, era a derrocada⁽¹⁾.

Temia-se em Outubro dêsse mesmo ano de 1597 continuasse o desabamento. A Câmara propôs se fizessem obras para o impedir. El-Rei D. Filipe I aprovou o alvitre, e ordenou se lançasse mão de um de dois expedientes: ou fintar geralmente a Cidade, ou lançar um tributo temporário⁽²⁾.

Em Carta Régia de 15 de Dezembro determina o mesmo senhor lhe envie a Câmara o plano e orçamento das obras, visto a Casa dos vinte e quatro opinar seriam necessários mais de 300 mil cruzados⁽³⁾.

Não sei o que se fez; vejo que em 13 de Fevereiro de 1621, sábado, desabou outra vez sôbre a estrada da Boa Vista uma nova parte do monte, das 8 para as 10 horas da manhã⁽⁴⁾.

O Senado representou ao Vice-Rei, que, tendo-se arruinado por terceira vez aquêlê cabeço, se tornava urgente o reparo construindo-se uma barbacã de suporte, afim de se não perder o templo de Santa Catarina, e tantas casas nobres como por ali havia; e em 20 de Março dêsse mesmo ano de 1621 assentou a dita Câmara, que, reconhecida a urgência de uma obra grande no sitio onde o monte entulhara o caminho marginal e o Cais das Negras, desaterrando tudo segundo o traçado de

(1) Mor. de Mend. — *Hist. dos terrem.* pág. 66.

(2) Sr. Freire de Oliveira. — *Elem.* — T. II, pág. 98.

(3) Id. *Ibid.* — pág. 99.

(4) *Elem.* — T. II, pág. 585.

Teodósio de Frias, Architecto da Cidade, se tomasse de empréstimo a quantia precisa para se satisfazer a despesa, desde que o Rei decidisse o que se achava pendente quanto ao tributo (1).

Devo confessar, que não tenho agora meio de seguir o andamento do negócio; mas é bem de crer que alguma cousa se fizesse.

*

Não eram só as desagregações de terreno que prejudicavam o sítio. Consta não menos que muitas outras vezes, pela sua grande elevação e exposição desamparada aos quadrantes de Sul e Sudoeste, o açoitavam desapiedadamente os vendavais.

Em 19 de Novembro de 1724, por exemplo, soprou sobre Lisboa um temporal medonho, descrito no *Gabinete histórico* (2). Nêste alto de Santa Caterina foi arrancada do espigão de ferro que a segurava, e derrubada, uma grande Cruz de mármore vermelho da Arrábida, que desde muitos anos ali resistia às violências do Éolo (3), e que provavelmente foi a antecessora (ou talvez a sucessora) da *Cruz de pau* a que logo aludirei.

(1) *Elem.* — pág. 582.

*

Ainda no século XVIII, hogue na faldá de Santa Catarina para São Paulo, perto de S. João Nepomaceno, um posto ou local chamada *Casas Caídas*. recordação dos desmoronamentos de 1621. (*Nota de M. S.*).

(2) T. VII, pág. 176.

(3) *Ibid.*

*

De tanto destroço nada resta hoje, felizmente, por aquêllo sítio pacífico e sereno, onde as moradas ricas e grandes dão à calçada uma agradável aparência.

O que é indispensável é que os nossos Municípios, que tão raramente apreciam a importância vivificante do belo entresachado no útil, queiram impedir sempre que a orla meridional do alto de Santa Catarina se obstrua de novas construções. O que deixaram perpetrar no alto das Chagas é nefando; não continuem.

*

Para o alto de Santa Catarina iam tôdas as tardes, depois do seu jantar, encontrar-se os dois velhos da anedota, que estavam tôda uma tarde calados em frente um do outro, a sorver pitadas de simonte,

*Je ne lui parlais pas, il ne me disait rien;
Ainsi se termina ce superbe entretien,*

e que se despediam sempre com a recomendação de «Venha amanhã mais cedo, amigo, para conversarmos».

Para ali iam os jarretas curiosos de notícias, comunicar uns aos outros os casos políticos da

estranja, lidos na *Gazeta*, e decidir pacatamente a sorte dos Impérios. Lá diz Tolentino em 1779:

Iremos ouvir mil poetas,
quando mais o sol se empina,
vendo acérrimos jarretas
junto a Santa Catarina
argumentando em Gazetas.

Aquilo é um respiradouro necessário; é uma sacada aberta aos bairros próximos.

Vai se ali desde séculos tomar o ar marinho, e vêr, nas tardes de outono a destroçada panóplia multicolor do sol poente, quando êle se recolhe ao seu camarim nocturno. Vamos daí contemplar a linha sinuosa dos oiteiros de Caparica, e espraiar olhos pelo nosso golfo napolitano semeado de velas brancas; observar se chegou algum paquete transatlântico, ou se a esquadra inglesa ou alemã fundeou em linha; espreitar no Aterro, lá em baixo, o passar dos eléctricos, das carroagens, dos comboios, dos automóveis.

Enfim, as armas de crianças para ali é que vão apascentar as suas crias, e encontrar os municipais dos seus devaneiros.

Pese bem o Senado de Lisboa tôdas estas circunstâncias momentosas, pense nos jarretas, pense nas amas, pense nos velhos do simonte, e nunca permita que o dito popular tão pitoresco de *ver navios no alto de Santa Catarina* venha a tornar-se um quebra-cabeças para os arqueólogos da era de 4000.

*

A propósito:

Um proprietário abastado, enriquecido no Brasil, Domingos de Sequeira Queirós, pensou a valer, em 1877, na formosura do sítio, e devaneou levantar à beira do precipício um grande prédio. Comprou o terreno, mandou fazer plantas e alçados, e requereu em 1 de Dezembro licença à Câmara para edificar. Em 12 de Janeiro de 1878 procedeu esta ao exame do terreno; o Advogado e o Engenheiro votaram contra a concessão da licença; a Câmara resolveu entrar em negociações com o proprietário.

Queirós recalcitrou; e vendo prestes a fugir-lhe o seu sonho, pediu uma compensação, uma indemnização exorbitante. A Comissão de obras foi de parecer que, esgotados os meios amigáveis, se recorresse a meios judiciais. Declarou-se a luta.

*

Logo em Fevereiro mandou Queirós construir um tapume de taboado na orla do seu terreno confinante com a rua pública. Foi um sobressalto geral. O Vereador Pequito reclamou em 25. A Câmara não descançou. Em ofício de 30 de Abril comunicava-lhe o seu Engenheiro Garcia que o orçamento da despesa com o traçado de um jardim, a supressão da cortina e grade que lá havia, a edificação de um muro de suporte ao sul, e aterro indispensável, importava em 1.858\$297, o que, junto à expropriação no valor de 1.542\$500 réis

perfazia 3.400\$797 réis. Para despesas imprevistas acrescentavam-se 599\$203; a Câmara em 3 de Maio aprovou esses míseros 4.000\$000 réis.

Em sessão de 28 de Novembro nomeou-se uma comissão camarária para tratar com Queirós; este, que pedia primeiro 10\$000 réis por metro quadrado, desceu no preço, e declarou vende-lo por 7\$260. A comissão achava este preço justo, porque assim a Câmara só desembolsaria 8.036\$820 (!).

*

Tudo se realizou como aconselhava o bom senso, porque talvez Queirós não dispozesse de influências políticas, e não tivesse cotação nesse bulhento mercado; e pouco depois (oh! alegria!) as amas, os jarretas, e os municipais, entravam de novo na posse do lindíssimo logradouro.

Honrou-se a Câmara procedendo assim. Devia ter feito o mesmo quando lhe pediram licença para pôr um anteparo no mirante das Chagas.

Queirós deixou de edificar os seus *castelos no ar*, e a Câmara substituiu-lhes um jardim suspenso sobre o Tejo. Lucrámos.

*

¿ Mas lucrámos para sempre? não o afirmarei.

Quando, lá para o futuro (remoto ou próximo), um proprietário, que disponha de votos, quizer levantar andares, torreões, minaretes, zimbórios,

(!) *Arg. Mun. de Lisb.* — 1878 — pág. 59, 78, 115, 238, 304,

nos prédios que o jardim público domina hoje, ou no próprio jardim, não pode já recusar-lho a Câmara. Recusar-lho! em nome de quê? Deve vender-lhe as braças de terreno que forem necessárias, para ali se erguer um monstro com muitos andares, que nos tire a vista do mar.

Depois do que permitiu no pátio do Pimenta, ha-de consentir, queira ou não queira, cedo ou tarde, por fas ou por nefas, o levantamento dessas e quejandas tórres de Babel; há-de anuir às veleidades dos imaginosos; há-de, em homenagem à coerência, cooperar com o seu beneplácito no entaipamento do quadro assombroso que dali se disfruta ainda.

O aresto do alto das Chagas justifica tudo.

O que vale, para ainda podermos gosar mais algum tempo o que é nosso... é que nem todos os donos de prédios em Lisboa são políticos influentes.



CAPÍTULO XXXVII

Quem sai do *alto de Santa Caterina*, toma (se vai para o *largo do Calhariz*) pela *rua da Cruz de pau*, hoje crismada pela Câmara em *rua do Marechal Saldanha*.

Deu nome a essa estreita e feia serventia uma enorme cruz de madeira, que naquêlo cabeça era avistada de muito longe, e servia, até fora da barra, para baliza aos mareantes. Isso usava-se muito, e tinha parentesco estreito com as que iam ao longo da costa de África assinalando o caminho dos nossos navegantes e conquistadores.

Lá diz João de Barros:

«Nem daí por diante consentiu (el-Rei D. João II) que os capitães que mandava a descobrir esta costa povessem *cruzes de pau* pelos lugares notáveis dela, como se fazia em tempo de Fernão Gomes, quando descobriu as quinhentas léguas de costa

por condição de contrato que fez com el-Rei D. Afonso, mas ordenou que levassem um padrão de pedra" (1).

Quer dizer: a providência de el-Rei substituiu as cruzes por padrões de lioz. A cruz de pau do alto de Santa Catarina, que tantas coisas viu, tantos navios encaminhou, e que foi (como aconteceu à Niobe da fábula) transformada em pedra, maneira de a nobilitar e conservar, caiu; deixaram-na cair; desapareceu; deixaram-na desaparecer; ficou-lhe o antigo nome, como derradeiro vestígio, apegado àquêlê cabeça; e um belo dia, êsse nome pitoresco foi apagado por uma Vereação, e atirado para a vala do esquecimento. Viviam ainda aquela cruz nas memórias públicas; continuava a ser mencionada, graças a um modesto letreiro municipal. Como se êsse letreiro, quási piedoso, fôsse uma indignidade, raspavam-no.

E para quê?— pergunta o bom senso.— Que mal fazia ali aquela Cruz, e que mal fazia ali aquêlê letreiro?

Há-de ser difícil uma resposta convincente. O que é certo é que o letreiro foi apagado, e substituído, em Fevereiro de 1896, pelo nome do grande Marechal Saldanha!

Seja assim.

*

Na esquina oriental desta rua, sôbre o Calhariz, existe o palácio que foi dos Marquêses de Valada, renovado pelo novo dono.

(1) Ásia — Dec. I, L. III, cap. III.

Ora este palácio, sobre cujo portal campeavam as armas dos Meneses, de Tarouca, e as dos Castros, das treze arruelas, tem a tachada ocidental para a mencionada rua *da Cruz de Pau*, e para a *do Almada*, em que esta se bifurca por um ângulo muito agudo.

Ao escrever neste momento o apelido ilustre de ALMADA, a minha pena estremeceu involuntariamente; e sabe o leitor porque? e quer sabe-lo? Não adivinha o que um tal nome diz. Poucos lisboetas, ao pronunciarem hoje com indiferença o letreiro dessa viela obscura, suspeitam sequer que estão evocando das sombras da História um dos mais completos e perfeitos cavaleiros, que jamais honraram o brio português: nada menos, que o grande Álvaro Vaz de Almada.

Pois é tal qual. Trata-se dele, e não de outro.

*

Ladrava descomposta e atrevidíssima a intriga e traição cortesã, nos paços de el-Rei D. Afonso V, contra um homem cujo crime era ser grande, era ser popular, era ser leal.

O perseguido era o tio do Soberano, um dos da côrte dos filhos de D. Filipa de Lancastre, o legendário, o liberal Infante D. Pedro.

Esporeado da veleidade do mando, e adulado pelo Duque de Bragança e pelo Conde de Ourem, entendeu o juvenil Monarca arrancar das mãos do Regente, a quem devia tudo, o Ceptro, que ele honrava sustendo-lho, e resguardando-lho na

sua menoridade. Demitiu logo o Regente, e do melhor grado, a sua Realeza interina. Seguiram-se, ainda assim, as diferenças que todos sabem, porque os embustes recresceram, e sôbre o Reino começou a acastelar-se o negrume da tormenta.

*

Por entre a confusão desse periodo há um vulto feminino que sobressai, e que hoje podemos considerar uma vítima das etiquêtas estreitas: é a Rainha, a filha do perseguido, a formosa e quasi infantil Isabel; presa a um lado pelo coração, como filha; presa ao outro lado pelo dever, como esposa.

*

Chegou ao Infante D. Pedro um assomo de justíssima altivez; e quando o tredo Duque de Bragança, o occulto maquinador do trama, depois de acabar de insultar a seu irmão na pessoa de todos os seus partidários e amigos de entre Douro e Minho e de Lisboa, lhe mandou pedir com fingida cortesia licença para lhe passar pelas terras do Ducado de Coimbra, negou-lha o Infante, saindo-lhe ao encontro de mão armada.

El-Rei, que só buscava pretextos, deu a seu tio por traidor e desleal, e ordenou que marchassem sôbre elle.

*

No paço de Lisboa, entretando, reunia-se conselho, um dos mais ascorosos conselhos que jamais foram vistos de arrases de Côrte. Queria el-Rei saber o que fizesse de seu tio, no caso de o

colher às mãos; acordou-se em que lhe daria uma só de três coisas, que era deixada à clemência do filho de D. Duarte: ou cárcere perpétuo, ou perpétuo desterro, ou morte.

E as paredes da Alcaçova não tremeram! E as torres dos Estãos não caíram!... E o sol de Lisboa continuou sereno a iluminar o Tejo!...

Terminou abruptamente o conselho. Levantou-se el-Rei, de aspecto agitado e torvo. Levantaram-se os Conselheiros; mas no coração de alguns franziu os seus esgares negros o prazer baixo e lugubre da vingança.

Perdõe Deus a el-Rei D. Afonso V, que veio a expiar tão culpáveis fraquezas.

Só Deus sabe que amargas cogitações êle curtiaria depois, sósinho, naquela sua solene cadeira, que eu vi, copiei, e se conserva com tanto apreço no Varatojo!

Afonso V não era mau; era leviano.

*

.....
A Rainha, que passava os dias entre lágrimas; a Rainha, para quem seu pai era ainda, e sempre, o mesmo modelo de varões, e que não acabava de entender, como doce criança que era, noiva e inexperienced, o por que assim se amotinava contra tamanho ancião um Reino todo, determinou-se em avisar o Duque de Coimbra; expediu-lhe um pagem com uma carta, em que lhe dava conta do que fôra tratado, e o prevenia de que el-Rei ia abalar-se em som de guerra.

*

Quando virmos um homem grande, procuremos-lhe o amigo, que há-de ser digno dêle. O amigo íntimo o *outro eu* do Infante D. Pedro, é a flor da cavalaria portuguesa, é o galhardo e senhoril Conde de Abranches, é Álvaro Vaz de Almada.

— Álvaro! — lhe dizia o Infante D. Pedro numa câmara do seu castelo de Coimbra, onde ia entrando Álvaro Vaz, atônito do aspecto alquebrado e merencório do Duque. — Álvaro! — (e não proseguia; e amarrotava convulso a carta, que nesse momento acabara de lêr) — Álvaro!...

— Meu senhor — acudia carinhosa a voz do velho Conde de Abranches — Quão demudado vos encontro! que novas temos?

— Álvaro, lê-me essa carta outra vez; é da minha pobre filha. — E caía-lhe a fronte nas mãos.

— Da Rainha? perguntava o Conde, tomando respeitosamente a carta, e lendo a, pasmado e repassado de dor.

E o Infante não desfitava do papel os olhos marejados de choro; mas ao concluir-se a leitura, já o seu aspecto era outro. Ergueu-se. Raiava-lhe no rosto um lampejo de cólera expansiva e leal; e bradou como trovejando, e batendo com as mãos abertas no peito:

— Vive Deus, que não sou eu, eu filho de Reis, homem a quem se desterre[n]em encarcere; entendo que entra já a morte a acercar-se de mim. Pois bem; aceito a morte.

Concertaram entre si o que havia que fazer: aperceberem-se os homens de armas, por cautela, e marchar para Lisboa a desfazer com a presença e com a palavra o efeito de tanto embuste.

Ao outro dia, na velha igreja de S. Tiago de Coimbra, que lá está, juravam sôbre a Hóstia consagrada os dois amigos não sobreviverem um ao outro, no caso de sucumbir um dêles em peleja que estivesse para ferir-se; e na face rugosa dos dois cavaleiros, ajoelhados e abraçados, foi por ventura vista deslizar uma lágrima de estranha comoção.

*

..... Mas a Rainha não sossegara; antes ao ver tantos aprestes que iam e vinham em Lisboa, tantas ordens que se expediam, tão feroz catadura no Rei seu senhor, que ela amava com tôdas as veras da alma, tal sobreceño com que a olhavam de soslaio por baixo da viseira servil os cortesãos, tantos conciliábulos nas ante-câmaras, tanto chegar de capitães, tanta ordenança de ginetes no Rossio, em suma todos os alardos e rebates da guerra (guerra entre a família portuguesa!); a Rainha D. Isabel, que passava os aflitos dias em oração com suas donas, encheu-se de valor. Saindo da sua câmara ao encontro de el-Rei, quando percebeu que êle se encaminhava para o Conselho, e lhe sentiu os passos na sala grande, quis falar, mas caiu-lhe de joelhos aos pés a soluçar, a soluçar, semi-morta, sem conseguir soltar uma frase!

Condoeu-se o imberbe e formoso Príncipe da aflição da sua noiva, pouco antes tão feliz e tão

alegre! parou sem proferir palavra; viu-a pálida, com as olheiras do pranto e da insónia, com os lábios trémulos da amargura; levantou-a sério e carinhoso pelas mãos; enlaçou-lhe a cintura com o braço; e, como respondendo ao silêncio e às lágrimas da Rainha, que explicavam tudo, só disse por fim, em voz lenta e grave, inclinando para ela a fronte, com doçura e quasi em confidência:

— Pois bem, linda, pois bem; falemos claro: se meu tio o Duque de Coimbra me mandar pedir perdão da sua altivez em negar passo ao Duque de Bragança, ouviste? e em me negar a mim as armas do seu castelo, por satisfeito me haverei, e embainho de vez a minha espada. Escreve-lho tu mesma; pois bem; pois bem; vamos...

E afastou-se, preocupado, deixando entregue nos braços das suas donas de honor a espavorida Isabel, que se desfazia em soluços, numa crise nervosa inexplicável, e atroava com os seus alaridos de criança as abóbadas dos paços roqueiros da Alcáçova, ela em cujo seio... (silêncio; só ela o sabia) palpitava já o Herdeiro do Reino.

Passada a primeira torrente do choro, escreveu a doce medianeira a seu pai, e mandou-lhe um expresso a todo o galope. Veio a resposta. A resposta eram duas cartas: uma oficial para el-Rei pedindo-lhe (sabe Deus com que mau grado) desculpas como vasalo; outra particular, em que o ânimo insofrido do ex-Regente desabafava no peito de sua filha. Ai dizia o Duque: «Faço mais por vos comprazer e fazer o mandado, que por me parecer razão que o eu assim faça.»

Acertou el-Rei de ver ambas as cartas; rasgou num impeto de fúria a de perdões; e mais agreste ainda do que até ali, cresceu em sua cólera, e partiu de Lisboa com gente armada, como quem fôsse já a tomar Arzila!

*

Jornadeava caminho de Lisboa o Infante D. Pedro com os seus sequazes. Tenho apesar de tudo como certo que a prudência, e não a rebelião, lhe armara o pulso.

Descançava no logarejo da Castanheira junto ao Carregado, quando lhe vem dizer o vigilante Álvaro Vaz:

— Sus, meu senhor Infante! lá vem el-Rei meu senhor com os seus vassalos; e brilham ao sol aqueles murriões, que parece que vêem acesos. Não duvideis. Vem vosso sobrinho como inimigo; busca cercar-nos.

— Pronto, meu Conde; respondeu o Infante armando-se — achar-me há.

Mas por não ser o lugar asado ao encontro, foi postar a hoste junto de um ribeiro chamado da Alfarrobeira, ali ao pé, espiando, de ouvido alerta, sério como homem de consciência pura, mas prevenido para o que viesse.

*

Chegou-se o fanfarrão de el-Rei, e com a insolência das causas ruins cercou o mesquinho arraial de seu tio, e mandou arautos pregoar ao som de

trombetas que eram rebeldes os que seguissem ao Infante; que lhes cumpria desampará-lo, e tornarem-se para o seu Rei e senhor natural.

Ninguém obedeceu, antes muitos do arraial de el-Rei se passaram para o do Duque de Coimbra, onde estava a razão, o prestígio, e a verdadeira força.

Seguiu-se um espaço de trégua soturna.

Romperam enfim os de Lisboa. Responderam os coimbrões.

Álvaro de Almada, que fôra observar o arraial inimigo, veio descoroçoado ao compará-lo com as minguas do seu. Nada disse à gente, mas disse-o ao Duque, e aconselhou-o:

— Senhor, eu vô-lo peço, eu o vosso Álvaro; senhor, ponde-vos em cobro; fico eu, e basto; e se houver de morrer, morrerei só. Parti, senhor!

A resposta do Infante foi apertar-lhe a mão, entrar logo na tenda, donde saiu armado com uma cervilheira na cabeça, e uma cota de malha com uma jórnea carmesim sôbre ela; depois montar no seu grande cavalo de guerra, que lhe sustinham os pagens. O bom Álvaro de Almada fizera o mesmo, e começaram, cada um por seu lado, a dirigir a batalha, já inevitavelmente perdida de antemão.

Romperam-se os diques. Travou-se a peleja sem mandado, mas com o alvoroço feroz do sangue, do muito sangue.

Entrando o campo do Duque por tôdas as partes, e começando a declinar a estrela propícia, principiaram os seus a desertar em turba para o arraial de el-Rei, onde morava o mando, a força, e a vitória próxima.

Era um lutar braço a braço, um esgrimir corpo a corpo, uma justa desesperada, um arremeter de rufiães.

O Infante descavalgou, e ao ver-se tão desimado em sua gente, acordaram os seus impetos com maiores fúrias. Era vê-lo! era ver aquela fronte alvejante iluminada de furor! era vê-lo, lampejando a um lado, a outro, os seus olhares fulvos! era vê-lo correr, como o infimo dos bésteiros, a linha de maior perigo, delirando de ira, e sarilhando sôbre a peleja o seu montante de batalhas.

Nisto há um tropel; ouviu-se um rugido de leão; uma seta inimiga varara o coração do Duque D. Pedro; e ei-lo caiu de bruços, o grande homem, como um miserável, assassinado por um archeiro anónimo de seu sobrinho, por um filho do Povo, daquele Povo que êle tanto amara!

.....

*

Por outro lado andava na faina Álvaro Vaz.

E diz-lhe um, todo desorientado:

— Senhor, é morto o nosso Infante! é morto o nosso Infante! caiu! além! além! é morto! Fugi, senhor!

— Eu? fugir? — pergunta com serenidade aparente o cavaleiro — eu?

Entrou na sua barraca de campanha; comeu um pouco de pão; bebeu um gole de vinho; tornou a tomar a espada, e saiu a pé pelo arraial, que já todo

era de el-Rei. Executou prodígios de valor, com ânimo feito de acabar ali; pelejou como um tigre; vendeu tão cara a vida quanto pôde.

E, terrível, sentia faltarem-lhe as forças; brandindo a um lado, a outro, a pesada lâmina, gritava:

— Ó corpo, já sinto que não podes mais! e tu, ó minha morte, que já tardas!...

E caiu banhado em sangue. E acutilado, rasgado por um trôço deles, arrancava estas palavras, que a história repete com respeitoso terror:

— Agora... faltar, rapazes! vingar! vingar, vilãos!

E rendeu a grande, a nobilíssima alma.

Estava cumprido o juramento.

.....

Tal foi, leitor amigo e português de lei, tal foi a chamada batalha da Alfarrobeira; tal foi o inglório fim de dois dos maiores cavaleiros da nossa boa e leal terra.

.....

*

Morto o Conde de Abranches, foram-lhe logo os bens confiscados como de réu de alta traição: a casa da actual rua *do Almada*, sôbre o Calhariz campo então, e afastado, e mais uns terrenos em Caparica. Tudo se doou em 25 de Agosto de 1449 a Álvaro Pires de Távora, chamado o velho, filho de Lourenço Pires de Távora e de Alda Gonçalves,

e do Conselho de el-Rei D. Afonso V ⁽¹⁾. Êsses bens conservaram-se até há poucos anos, na sua maior parte, em poder do actual representante dos Távoras, o Marquês de Valada, segundo êle próprio me disse numa das suas conversações sempre tão eruditas e agradáveis.

(¹) *História dos varões illustres do apelido de Távora*-Paris, 1648, 4.º 1 vol. — Sôbre esta doação, e outras interessantíssimas circunstâncias biográficas e históricas de D. Álvaro de Almada, Conde de Abranches, consulte-se o Tomo II do livro dos *Brasões da Sala de Sintra* por Anselmo Braancamp Freire, pág. 365: erudita iista de titulares antigos, onde não sei o que devo admirar primeiro: se a paciência e perseverança no trabalho, se a sagacidade nos confrontos e nas observações; alto subsídio para historiadores.

Pode vêr-se também a *Resenha dos titulares* por Silveira Pinto e o Visconde de Baêna, título *Caparica*, pág. 352 do 1.º vol., e *Tôrre do Tombo*, Livro 3.º de Místicos, fl. 186.

*

O meu amigo e ilustre olisipógrafo, sr. Luís Pastor de Macedo, na sua obra «Lisboa de Lés a Lés», esclarece exemplarmente êste confuso problema de toponímica, criado à volta da origem do nome de Rua do Almada. De páginas 77 a 87, do primeiro volume dela, prova-se que os Almadás, Provedores da Casa da Índia coisa alguma tiveram com a sinonímia de que se trata. As suas casas ao Conde-Barão, que ainda lá se vêem armorejadas na torre que as acompanhava, foram de certo a origem de uma rua do Almada, mas essa descia a vertente do oiteiro de Santa Catarina em direcção à praia (Boavista) e é hoje representada pela Rua Fernandes Tomaz e Rua de Santa Catarina, e nada tinha com esta a que Castilho se refere. A rua do Almada,

Bastam estas indicações, sumárias, como são, para encher do maior interesse aquêlê sítio, e aquella rua *do Almada*; bastam elas para provar mais uma vez aos municípios, que a alteração impensada e cerebrina de certos nomes de ruas é muita vez uma inutilidade ignara, e muita outra um sacrilégio.

vizinha da Calçada do Combro, para onde esquina o palácio que foi dos Marquesses de Valada, foi buscar o seu nome a um dos antigos Almadas ou Carreiros de Almada que moraram na freguesia de Santa Catarina, da linhagem dos que foram Provedores da Casa da Índia, e não de D. Álvaro Vaz de Almada, conde de Avranches, como supunha Castilho. Entre os bens confiscados ao dilecto amigo do Infante de Alfarrobeira, e doados aos Távoras, antepassados dos Condes de Caparica e Marquesses de Valada, que vieram a ser donos do palácio, não se contava, como o Mestre supunha, talvez por má informação desses fidalgos, essa poasada nobre. Álvaro Vaz de Almada está alheio portanto a este assanto de toponímia, e o engano só valea pelas boas páginas de prosa que Castilho escrevea nesta passagem da sua obra. (*Nota de M. S.*).



CAPÍTULO XXXVIII

Vemos pois, que desde o meio do século xv pertenceu o palácio da banda meridional do nosso Calhariz a ascendentes da Casa de Valada.

Não sei qual dos donos o reconstruiu, depois de 1755; seria D. José, ou D. Francisco de Meneses da Silveira e Castro.

A frente principal cai sôbre a rua *direita do Calhariz* (no século xvi, quem tal dirá? denominada *da Esperança*, quando tudo aquilo era campo ⁽¹⁾). A face do nascente domina a rua *da Bica* e a do poente a rua *da Cruz de pau*.

(¹) Cristovão R. de Oliv. no seu *Sumário* menciona com tal nome aquella rua, logo depois da porta de Santa Caterina, por ser o mosteiro da Esperança, desde uns vinte anos, o maior que para aquella direcção se encontrava.

*

Segundo acabei de indicar, a reconstrução actual é posterior ao terremoto grande, que arruinou o edificio, onde morava o Embaixador de Espanha. Êste diplomata ficou sepulto nos escombros, o que motivou um aviso do próprio dia 1 de Novembro, em que o Ministro Sebastião José de Carvalho ordena ao Marquês de Marialva dê as providências necessárias para ser transferido para outra parte o cadáver do Embaixador (1).

*

Em 1791 estava, segundo parece, habitado o palácio; e calculo que pelos proprietários.

Nesse ano, segundo o *Almanaque*, morava aí o Marquês de Pombal, Henrique; ora como êle era casado com uma filha de D. José de Meneses, D. Maria Antónia de Meneses, é provável que aceitasse por algum tempo a hospedagem de seus sogros ou cunhados. Em 1802 e em anos seguintes morava no palácio das Janelas verdes.

Em 1803 morava neste prédio do Calhariz D. Francisco de Meneses da Silveira e Castro, 1.º Conde de Caparica (2); e também em 1804 (3), e nos anos próximos até 1807, em que foi para

(1) *Mem. das princip. provid.*, pág. 43.

(2) *Almanaque do tempo*.

(3) *Gazeta* n.º 29, de 17 de Julho de 1804.

o Rio de Janeiro no séquito da Família Real, sendo em 17 de Dezembro de 1813 agraciado com o título de Marquês de Valada.

*

Modernamente aí residiu o aludido Marquês D. José, talentoso homem, que tanto podia ter deixado em letras e ciências, e nada deixou, mas cuja conversação erudita, chistosa, anedótica, foi uma obra literária importante, que delapidou e espalhou aos quatro ventos.

Neste mesmo palácio deu êle lindíssimos bailes e agradáveis recepções, e dêle saiu muitos anos em grande estado, quando havia beija-mão no Paço, (cortejo, como hoje se diz) ou sessão de abertura das Côrtes.

O fausto do seu coche envidraçado, puchado a quatro magníficos cavalos ajaezados de prata, era proverbial em Lisboa.

Conheci-o nessa casa desde a minha infância, porque sua mãe, a sr.^a Marquesa de Valada (que em 2.^{as} núpcias casou com o Conde da Taipa) era muito amiga e admiradora de meu Pai, a quem muitas vezes acompanhei aí sendo criança. Conheci depois o Marquês no palácio dos Rebелos Palhares na travessa *da Queimada*, na calçada *da Ajuda* n.º 12, e últimamente no palácio Rio-Pardo (hoje demolido) da calçada *da Estrêla*.

As suas colecções, os seus livros, e sobretudo a sua conversação sempre amável, hão-de ficar lembrando a quem o tratou.

Foi este Marquês, pai do actual Conde de Caparica, quem vendeu o seu palácio do Calhariz ao Conselheiro Tôrres, Par do Reino, de quem passou para o actual proprietário, o Conde da Azambuja, por cabeça de sua mulher a snr. Condessa, enteada do mesmo Conselheiro Tôrres. (1)

(1) Actualmente pertence à filha do falecido capitalista Manuel Henriques de Carvalho.



CAPÍTULO XXXIX

Na esquina ocidental da rua da *Cruz de pau* levanta-se um modesto prédio de lojas e dois andares. No 2.^o andar, todo de janelas de peitos, três para o *Calhariç*, cinco para a *Cruz de pau*, morou desde 30 de Dezembro de 1863, e faleceu em 21 de Janeiro de 1892, um grande escritor: D. António da Costa. Êsses vinte e oito anos de intimidade fraternal, sôbre treze de conhecimento e relação, ligaram-me a aquelas paredes por tal forma, que nunca me é indiferente passar nessa rua, onde tive o meu maior amigo.

Lembro à Câmara Municipal uma coisa: quanto a honraria diante do público a colocação de uma lápide naquela modesta frontaria, comemorando as obras do amigo da instrução, e dizendo:

N'ESTA CASA FALLECEU
D. ANTONIO DA COSTA DE SOUSA DE MACEDO

Ali se escreveram os melhores livros dêsse pensador; ali traçou êle, com mão ainda tão firme, as reformas admiráveis da sua curta mas vasta gerência no Ministério da Instrução Pública; tudo isso saíu do tinteiro de chumbo que possuiu, hoje



D. ANTÓNIO DA COSTA

Sombra tirada em 15 de Novembro de 1875

histórico, hoje monumento inapreciável, tinteiro que o acompanhou desde Coimbra.

*

Além dêstes factos literários, que cenas íntimas e divertidas aí se passaram! só aquella modesta casa daria um bom livro. Aqui vai uma, e não é das piores.

António da Costa e seus irmãos foram de engraçadíssimo trato. Em se achando juntos, era morrer a rir. Costumava dizer um parente deles:

— Ainda que esteja em sexta-feira de Paixão, um homem que na véspera tenha perdido o pai e a mãe, se se achar na catureira com dois ou três dos Mesquitelas, há de por fôrça dar gargalhada, ainda que o não queira.

Lembranças vivas da descuidosa mocidade no *Poço Novo* e em *Arroios*, ditos, casos antigos, repostas galantíssimas, eram o melhor acepipe da conversação. Iluminavam-se no saudoso clarão do passado, e remoçavam. Pedro, sobretudo (o Conde de Vila Franca), afinava perfeitamente com o feitio do irmão. Naquela *risota* familiar, ninguém suspeitava ter ali o erudito historiador do livro *D. João I e a aliança inglesa*, o dramaturgo do *D. João II*, o poeta do *Cristianismo e Progresso*, o poderoso estilista da *História da Instrução popular*.

Quando, logo depois de 18 de Maio de 1870, o antigo Secretário de Leiria foi nomeado Ministro da Marinha, chegou um belo dia a *Cruz de pau* o Conde de Vila Franca, às horas em que seu irmão já tinha saído para a Secretária. Entrou, chamou a governanta, a sr.^a Maria Joana Nogueira, e o criado, o sr. José Bisoiro, imortalizados por seu amo na viagem *No Minho*. José Bisoiro era um fiel, um pau-mandado, observante e de poucas falas; Maria Joana era o tipo da portuguesa: tôda entusiasmos, faladora, affectuosa, dedicada, tôda sorrisos para os bons, tôda lágrimas para os infelizes.

O Conde de Vila Franca fechou-se com ambos na salinha, e em tom de caso disse-lhes assim:

— Sabem que o sr. D. António está Ministro?

— Sim sr., sabemos; ainda bem! Deus o conserve! e que seja por muitos anos e bons.

— Ora ouçam, — continuou o Conde em ar misterioso — e tomem-me bem sentido no que lhes vou aconselhar. Além de Ministro, o sr. D. António agora é também *Conselheiro*, ouviram? É *Conselheiro*, cousa que elle desejava havia muito tempo. O seu maior gôsto neste mundo era ser *Conselheiro*.

— Sim?... isso é que nós não sabiamos! cáspité!...

— Elle nunca falou cá em casa no grande desejo que tinha de ser *Conselheiro*?

— Não sr.; nunca lhe ouvimos falar em semelhante cousa.

— Assim mesmo é que é. E eu vim aqui de propósito para lhes dizer isto, e recomendar-lhes muito, e pedir-lhes por tudo quanto há, que o tratem sempre por *Conselheiro*.

— Pois está visto.

— Está visto, não; elle há-de fingir que estranha, há-de lhes dizer que não tratem assim, talvez se zangue alguma cousa, e ralhe, porque bem sabem que é a modéstia em pessoa; mas (fiem-se no que lhes digo) tratem-no sempre por sr. *Conselheiro*. Quanto mais elle ralhar, mais *Conselheiros*! muitos *Conselheiros*! perceberam?

— Ora se percebemos, sr. Conde! e fez V. E. uma grande esmola à gente com este aviso; porque quem não sabe...

— Sim, é como quem não vê. Fiquem sabendo: toda a vez que lhe chamarem *Conselheiro*, dão lhe um grande gosto, e elle baba-se todo. Ora porque não hão-de V.V.m.^{cs} fazer uma cousa que tão agradável é ao patrão?

Ficou isto assente de pedra e cal. Negócio resolvido; e o Conde saiu deixando o terreno admiravelmente preparado, e por mão de mestre, para uma caturreira de cair.

Ao fim da tarde chega o Ministro; segue o pela escada acima o correio com a pasta; coloca-a no escritório, e sai. António da Costa, pálido, cansado de um dia de trabalho, chama José Bisoiro para o ajudar a tirar a farda.

— Veio alguém?

— Sim, sr. *Conselheiro*; aqui estão estes bilhetes. E apresentava uma salva com bilhetes de visita.

— O jantar está pronto?

— Está, sr. *Conselheiro*.

O *Conselheiro* ainda não deu muito pela cousa. Estava distraído.

— Sr.^a Maria Joana, em estando a mesa posta, vamos a elle.

— Sim, sr. *Conselheiro*.

— Ainda tarda muito?

— Um credo, sr. *Conselheiro*, um Credo.

D. António reparou em tanta civilidade, mas calou se.

— Sr. *Conselheiro*, está o jantar na mesa.

— Sr. *Conselheiro*, V. E. quer que eu feche a janela?

— Posso tirar a sopa, sr. *Conselheiro*?

— Chegou agora esta carta, *sr. Conselheiro*.

D. António disse com ar sereno, enquanto corria a vista pela carta :

— Não me chamem *Conselheiro*; que sensaboria ! não gosto de mudanças.

— Nós bem sabemos, *sr. conselheiro*, que V. E. é *Conselheiro*; e então...

— Pois sim, é certo; mas não é preciso estar a dizer isso sempre a cada momento. Êste assado está muito bom; tenho uma bela cosinheira.

— Isso é favor de V. E., *sr. Conselheiro*.

— Mau ! exclamou D. António.

— Que V. E. era Ministro sabíamos nós; mas que até era *Conselheiro*, isso é que não sabíamos!...

— ponderou com ar obsequioso a sr.^a Maria Joana, assomando à porta da casa de jantar, tôda risonha.

— Que grande seca ! mas deixem-se dessa teima, peço-lho eu.

Êle continuava a jantar; mas êles continuavam na sua.

— *Sr. Conselheiro*, V. E. quer que trago já luz ?

D. António então formalizou-se, e perguntou :

— Digam-me uma cousa: quem é que manda aqui ?

— E V. E., *sr. Conselheiro*; mas...

— Mas que grande birra ! Não me parece isso seu, sr.^a Maria Joana; sabendo que me incomoda...

— Ora «incomoda», *sr. Conselheiro* ! Nós é que não suspeitavamos que V. E. era *Conselheiro*, e por isso desde antes de hontem, em que foi nomeado Ministro, ainda não tínhamos feito o nosso dever.

— Mas então como souberam essa grande novidade?

— Foi o sr. Conde de Vila Franca; esteve cá esta manhã de propósito... e...

— Meu irmão?! oh! que maroto! eu já devia ter percebido que andava aqui mão de artista... Agora vejo tudo. Pois saibam: isso é uma brincadeira d'ele. Eu sou o que era, e ficam proibidos (mas proibidos a valer, sob pena de eu me zangar também a valer) de me chamarem *Conselheiro*. Acabou-se; tenho dito.

Quadro! A cara dos dois não se descreve.

Destas assim, tão completas, tão originais, tão espontâneas, e com tanta bonomia... só em casa de Mesquitelas!

*

Visto que me referi, e tanto de alma, ao vibrante artista dos *Três mundos*, quero, por despedida de capítulo, insistir numa reprovação que acima esbocei: mostrar todo o absurdo da lembrança que teve a Câmara intitulado esta viela, a pobre rua *da Cruz de pau, Rua do Marechal Saldanha!*

Do Marechal Saldanha porquê? que facto da sua vida, que successo político ou particular, que residência, que brilhante feito de armas, ligava esse Homem a tal rua? Absolutamente nada.

Uma vez sei eu que elle aí esteve; mas tanto de passagem, e por motivo tão familiar, que certamente a Câmara, que o ignorava, não estribou nesse facto a sua resolução. Eu digo o que foi.

Como acima indiquei, aí morou vinte e dois anos e dias D. António da Costa, sobrinho materno de Saldanha. Ora é bem natural que o tio, sempre atarefado, e obrigado a avareza de visitas, não procurasse os sobrinhos; êles é que muitas vezes o visitavam como deviam.

Estava-se também em 1870; era Presidente do Conselho o Duque de Saldanha, e Ministro da Instrução pública D. António da Costa. O tio teve que falar urgentemente com o sobrinho; ao sair de casa deu ao cocheiro a indicação da rua da Cruz de pau, 57, e apeou-se lá. Subiu; era dia de assinatura Real na Ajuda. Bateu à porta do modestissimo 2.º andar do notável escritor. Veio abrir-lhe a sr.^a Maria Joana Nogueira; viu o grande velho, com o seu bigode de neve, a sua farda constelada de placas, a espada a rastos, e sobretudo o seu ar grande e inconfundível, dominador mas bondosíssimo ao mesmo tempo.

— O sr. D. António está cá? — perguntou aquela voz grave e doce.

— Não, meu senhor — respondeu a excelente criatura — foi, para o Ministério ou para o Paço.

— Ora que pena! — murmurava o visitante — faz-me transtôrno; precisava tanto falar-lhe!... Emfim, logo nos encontraremos.

E maquinalmente, tendo entrado uns passos pelo corredor, parou indeciso, olhando por acaso, pela entreaberta porta da sala, para o seu próprio busto por Vítor Bastos, ali, em cima de uma jardineira. Esteve assim dois minutos. Por fim, ia saindo.



O DUQUE DE SALDANHA
Aguarela a tinta da China

ALMA DE ANJOS

C. M. L.
G. E. E.
DE ESUDOS
OLISIPONENSES

— V. E. tem a bondade de me dizer o seu nome, para o sr. Conselheiro ficar sabendo quem o procurou? — disse timidamente a boa Maria Joana, dominada já por aquela presença *augusta*, e curiosa de conhecer a personagem que nunca tinha visto.

— O meu nome? — diz sorrindo o Marechal. — Eu não trago bilhete; mas tenha a bondade de dizer ao sr. D. António que esteve aqui... Olhe: — continuou elle revirando-se para a sala, e apontando o busto — diga-lhe que esteve... (como hei-de eu explicar isto?) que veio procurá lo aquella figura que ali está vendo, mas de carne e osso.

— V. E... é o... é o sr. Duque... de Saldanha? !!!...

Sou, filha, sou eu mesmo, volveu elle abraçando-a.

Maria Joana caiu-lhe aos pés, e agarrou-o pelos joelhos.

Esta cena, cujos pormenores asseguro, mostra o prestígio do Herói.

*

Se basta este motivo à Câmara para dar um nome tão grande a uma travessa tão mesquinha, aqui lhe fica.

*

Mas, verdade verdade, que tinha o Marechal com essa viela? Pois um homem assim não merecia uma avenida nova? Pois o nome do glorioso Duque

não se impunha melhor do que o de certos sujeitos, aliás muito boas pessoas, cujo efêmero apelido triunfa nas esquinas de algumas ruas ultimamente abertas? Pois aquêles mortos, sempre vivos, não valerá mais que êsses vivos, já mortos?

Em suma: isto é clamar no deserto. A Câmara faz o que quer. Vozes bem superiores à minha lhe têm demonstrado o mau caminho em que vai, ela, zeladora nata das glórias da Cidade, oblitando-lhe as tradições. Surda a tudo, continua a arrancar os títulos antigos, que pertencem à história da povoação, e a dar às praças e avenidas o nome dos seus vereadores e empregados!!!

Quando chegará o dia da justiça?

*

P. S.

Para Saldanha chegou enfim, como todos desejavamos. Honrou-se o Município consagrando ao invicto Marechal uma nobre praça, por proposta do Conde de Avila. Aí vai campear o monumento.

Pagou-se uma dívida.

FIM DO VOLUME II

NOTA I. — Pág. 55

A ESTANQUEIRA DO LORETO

No catálogo do leilão do sr. Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão, na calçada do Salitre, o n.º 46 dizia: «Miniatura em marfim. Na tampa da caixa de rapé o retrato em busto da celebrada *estanqueira do Loreto*, muito cantada pelos poetas no fim do século XVIII e princípios do XIX, pela sua notável fealdade. O fundo representa parte da loja, vendendo-se as balanças, potes de rapé, maços de cigarros, etc.»

Isto me comoveu em carta de 13 de Outubro de 1902 o sr. Júlio Teles Pereira. Seria esta a caixa de Sete, adquirida por Aragão? ou seria outra miniatura do mesmo assento? Não é fácil decidir.

NOTA II. — Pág. 64

IGREJA DA ENCARNAÇÃO

Parece que a sua inauguração solene foi a 16 de Maio de 1826. Possui o Sermão prêgado aí por Frei José de Almeida Drake, Religioso do convento de Jesus. Depois de eloquentes considerações teológicas, conclui o Padre assim:

...«Terminando este discurso, talvez espereis de mim, que prodigalize louvores aos trabalhos, sacrificios, e dificuldades, de que voluntariamente se encarregaram os que hoje têm o suave regosijo de verem as portas dêsse Santuário abertas, e Deus e a Parissima Virgem nêle exaltados e engrandecidos, Pois nada direi sobre este objecto, porque nada precisa dizer o orador; nem os seus elogios podem acrescentar coisa alguma ao zêlo incansável, com que piedosas corações desta respeitável Irmandade, de dia, de noite, a todos os momentos, sacrificaram o seu repouso, seus mesmos interesses particulares, afim de terem o prazer de concluir em seus dias passageiros obra tão rica e sumptuosa.

«Vossos olhos se abrem e dilatam por todo êste recinto precioso, e em todo divisam magestade, opulência, riqueza. É uma Casa de Deus, um Templo dedicado a Maria, verdadeiramente digno da glória da Divindade, e sem dâvida o mais belo e delicado, que se encontra em todo êste Reino.»

Depois acrescenta com o seu entusiasmo:

«Eu vi e admirei o magnífico templo de Alcobaça, grande, majestoso, e talvez único em sua prodigiosa extensão, consagrado a empenho do primeiro Monarca dêste Reino para agradecer ao Céu os triunfos que tinha alcançado sobre as inumeráveis falanges dos Sarracenos

«Eu vi e admirei o sumptuoso edifício da Batalha, mandado edificar pelo ânimo generoso e liberal do Senhor D. João I em memória da célebre vitória de Aljubarrota...

«Vejo e admiro o sumptuoso Templo de Belém, que sempre fará recordar os tempos dourados da nossa glória, levantado desde os fundamentos pela grande alma do afortunado Rei o senhor D. Manuel.....

«... Tôdas estas tão admiráveis obras não são em verdade de maior preço, do que êste Templo agusto em que estou falando; porque um Monarca sempre tem generosos e abastecidos recursos, com que pode ultimar os seus vastos projectos e desígnios.....

«Porém, qual é o fundo, ou riqueza, donde se extraíram os preciosos materiais que adornam a majestade dêste Templo? Seja lícito dizê-lo aqui, em abono da verdade; foi só zêlo, inteireza, honra, e probidade, com que homens tementes ao Céu administraram pequenos e escassos recursos para se concluir uma obra tão grande e apreciável.

«Tenha portanto a nossa Religião santa êste triunfo. Tenha Lisboa mais êste monumento da sua grandeza, e Portugal êsse distintivo da sua piedade!.....

NOTA III. — Pág. 218

A estampa que representa o Chiado reproduz uma antiga litografia, creio que do *Universo pitoresco* (1839-1844), interessante periódico ilustrado redigido por Inácio de Vilhena

Barbosa. É um primor de exacção; e poucas vezes, antes da generalização da fotografia, apareceram vistas lisboenses tão fidedignas.

Os prédios têm ainda todo o aspecto da obra pombalina: regularidade severa, mas nenhuma elegância. Nas sacadas observam-se as singelas grades da antiga forma. As vidraças de vidros pequenos, de guilhotina nas janelas de peitos, bastam para dar aspecto diversíssimo do de hoje, às frontarias. Compare-se a esquina à esquerda, que é a da travessa do *Secretário da guerra*, onde está a *Casa Havanesa*, para ver como tudo parece outro. Aí foi uma taberna.

Da antiga iluminação pública avistam-se dois candeeiros de suspensão.

No lado esquerdo da rua vêem-se projectadas as sombras dos edifícios fronteiros, e entre elas a *silhouette* da Igreja dos Mártires.

Dos canos de fogão de sala, hoje proscritos pelas posturas, descobre-se um.

Em baixo vê-se a frente do palácio de Manuel José dos Contos (antiga igreja do convento do Espírito Santo), e por cima a esplanada de S. Jorge. É dia santo, ou de gala, visto que a Bandeira nacional flutua lá no alto.

À parte direita do primeiro plano, ergue-se o elegante e vistoso chafariz, onde imperava o Neptuno de Machado de Castro. Sobem e descem aguadeiros; a fila dos barris *à vez* é sintoma de estiagem.

A população representada pelo artista conservou o seu carácter; a mulher de capote e lenço, o militar de barretina, os cães, então abundantíssimos entre nós; e até, à nossa mão direita, o sabido bolleiro de niza, chapéu de oleado, e bota alta, ali veio procurar fregueses, desde o seu pouso municipal na próxima rua do Tesouro velho, onde estavam as seges de bandeirinha.

Não me canso de olhar para este quadro, altamente sugestivo, e que para a geração actual é para Lisboa antiga.

NOTA IV. — Pág. 207

Como reliquia deixarei aqui fielmente transcrito um anúncio de Godefroy em 1842:

GODEFROY

CABELLEIREIRO DE PARIS

SUCCESSOR DE MR. ANDRILLIAT

*Largo das duas Igrejas, Rua do Outeiro N.º 9*SALA PARA CORTAR CABELLO,
E PENTEAR SENHORAS

Grande sortimento de cabelleiras, chinós, marrafas, e outros objectos em cabelo. — Perfumarias, fazendas, luvás francezas e do porto. — Único e verdadeiro bandoline para alisar os cabellos. — Agua sublime de Labin para tirar o pano, sardas, e outras affecções no rosto. — Macilagem francez para tingir os cabellos, sem resultado ou inconveniente desagradavel, sendo infalivel o bom resultado. — Bom sortimento de pentes de tartaraga, e de bufalo, tanto para pentear como para marrafas e travessas. — Agua de colónia, e outros objectos pertencentes á sua arte, tudo por preços cómodos.
Typ. Morandiana — 1842.

NOTA V. — Pág. 304

O titulo exacto do livro de Gonzaga Pereira é este;
| *Descripção* || *dos* || *Monumentos Sácrs* || *de* || *Lisboa,* || *ou* || *Collecção* || *de todos os Conventos, Mosteiros, e Parrochiães* || *no Recinto da Cidade de Lisboa.* || *Em — MDCCCXXXIII.* || *Em que se mostrarão os Desenhos de seos Alçados,* || *e se Descreve a belleza que os mesmos continhão* || *Relativo as* (sic) *Artes de Pintura, Escultura, Arqt.ª, e Gravura* || *Reco-* *pilado por —* || *Luiz Gonzaga Pereira* || *— Anno de 1840. —* |
(Cod. ms. n.º 215 da Bibl. Nac. de Lisboa, comprado em 10 de Julho de 1895 por 50\$000 réis a D. Augusta Bernardina de Sena).

Luis Gonzaga Pereira foi gravador da Casa da Moeda.

RETOQUES

AO VOLUME I

A pág. 43 do volume I, na genealogia dos Andrades Caldeiras, de Monsanto, falei de Manuel Caldeira, Juiz ordinário em Gafete, e Familiar do Santo Ofício. Tenho que acrescentar o seguinte, que bem caracteriza a posição social da sua família:

INFORMAÇÕES DO COMISSÁRIO DO SANTO OFÍCIO, MANUEL MOURATO, NAS INQUIRIÇÕES A QUE SE PROCEDEU PARA A ADMISSÃO DE MANUEL CALDEIRA A FAMILIAR DO SANTO OFÍCIO E QUE CONSTA DOS PROCESSOS N.^{os} 498 E 1.600—MAÇOS 20 E 84 DO DITO MANUEL CALDEIRA.

«A notícia que posso dar sôbre as testemunhas que perguntei nesta diligência, na Freguesia do Monte do Chamiço, e na do Monte de Pedra, me significaram seus Párocos, eram pessoas dignas de crédito, como já tenho referido no cerramento que fiz nesta diligência. E quanto às que perguntei na Vila do Crato, as conheço por pessoas a quem se pode dar todo o crédito, e sôbre as qualidades do dito Manuel Caldeira, e de seus Pais as conheci, pessoas nobres, ricas, abastadas e de bons procedimentos, por quanto o dito Manuel Caldeira foi casado com uma mulher natural do lugar de Ga-

fete, donde eu também sou natural, e viveu nêle alguns anos, aonde serviu de Juiz ordinário, e nêste tempo conheci seus Pais, lavradores nobres e ricos, que se governavam com criados, e escravos que administravam as ditas lavouras, e tive notícia do que tôda esta gente e seus progenitores foram pessoas nobres, e ainda hoje o dito Manuel Caldeira se conserva na mesma posse, isto é o que sei na informação do dito Manuel Caldeira.»

Do nosso confrade sr. Mário de Sampaio Ribeiro que à olisipografia se tem dedicado com plausível interesse e com os mais proveitosos resultados, recebemos, a propósito de uma nota nossa, inserta de páginas 155 a 156, do primeiro volume desta obra, a seguinte carta:

.....
«No primeiro volume da modelar terceira edição de *O Bairro Alto (Lisboa Antiga)*, de Júlio de Castilho, empreendida pela Câmara Municipal de Lisboa e cujas revisão e anotação lhe foram, em boa hora, confiadas, encontro — em roda-pé que passa da página 155 para a 156 — substanciosa nota com cuja doutrina me acho em absoluto desacordo, pelo que me julgo na obrigação de não lhe dar os améns e de não calar os reparos que ela, irresistivelmente, me faz afluir ao bico da pena.

Conquanto não assinada, parece-me transparente que não pode deixar de ser de sua autoria e, por isso, lhe endereço os comentários que ela

me sugere, pedindo-lhe que os endosse a quem de direito, caso me tenha enganado no número da porta...

Mostra-se o autor da nota desafecto à tradicional razão de ser do topónimo *Carreira dos Cavalos* e, em contrapartida, defende a equivalência de *carreira* e de *cemitério*, especialmente de *cemitério de irracionais*. Além de isso assevera que «a serventia que na capital servia de pista aos exercícios equestres era a que, pelo menos desde o século xiv, foi conhecida pelo nome de *corredoura*, a Norte de São Domingos, à margem dos campos alagadiços de Valverde».

Até mais ver, julgo que não existe qualquer trabalho lexicográfico que abone a pretendida equivalência e não me parece que ela se possa inferir do título, que encabeça um dos capítulos do *Regulamento da Sinagoga Portuguesa em Londres* achado pelo major Santos Ferreira.

O título é: *The administration of Carreira*, e, segundo a nota, nesse documento, elaborado por portugueses, *carreira* está na acepção de local de enterramento.

Sou da mesma opinião se se entender por «local de enterramento» o topónimo designativo do lugar onde ele ficava situado, mas não o sou noutro caso, designadamente na hipótese posta—a da equivalência de *carreira* e *cemitério*—porque, se assim fosse, como o regulamento, se bem que obra de portugueses, era redigido em inglês, ter-se-ia empregado o vocábulo que nessa língua correspondia a *carreira*, isto é: *cemetery* ou *churchyard*.

Ora como tal não sucedeu é, a meu ver, lícito inferir do facto que *Carreira* (e, para mais, *Carreira* com maiúscula) não teria tradução e não a teria por ser o topónimo do sítio onde o cemitério hebraico estava localizado.

Assim *The administration of Carreira* era como se disséssemos hoje *The administration of Ajuda*.

Se hoje o fizéssemos legitimar-se-ia a equivalência entre *ajuda* e *cemitério*, quando, com efeito, se trataria apenas do cemitério da Ajuda, como então se terá tratado somente do cemitério da Carreira?

Salta à vista que não, pois não é assim?

Mas em que «Carreira» ficaria o tal cemitério?

A meu ver deveria ser na das cercanias das portas de Santo Antão, junto a São Domingos, tanto mais que parece ter havido aí (na Barroca Pequena, mais ou menos onde se ergue o Palácio da Independência) um antigo cemitério israelita.

Pelo menos em 1566 ainda era vulgarmente conhecido por tal nome (e não por *corredoura*) o troço inicial do caminho de Benfica, como se pode ver (por exemplo) no *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a el-Rei nosso Senhor no ano de 1565*, editado pela Câmara Municipal de Lisboa. A páginas 288, do III volume, quem quer pode ler o equivalente a «Domingos Fernandes, sapateiro, e Domingos Dias, ferrador, moradores à *Carreira de Santo Antão*, freguesia de Santa Justa».

Nesse mesmo volume—na página 364—refere-se expressamente a outra *Carreira* — a *dos cavalos* — e não me parece que se tratasse de um cemitério de equídeos.

Lê-se lá: O campo de S. Lázaro até a Carreira de cavalos.

No Dicionário de Moraes (edição de 1831), fundando-se em Duarte Nunes de Leão, entre outros significados de *carreira*, o autor dá este: Exercício de correr carreiras, nas carreiras de cavalos.

A arte militar de outrora dava à cavalaria primordial importância e fiava da nobreza o esplendor da arte de bem cavalgar. De aí a necessidade de os cavaleiros se adextrarem, em jogos de canas (e outros) e em corridas (carreiras) mais ou menos velozes, em campo largo, por conseguinte fora dos muros das cidades, muito especialmente daquelas cujo terreno acidentado não permitisse a sua realização intra-muros.

Por essa razão houve «Carreira de cavalos» em Lisboa e houve-a, pelo menos, também em Elvas.

Antes de se erguer a cêrca fernandina não há notícia da localização do campo onde os cavaleiros correriam e fariam seus ensaios de torneios, mas mas é de crer que fosse nas imediações do Rossio actual, quiçá no que foi mais tarde a *Carreira de Santo Antão*. Depois que a nova cinta de muralhas redeou o perímetro de Lisboa, parece que passou a ser (se é que não continuou sendo) para Norte do Paço dos Estáus, mas a progressiva e intensiva urbanização do local (que era estreito e, por assim dizer, orlava o caminho de Andaluz

e Palhavã) deve ter obrigado a procurar outro lugar, de onde a deslocação — mediata ou imediata? — para os desafogados terrenos que se estendiam para além de o Campo de Santa Ana de nossos dias.

Ao que parece, por 1538 ainda não se falaria em *Carreira de cavalos* em tal sítio, pois, segundo o *Livro da Fazenda e Rendas da Universidade de Coimbra em 1570 organizado por Simão de Figueiró* (Coimbra, 1940, págs. 278 e 279) a Universidade era proprietária (já naquele ano) de uma quinta, com casas, vinhas e olivais, no caminho que ia do Curral e do Campo de S. Lázaro para Santa Maria da Luz e que passava junto à ermida de S. Sebastião da Pedreira.

Ora a *Carreira de cavalos* ficava situada precisamente nesse caminho e havia de, forçosamente, atravessá-lo. Como o topónimo não foi empregado no registo do tombo, cuido lícito inferir da circunstância que ele ainda não teria razão de ser, isto é que, por então, ainda não se começara a correr naquele local e que se fariam as carreiras noutro ponto qualquer.

Presumo que a voga dos desportos equestres (para falar em linguagem de hoje) aumentou muito na segunda metade do século xvi, sobretudo em dias del-Rei D. Sebastião. Deve ter sido então que a *Carreira de cavalos* (junto da Bemposta) começou a servir.

Que já servia em 1566 é prova provada a referência do *Livro de lançamento e serviço* atrás citada.

A meu ver, porém, outro topónimo das proximidades reforça e dá consistência à tradicional origem daqueloutro, a qual, segundo Freire de Oliveira (*Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. xv, pág. 14, nota 2) seria a seguinte:

«A denominação provinha de costumarem os cavaleiros exercitarem-se ali em carreiras de cavalos, o que em regra se efectuava nos dias santificados».

Esse outro topónimo é a *Cruz do Taboado*, em que entrevejo a remota presença do jogo do tavalado, cuja prática, em geral, andava intimamente ligada às corrimaças equestres.

Em Elvas também a Rua do Tavalado não ficava longe da Carreira e uma e outra correspondem exactamente aos locais onde outrora os cavaleiros se adextravam, jogando ou correndo à compita.



A parte final da nota em causa reporta-se ao Claustro da Manga, do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e desautoriza indirectamente a origem tradicional da denominação.

Não obstante, peço licença para continuar a dar crédito à interferência directa del-Rei D. João III na urdidura da traça desta famosa dependência do cenóbio coimbrão.

Já algures — em *El-Rei D. João III e a Architectura em seu tempo* — salientei que a designação devia ser puramente conventual (isto é: que só os crúzios lhe chamavam claustro da manga) porque, quando andava em construção, os estranhos chamavam-lhe claustro da enfermaria.

A meu ver a *manga do celeiro* que os frades de S. Domingos escambaram, em 1502, não era «aquela espécie de corredor usado para serventia dos celeiros conventuais», mas, sim, o que fôra antigo cerrado onde se ajuntava o gado bovino e cavalar preciso para a lavoura, se não sòmente a própria serventia (ou seja a exploração industrial) co celeiro.

Os frades permitiriam que o seu celeiro fosse utilizado por variadas pessoas para recolherem os seus grãos e dessa utilização fruiriam réditos avondados, que o escambo não podia deixar sem larga compensação ou retribuição.

É, a meu ver, indício seguro da verosimilhança da hipótese o elevado valor dos bens dados em escambo (se tivermos em conta o acanhado da área cedida) e o invulgar número de galinhas que anualmente entrava na transacção—nada menos de 14!

Aliás *dar mangas* queria dizer correntemente servir, utilizar, como se vê, por exemplo, da *Comédia Eufrosina* (Acto V, cena oitava, Edição do Prof. Eugenio Asensio, Madrid, 1951, pág. 338), de Jorge Ferreira de Vasconcelos, na derradeira fala do «Dactor» :

«E temos para isto os julgadores dous textos que nos dão grandes mangas para o que queremos».

Perdõe-me o meu bom Amigo e Confrade muito ilustre esta densa salamorda e, sobretudo, não me leve a mal.

É que ficaria descontente comigo próprio se não viesse a terreiro bater-me pelo que tenho como matéria de fé.

No entanto aproveito o ensejo para uma vez mais lhe testemunhar a minha funda e velha admiração e rogo me creia

Amigo e confrade muito e muito grato

(a) Mário de Sampaio Ribeiro

*

* *

Ao texto desta carta, entendemos dever acrescentar algumas observações nossas.

A oscilação de sentido que os termos tomam atravez do tempo, é assunto muito para reflectir.

Uma mesma palavra, até na mesma época, em locais diferentes, adquire novas intenções e significa coisas ou ideias totalmente dispaes.

Os exemplos não faltam. E quantas não perdem com o andar dos anos o sentido inicial! Nos quinhentistas abundam termos, e expressões formadas à roda deles, com significados imprevistos. Com a «carreira» e a «manga» é fácil encontra-los. Não nos repugna aceitar a hipótese do falecido Major Santos Ferreira, quanto às «carreiras» tomadas como cemitério de irracionais. A primeira observação que fazemos é à identificação que o sr. Sampaio Ribeiro faz entre um cemitério que se localizava em Londres com os topónimos alfacinhas. Não é de prever que os judeus de Londres achassem ali um local denominado Carreira e menos Carreira dos Cavalos. Partindo-se desta confusão as deduições feitas são possíveis de considerar-se; de contrário, não.

A *Carreira de Santo Antão*, citada no *Livro do Lançamento da Décima*, dada como moradia, em 1566, de um sapateiro e de um ferrador, não é se não a *Carreira dos Cavalos* que o mesmo código menciona noutra citação, e ambas descendentes da velha *Corredoura* que a cerca de D. Fernando obrigou a distanciar-se mais para o Norte do aglomerado citadino. Essa estrada onde se faziam exercícios equestres, na oura do ribeiro de Andaluz (e de aí o seu nome), devia de ter tido sucessoras, mas por ora está ainda no domínio das conjecturas a apontada *Carreira da Bemposta*.

O que se dá com o termo *Carreira*, dá-se também com a palavra *manga*, a que o Rei D. João III devia de ser tão estranho como eu. *Manga*, não significava então, como nós dissemos, se não o corredor de serviço dos celeiros conventuais. Com o andar do tempo, alargou-se-lhe o âmbito, e passou a nomear o cerrado ou pátio de serviço, mas ainda hoje no Ribatejo se chama «manga» ao estreito corredor que se utiliza para enjaulamento dos toiros. O próprio termo está a dizer-lo no seu sentido de passagem. «Dar mangas», em Jorge Ferreira, aparece no sentido de *dar largas*, e não no de «servir», e quem procurar bem no mesmo quinhentista lá achará outras significações para as «mangas», como aquela de «fazer mangas ao demo» que tem «pano para mangas» quanto a interpretações.

Acabo agradecendo ao meu ilustre confrade as suas achegas que só demonstram interesse e cortezia.

ÍNDICES

A

	Págs.
Abade de Jazente. Quatro traços do seu retrato moral e literário	196
— Citam-se e transcrevem-se sonetos seus	196 e seg.
Aboim. Vide <i>Correia Manuel de Aboim (João)</i> .	
Adro das Chagas. Insurge-se o autor, em nome do belo e do senso comum, contra o prédio que aí edificou o sr. Dias Ferreira	248 e seg.
Adro do Loreto. Construído em 1668, pejado de barras	35 e seg.
Afonso V — El-Rei D. — Contrata com Fernão Gomes sobre descobrimentos na costa de África	335
— Suas desavenças com o grande Infante D. Pedro seu Tio	337 e seg.
Aguiar. Vide <i>Marquês de Aguilar</i> .	
Aguiar — António de — Juiz do crime em Lisboa	80
Aguiar — Joana de — Vende à Irmandade do Loreto um pédio	28
Airolles. Alfaiate do Chiado	180-221
Albergaria. Vide <i>Soares de Albergaria (Cristóvão)</i> — <i>Soares de Albergaria (D. Isabel)</i> .	
Alberto—Cardeal Arquiduque—Funda o Recolhimento das Convertidas	247
Alecrim. Vide <i>Ermida do Alecrim</i> .	
Alecrim — Rua do — Vários nomes que teve	92
Alegrete. Vide <i>Marquês de Alegrete</i> .	
Alexandre. Vide <i>José Alexandre</i> .	
Alexandrino — Pedro — Desenho seu do tecto do Loreto, na Academia de Belas Artes	42
Alfamistas. Denominação dos moradores de Alfama ..	321
Alfarrobeira. Vide <i>Batalha da Alfarrobeira</i> .	

Almada. Vide <i>Vaz de Almada (Alvaro)</i> .	
Almada — Rua do — (<i>à Cruz de pau</i>). Origem histórica de tal nome	337
Almeida — Carlos Eugénio de — Actual possuidor do palácio dos Larres	112
Almeida — Feliciano de — Autor de pinturas na capela dos Secretários de guerra	134
Almeida — Inácio Rufino de — Pertence em 1837 a uma comissão	87
Almeida — Manuel de — Desembargador; entusiasta da edificação da igreja de Santa Catarina	294
Almeida Araújo — F. D. de — Autor de certo artigo no Panorama	325
Alto de Santa Catarina. Jarretas, que, segundo Tolentino, para lá iam conversar, e governar o mundo em seco	330
— Ai projecta D. de Sequeira Queiroz levantar um prédio. Oposição justíssima da Câmara Municipal	332 e seg.
Álvares — Afonso — Eminente architecto do mosteiro de S. Bento	298
— Parece ter sido um dos architectos da igreja de Santa Catarina	298
— Mesário da Irmandade de Santa Catarina	299
Álvares — Baltasar — Architecto; emite o seu voto sobre a obra de Santa Catarina	300
Álvares de Atouguia — Francisco — A ele pagava Paulo de Paiva certo foro	292
Álvares da Cunha — Fernão — Seu palácio às Chagas	296
Alvim — Leonor de — Filha de João da Nova e mulher do Alcaide de Lisboa André Dias	251
Alvor. Vide <i>Condessa de Alvor</i> .	
Andrada. Vide <i>Freire de Andrada (Jorge)</i> — <i>Paiva de Andrada (Diogo de)</i> .	
Andrada — Isabel de — Mãe de Paulo de Paiva	292

	Págs.
Andrade Caminha — Pero de — Apreciações desse poeta	148 e seg.
Andrilliat. Famoso cabeleireiro na rua do Oiteiro por 1820	210-223
Angeja. Vide <i>Marquesa de Angeja</i> .	
Angelelli. Canta num concerto da Legação de França	50
Anunciada — Mosteiro da — Havia lá no século xvi uma Freira, cantora notável, citada por Caverel	183
António — Santo — Sua ermida antiga no sítio próximo às portas de Santa Catarina	18
— No sítio da sua ermida institui-se a paróquia do Loreto	18
Aragão. Vide <i>Teixeira de Aragão (Dr. Augusto Carlos)</i>	
Araújo. Vide <i>Almeida Araújo (F. D. de)</i>	
Araújo. Famoso sapateiro em Lisboa antes de 1755 ..	201
Arco da rua do Alecrim. Sua cortina e gradeamento em 1851	99
Armazém Suíço no Chiado	223
Arronches. Vide <i>Marquesa de Arronches</i> .	
Assembleia. Celebrava-se ao Loreto nos últimos anos do século xviii	201
Assis Rodrigues — Francisco de — Menção	38-39
Assumar. Vide <i>Conde de Assumar</i> .	
Asilo para livresos inválidos	323
Ataíde. Vide <i>Melo de Ataíde (Pedro de)</i> .	
Ataíde — D. Jerónimo de — Conde de Castro Daire. Vide <i>Conde de Castro Daire</i> .	
Ataíde — D. Jorge de — Conde da Castanheira. Vide <i>Conde da Castanheira</i> .	
Atouguia. Vide <i>Alvares de Atouguia (Francisco)</i> .	
Aveiras. Vide <i>Conde de Aveiras (João da Silva Telo e Meneses)</i> .	
Aveiro. Vide <i>Duque de Aveiro</i> .	
Avendano — António — Músico em 1772	195
Ávila. Vide <i>Conde de Ávila</i> .	
Azambuja. Vide <i>Conde da Azambuja</i> .	

B

	Págs.
Baccarelli. Mestre de Feliciano Narciso	42
Bairro de Santa Catarina. Tirou nome da igreja da mesma Santa	320
Balbazes. Vide <i>Marquês de los Balbazes</i> .	
Bandeira. Vide <i>Pires Monteiro Bandeira (Domingos)</i> .	
Barão de Quintela. Vide <i>Quintela (Josquim Pedro)</i> .	
Barbosa Machado — Diogo — Citado	45
Barelas, irmãos; lojistas no Chiado; incêndio do seu estabelecimento	219
Baron. Cabeleireiro no Chiado	221
Baroneza de Quintela, D. Maria Joaquina Xavier de Saldanha, mulher do 1.º Barão	125
Barreiros — Heitor — Architecto, opoente à constru- ção da igreja de Santa Catarina	299
Barros. Vide <i>Rodrigues da Costa Barros (André)</i> .	
Barros Ferreira — Jerónimo de — Pintou a sala da mesa no palácio do Marquês de Marialva	86
Basto. Vide <i>Ferreira Pinto Basto (José)</i> .	
Bastos — Vitor — Autor da estátua de Camões	78
Batalha da Alfarozeira. Quadro histórico	337 e seg.
Battoni. Mencionado	43
Beckford — William — (a quem alguns enganadamente chamam Lord Beckford) — citação sua	211
Beira. Vide <i>Princesa da Beira</i> .	
Beja. Famoso sapateiro em Lisboa antes de 1755	201
Bélgica. Vide <i>Legação da Bélgica</i> .	
Beresford — Marechal — Caso acontecido com ele e Duarte de Sá (pai)	193
Bernardes — Padre Manuel — Baptizado no Loreto ..	45
Bernardo. Vide <i>Lemos (Bernardo de)</i> .	
Bernini. Mencionado	39
Biester — Frederico — Aos seus herdeiros pertence o palácio que foi de Ratton	113
Biôco das senhoras portuguesas	177
Bluteau. Citado	148
— Da <i>palla</i> das Romanas deriva os nossos biôcos ..	177

	Págs.
Boletim de bibliografia. Cita-se essa bela obra	145
Borromino. Mencionado	39
Botar — Nicolau — Mercador, e sua mulher Joana Fernandes doam terreno à igreja de Santa Catarina	291
Botequim do Marrare no Chiado	212
— Foi quasi uma Academia literária	221
Braamcamp Freire — Anselmo — Menciona-se o seu erudito estudo sobre o processo do Conde de Vila Franca D. Rodrigo da Câmara	81 nota
— Cita-se o seu livro dos <i>Brasões</i> a propósito do Conde de Abranches	347
Brancanes — Missionários de — Vide <i>Recolhimentos e hospícios</i> .	
Brandão. Vide <i>Pinto Brandão (Tomás)</i> .	
Brandão—Padre Frei Francisco— Palavras suas sobre a igreja do Loreto	23
Brito. Vide <i>Gomes de Brito</i> .	
Burnay. Vide <i>Conde de Burnay</i> .	

C

Cabo. Vide <i>Quinta do Cabo, em Povos</i> .	
Cabral — Paulino António — Vide <i>Abade de Jazente</i> .	
Calçada da Glória. Menciona-se uma antiga ermida que aí havia	280
— Daí tira o nome essa calçada	282
— Também se chamou de <i>S. Roque</i> ..	282
— Havia aí um passadiço, que em 1856 se derrubou	283
Câmara Municipal. Embarga a obra do palácio do Quintela; levanta logo os embargos	110
Câmara Municipal. Tornou-se benemérita por publicar o seu cartório; essa publicação é dirigida pelo sr. Freire de Oliveira, a contento dos entendidos	301
— Lembra-se-lhe de que ponha uma lápida comemorativa na casa onde faleceu D. António da Costa	353
Caminha. Vide <i>Andrade Caminha (Pero de)</i> .	

	Págs.
Camões — Luís de — Inclina-se o autor a que um seu soneto não prova o encontro de Natércia nas Chagas	234
— Analisa-se e traduz-se em prosa o seu soneto <i>O culto divinal</i>	234
Camponesa de Barcelos. Versos a uma	176
Campos Coelho e Sousa. Vide <i>Monteiro de Campos Coelho e Sousa</i> (José Roberto).	
Canova. Mencionado	40
Cantanhede. Vide <i>Conde de Cantanhede</i> .	
Canto — José do — Discute-se uma sua asserção sobre Camões	232
— Cita-se a sua <i>Collecção Camoneana</i>	232
Capelão do Loreto. Quanto recebia em 1551	21
Cardeal Patriarca de Lisboa. O Em. ^{mo} Sr. D. José Neto. Apadrinha umas pesquisas do autor da <i>Lisboa antiga</i>	253
Cardoso—Francisco—Lojista lisbonense do século XVIII	174
Carmelitas de Pernambuco. Vide <i>Recolhimentos e hospícios</i> .	
Carmo — Recolhimento de N. ^a S. ^a do — Vide <i>Recolhimentos e hospícios</i> .	
Carrega — Francisco André — Há retrato dele na sacristia do Loreto	44
Carvalhais. Vide <i>Conde de Carvalhais</i> .	
Carvalho. Vide <i>Moniz de Carvalho</i> (António) — <i>Pinto de Carvalho</i> (Tinop) — <i>Pires de Carvalho</i> (Gonçalo).	
Carvalho—Manuel de—Mesário da Irmandade de Santa Catarina	299
Casa dos Comendadores de Fronteira. Como começa; sucessão	265
Casa de pasto em 1812 na rua do Alecrim. Vide <i>Leão de oiro</i> .	
Casa de pasto em 1817 na rua do Oiteiro	209
Casa Valência. Vide <i>Conde de Casa Valência</i> .	
Casa da Vidigueira. Dela saem os Comendadores de Fronteira	265

	Págs.
Casal Ribeiro. Vide <i>Conde de Casal Ribeiro</i> .	
Casebres do Loreto. Analisam-se e historiam-se	77
— Descrição do seu estado em 1859	84
— Vista da frente	84
— Vista da fachada do norte	85
Castanheira. Vide <i>Conde da Castanheira</i> .	
Castelo-Branco. Vide <i>Sousa de Castelo-Branco (José de)</i> .	
Castelo Melhor. Vide <i>Marquês de Castelo Melhor</i> .	
Castilho — Padre António de — Administra a ermida da Pureza	283
Castilho — António Feliciano de — Cita-se uma historieta, que ele contava admiravelmente	59
— Propõe na <i>Chave do enigma</i> hospedagem, ou asilo, para Literatos ermando em comum	324
— É citada uma frase sua	151
Castilho — José Feliciano de — Menciona-se a sua bela Memória sobre Bocage	56
Castro. Vide <i>Machado de Castro (Joaquim)</i> — <i>Meneses da Silveira e Castro (D. Francisco de)</i> .	
Castro — D. Helena de — Condessa de Castro Daire. Vide <i>Condessa de Castro Daire</i> .	
Castro — Manuel de — Casado com Filipa Lourenço, fundadores da ermida da Pureza	283
Castro — Vicente de — Acompanha o autor no exame da capela da Glória	277
Castro Daire. Vide <i>Conde de Castro Daire</i> .	
Castro Marim. Vide <i>Conde de Castro Marim</i> .	
Catalani — Angélica — Vai cantar num concerto da Legação de França	50
Catarro — José Maria — Notável alfaiate lisbonense ..	180
Catarina—Rainha D.—Mulher de el-Rei D. João III. Permite a uma sua Dama andar vestida de Dominicana	155
Catarina — Rainha D. — Edifica uma ermida à Santa sua homónima, e doa-a aos Livreiros	291

	Págs.
Catarina — Rainha D. — de Inglaterra — Cita-se o palácio que edificou à Bemposta, hoje Escola do Exército	113
Catarina — Santa — Vide <i>Freguesia de Santa Catarina — Portas de Santa Catarina—Igreja de Santa Catarina.</i>	
— Sua Imagem na porta do seu nome. Onde existe hoje	8-65
— Sua Imagem, venerada na sua antiga igreja	292-A
Catarinos. Antiga denominação dos moradores do Bairro de Santa Catarina	321
Caverel — Philippe de — <i>Ambassade de D. Jean Sarrasin en Portugal</i>	145
— Cita-se um trecho seu	157
— Menciona a bela voz de certa Freira da Anunciada	183
Chagas. Vide <i>Adro das Chagas — Igreja das Chagas.</i>	
Chagas — Frei António das — Toma posse em 1679 do hospício do Varatojo na Cordoaria velha	211
Charles — M.^{me} — Modista antiga de Lisboa	180
Chaves. Vide <i>Ferreira Chaves (José).</i>	
Chevalier — M.^{me} — Modista antiga de Lisboa	180
Chiado. A rua mais célebre de Lisboa. Quatro traços descritivos	220 e seg.
Clemente VII. Expede um Breve a André Dias	249
Coelho. Vide <i>Latino Coelho (José Maria).</i>	
Coelho de Figueiredo — Francisco — Cita-se	200
Coelho e Sousa. Vide <i>Monteiro de Campos Coelho e Sousa (José Roberto).</i>	
Colares — José Pedro — Compra a Lamarão as ruínas da igreja de Santa Catarina	318
Comendadores de Fronteira. Sucessão dos senhores dessa Casa	265
Companhia do caminho de ferro da Beira Alta. Esteve no palácio Pinto Basto	141
Conde — Rua do — Antigo nome da nossa rua do Alecrim	100

	Págs.
Conde de Assumar. D. João de Almeida. Condutor do Embaixador de Castela em 1727	187
Conde de Aveiras. João da Silva Telo e Meneses. Presidente do Senado em 1702	7-65
Conde de Ávila. Propõe se dê a uma praça nova o nome do Duque de Saldanha	362
Conde de Azambuja. Actual possuidor do palácio dos Marqueses do Lourical em Palhavã	112
— Actual dono do antigo palácio da Casa de Valada	352
Conde de Burnay. Actual possuidor do palácio do Patriarca na Junqueira	112
Conde de Cantanhede. Morava em 1651 no seu palácio às portas de Santa Catarina	79
— Foi Marquês de Marialva	79
Conde de Casa Valência. Ministro de Espanha em Lisboa por 1880; morador às Chagas	296
Conde de Casal Ribeiro. Cita-se um seu repente feliz nas Câmaras	182
Conde da Castanheira. Deseja expulsar de certo prédio um asilo de rapazes; opõe-se a Câmara	269 e seg.
— D. Jorge de Ataíde. Sucede à Casa de Castro Daire na administração da capela da Glória	264
— D. Jerónimo de Ataíde. Achava-se em 1643 em Castela	263
Conde de Castro Marim. Cita-se o seu palácio em Xabregas	112
Conde do Farrobo. Fez parte em 1837 de uma comissão para a demolição dos casebres do Loreto	87
— Estuda-se rapidamente a sua interessante personalidade	125 e seg.
— Seus rasgos de dedicação ao bem de Portugal	126
— Auxilia os apuros financeiros da causa do senhor D. Pedro IV	126
— Apaga-se obscuramente no seu palácio do largo do Quintela	131
Conde das Galveias. Menciona-se o seu palácio do Campo Pequeno	113

	Págs.
Conde de San Lourenço. Vista do estado actual do seu antigo palácio da rua da Cruz de pau	318-A
Conde de Lumiares. Para a sua Casa derivou da dos Comendadores de Fronteira o domínio do prazo de Santa Justa	272 e seg.
— Remiu em 1876 o foro do seu terreno	279
Conde de San Miguel. Cita-se o seu destruído palácio de Arroios	112
Conde de Pontevel. Morre em 1698	63
Conde de Povolide. Provedor do Recolhimento das Convertidas em 1756	261
Conde de Resende. Cita-se o palácio que foi seu no Campo de Santa Clara	113
Conde do Sabugal e Óbidos. Menciona-se o seu belo palácio da Pampulha	112
Conde de Sampaio. Presidente da Irmandade dos Livreiros em 1840	315
Conde do Sobral. Menção do seu palácio do Calhariz	112
Conde de Vila Franca. D. Rodrigo da Câmara. Tinha um pagem por nome Henrique Tavares	79
Conde de Vila Franca. D. Pedro da Costa. Suas constantes brincadeiras com seu irmão D. António	353 e seg.
Conde do Vimioso. O 4.º Conde é elevado a Marquês de Valença	102
— O 6.º Conde reforma o palácio de seu pai	102
Condes de Carvalhais (Almadas). Cita-se o seu palácio do largo do Conde Barão	113
Condes de Castelo Melhor. Tiveram residência nas ruas das Portas de Santo António e dos Condes. Mudou-se para onde hoje se vê o palácio do Marquês da Foz	282
Condes de Cunha. Seu palácio às Chagas	296
Condessa de Alvor. D. Inês Caetana de Távora	165
Condessa de Castro Daire. D. Helena de Castro. Mulher do Conde D. Jerónimo de Ataíde	263
— Nora do Conde da Castanheira	269

	Págs.
Condessa de Lumiares, D. Madalena. Autora de uma Novena da Senhora da Glória	277
Condessa de Pontevel. D. Elvira Maria de Vilhena. Seus pais	63
Condessa de Pontevel. Nasceu em 1627, e foi mulher de Nuno da Cunha de Ataíde	63
— Fundou edificio para a paróquia da Encarnação	63
— Faleceu em 1718	66 texto e nota
Convertidas. Vide <i>Recolhimento das Convertidas</i> .	
Cordes. Vide <i>Sinel de Cordes</i> (António Luís).	
Cordoaria velha. Aí tinha loja Estêvão Jordão	175
— Corria esta rua paralela à nossa actual rua do Tesouro velho	211
Corelha — Diogo — Tabelião em Lisboa	253
Correia Gomes de Oliveira—Manuel—Membro de uma comissão em 1837	87
Correia Manuel Aboim — João — Quem era. Função teatral que dá em sua casa nos dias de el-rei D. João V	185
Cortes. Abriram-se a 15 de Setembro de 1642	240
Costa. Vide <i>Rodrigues da Costa</i> (José Daniel)— <i>Simões da Costa</i> (António).	
Costa — António da — Um dos pintores do retábulo da capela-mor de Santa Catarina	302
Costa — D. António da — Foi uma vez atropelado ao Loreto	40
— Morou 28 anos na Cruz de pau, 57	353
— Rápidos esboços da sua engraçada convivência	354 e seg.
Costa Barros. Vide <i>Rodrigues da Costa Barros</i> (André).	
Costa Barros — Mateus. — Autor de uma bagatela sobre a ave Fénix	106
Cotovia. Vide <i>Praso da Cotovia</i> .	
Couto — Mateus do — Architecto Real em 1657	27
Cruz. Vide <i>Porta da Cruz</i> .	
Cruz da Esperança. Era defronte do palácio do Duque de Aveiro	296

	Págs.
Cruz de pau — Rua da — Mudada em <i>rua do Marechal Saldanha</i>	335
Cruz dos Poiais — Rua da — Antigamente chamada de <i>Jesus</i>	308
Cruzes Sobrais. Cita-se o seu palácio ao Calhariz	112
Cunha. Vide <i>Alvares da Cunha (Fernão)</i> — <i>Pereira da Cunha (António)</i> — <i>Pereira da Cunha (Sebastião)</i> .	
Cunha — Manuel da — 2.º marido de Maria dos Santos	102
Cunha — Rafael José da — Pertenceu a uma comissão em 1837	87
Cunha Ferraz. Vide <i>Pereira da Cunha Ferraz (João)</i> .	
Custódia — Franciscanos da — Vide <i>Recolhimentos e hospícios</i> .	

D

Danças quinhentistas. Referências a elas	151
Danças nos séculos XVIII e XIX. Vide <i>Lundú</i> — <i>Ril</i> .	
Delgado — António — Recebedor da Alfândega. Executa Rui da Silva por dívidas	101
Deslandes — Dr. Venâncio — Discute-se uma sua opinião sobre Camões	232
Dias. Modista antiga em Lisboa	180
Dias — André — Quem era. Toma de aforamento em 1527 à Colegiada de Santa Justa umas terras em Vale Verde	250
— Seu papel como funcionário	250
Dias — Gaspar — Pintor do retábulo da capela-mor de Santa Catarina	302
Dias Ferreira — José — Edifica um prédio, que tira parte da vista ao largo das Chagas. Reprova-se esse facto	244 e seg.
Dias Neto — Leonor — Mulher de Francisco Ramalho de Queirós	93
— Mãe de D. Ana de Vilhena	93
Direita do Calhariz — Rua — Chamou-se antigamente de <i>Esperança</i>	349
Dormer — Mister — Enviado de Inglaterra em 1725 ..	190

	Págs.
Duque de Aveiro. Menção do seu palácio na Esperança	296
Duque de Lafões. Pertenciam-lhe em 1837 os casebres do Loreto	87
Duque de Loulé. Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto. Arde o palácio em que vivia. Sua admirável resignação	104
— O 2.º Duque actual é possuidor hereditário do palácio dos Marialvas em Belém	112
Duque de Montebelo — João Lannes — Morou no Palácio Pinto Basto ao Loreto	140
— Leilão que fez	140
Duque de Palmela. Cita-se o seu palácio do Calhariz ..	113
Duque de Saldanha. É dado o seu glorioso nome à viela da Cruz de pau	336
— Conta-se uma sua rápida estada na rua da Cruz de pau	359 e seg.
— Seu retrato	360-A

E

Effendi — Fuad — Enviado do Sultão de Constantinopla a Lisboa; reside no Hotel de Itália	140
Elisa — Madame — Modista no Chiado	221
Embaixador de Espanha. Morre em 1755 nos escombros do palácio que habitava em Lisboa	350
Encarnação — Freguesia da — Criada em 1551 no Loreto. Passa para o Alecrim	61
Encarnação — Senhora da — Uma sua Imagem antiga possuiu a Condessa de Pontével, destruída em 1802	74
— Sua nova Imagem por Machado de Castro	72
Eremitas da Serra de Ossa. Vide <i>Recolhimentos e hospícios</i> .	
Ermida do Alecrim. Onde era. Estuda-se esse pequeno templo	95 e seg.
Ermida da Glória. Aí se estabeleceram os Padres Irlandeses	262
— Anterior à da Pureza	282

	Págs.
Ermida da Pureza. Era na calçada da Glória	280 e seg.
Esperança — Rua da — Antigo nome da nossa rua Di- reita do Calhariz	349
Espírito Santo—José do—Famoso músico e organista do tempo de el-Rei D. João V	171
Estanqueira do Loreto. Seu retrato	58
Estarte. Vide <i>Hustaerdt</i> (<i>Carlos</i>).	
Estrangeirice nas modas	180 e seg.

F

Fabri — Francisco Xavier — Autor do palácio da Casa de Castelo Melhor	273
Felner — João Valentim — Picador	210
Fancé. Escultor francês	40
Faria e Sousa — Manuel de — Descobre o nascimento de Camões	232
Farrobo. Vide <i>Conde do Farrobo</i> .	
Farrobo — Morgado do — Instituição desse vínculo ..	119
Fazendas antigas. Lista de algumas num documento do tempo de el-Rei D. Manuel	143
Feijó. Cita-se o seu célebre <i>Teatro crítico</i>	147
Feo — João Carlos—Artigos seus no <i>Jornal do Comér- cio</i> de 1859 sobre os casebres do Loreto	89
Fernandes—António—dourador do retábulo do altar- mor da igreja de Santa Catarina	304
Fernandes Tomás — Anibal — Cita-se o seu <i>Boletim de bibliografia portuguesa</i>	145
Ferraz. Vide <i>Pereira da Cunha Ferraz</i> (<i>João</i>).	
Ferreira. Vide <i>Barros Ferreira</i> (<i>Jerónimo</i>) — <i>Dias Fer- reira</i> (<i>José</i>) — <i>Leitão Ferreira</i> (<i>Francisco</i>).	
Ferreira—João—Menção da grande casa que edificou a meio do Chiado. Palavras de Beckford	211
Ferreira Chaves — José — Faculta ao autor várias in- formações	94

	Págs.
Ferreira Pinto Basto. Família ilustre pelos seus já antigos serviços à indústria nacional	139
— Possuiu esta família um grande palácio ao Loreto	139
Ferreira Pinto Basto — Eduardo — E seus irmãos ...	140
Ferreira Pinto Basto Júnior — José — Membro de uma comissão em 1837	87
— Tio e sobrinho tiveram o mesmo nome	140
Ferreira Pinto Basto — Reinaldo — Vende o palácio de seus maiores ao Comendador Teixeira	141
Festas numa Cidade. Há as religiosas, as públicas, e as particulares	183
Fidalgo casquilho estrangeirado. Soneto anónimo a um Figueiredo. Vide <i>Coelho de Figueiredo (Francisco)</i> .	197
Figueiredo — António José de — Chanceler da Nunciatura. Citado com agradecimento	46
Figueiredo — Francisco de — Pinta o tecto de nova igreja das Chagas	241
Filinto Elísio. Cita-se	179
Filipe I — El-Rei D. — Conselho que lhe dá certo fidalgo sobre os sinos de Lisboa	240
— Como providencia no triste caso do desabamento do monte de Santa Catarina	328
Filles repenties de Saint Magloire	247
Fioravanti. Rege a orquestra num concerto da Legação de França	50
Fitz-Gerald—Lord Robert—Enviado de Inglaterra em 1803, Onde morava	189
Flamengas. Vide <i>Freiras Flamengas</i> .	
Folckman. Mercador em Lisboa no século XVIII	200
Fonseca — António Manuel da — Célebre pintor português moderno	39
Fonseca—Manuel da—Lojista lisbonense do séc. XVIII	174
Fontana — José — Italiano antigo, cujo retrato se vê na sala do despacho do Loreto	44
Forno — Travessa do — Habitada por José Daniel Rodrigues da Costa	199

	Págs.
Foz. Vide <i>Marquês da Foz</i> .	
Frades do Varatojo. Tinham um hospício na Cordoaria velha	210
Fradesso da Silveira — Joaquim Henriques — Estabeleceu na rua do Outeiro, esquina para o Chiado, o afamado <i>Centro comercial</i>	222
Franciscanos da Custódia. Vide <i>Recolhimentos e Hospícios</i> .	
Franco — Padre João — Pregador em 1814	52
Freguesia de Santa Catarina. Fundada em 1559	295
— Suas marcações, segundo um documento apresentado pelo sr. Sousa Viterbo	295
— Conservou-se na sua igreja primitiva até 1835 ..	313
Freguesia dos Mártires. Foi enorme em antigos tempos	238
Freguesia das Mercês. Funda-se em 1625 à custa da de Santa Catarina	307
— Sua área	307
Freiras Flamengas. Chegam a Lisboa em 1580; hospedam-se na Madre de Deus, e depois nas casas da Glória	255
— Estabelecem-se de vez em Alcântara	255
Freire de Andrada — Jorge — Vereador. Seu discurso no casamento do príncipe D. José, depois Rei	10
Freire de Oliveira — Eduardo — Menciona o incêndio de 1651 no Loreto	25
— Palavras suas sobre o incêndio do Loreto em 1755	34
— Cita-se e extrai-se mil vezes neste livro a sua monumental obra <i>Elementos</i> , pela publicação da bem merece o Município.	
Freitas—José Valentim de—Menciona-se uma sua narração	50 e seg.
Frias—Nicolau de—Deu a traça das obras do Hospital	300
Frias—Teodósio de—Arquitecto da Cidade. Seu plano para a desobstrução do terreno marginal alagado pelo desabamento do monte de Santa Catarina ..	329
Fronteira. Vide <i>Comendadores de Fronteira — Marquês de Fronteira</i> .	

G

	Págs.
Gafforini. Canta num concerto da Legação de França	50
Galante quinhentista. Frivolidade dessas pintalgadas <i>mariposas de palácio</i>	151
Galveias. Vide <i>Conde das Galveias</i> .	
Gama — D. Paulo da — Da Casa dos Comendadores de Fronteira	265
Gama — D. Simão da — Arcebispo de Évora. Benze a igreja da Encarnação	64
Gama — D. Vasco da — Da Casa dos Comendadores de Fronteira	265
Garção. Canta em verso a morte do antigo <i>biôco</i>	179
Geografia. Vide <i>Sociedade de Geografia</i> .	
Giraldes — Lucas e Nicolau — Nobres florentinos esta- belecidos em Lisboa	254
Giraldes—D. Luísa—Mulher de D. Francisco de Por- tugal	265
— Filha de Lucas Giraldes	265
Giusti — Alexandre — Mencionado de passagem	39
Glória. Vide <i>Calçada da Glória — Ermida da Glória</i> .	
Góis. Vide <i>Gomes Góis (José)</i> .	
Godefroy. Cabeleireiro, sucessor de Andrilliat	210-221
Gomes — António — (dos Cobertos de Belém). Fa- moso sapateiro antes de 1755	201
Gomes de Brito. Cita-se um seu interessante artigo ..	260
Gomes Góis—José—Mencionado com o merecido elogio	26
Gomes da Mina — Fernão — Descobridor de 500 léguas litorais em África	335
Gomes de Oliveira. Vide <i>Correia Gomes de Oliveira</i> (<i>Manuel</i>).	
Gonçalves Lamarão — António — Arremata em 1860 as ruínas da igreja de Santa Catarina	318
Gouveia—Tomás de—Mesário da Irmandade de Santa Caterina	299
Gouveia e Miranda — Diogo de — Examina em 1657 os destróços do incêndio do Loreto	26

	Págs.
Gouveia Pacheco—D. Caetano de—Citam-se obras suas sobre a igreja do Loreto	33
Graciano — Frei Jerónimo — Instiga o Cardeal Arquiduque à fundação do Recolhimento das Convertidas	248
— Seu retrato moral	248
Grandes de Portugal. Sua apreciação por um estrangeiro em 1796	116
Guarienti. Citado	43
Guedes — Simão — Vêdor da Rainha, e um dos instigadores da edificação da igreja de Santa Catarina	293
Guido. Mencionado	43
Guimarães. Vide <i>Oliveira Guimarães (António de)</i> .	
Guitarra. Parece que ainda se tocava nas salas em 1812	205
— Procura o autor levantar a cotação social desse lindíssimo instrumento peninsular	205

H

Hamard—Monsieur et Madame—Relojoeiro e modista no Chiado	215
— Prospecto da sua loja	216
Hilbrat. Architecto, que dirige algumas obras em 1822 no palácio dos Quintelas	127
Homens do mar. Foram os fundadores da igreja das Chagas	238
Hospedagem nos mosteiros extintos para homens de Letras	323
Hospital para Italianos, junto ao Loreto	23
Hotel de Itália. Esteve estabelecido no palácio Pinto Basto ao Loreto	140
Hotel Mata. Esteve no palácio Pinto Basto	141
Hotel Peninsular. Alojou-se no palácio Pinto Basto ..	140
Hustaerdt — Carlos—Flamengo domiciliado em Lisboa	308

I

	Págs.
Igreja de Santa Catarina. Estuda-se esse interessante templo	286 e seg.
— Começa a construir-se em 1557	293
— Suas disposições architectónicas primitivas	301
— Irmandades que nela funcionavam	305
— Sua vista segundo Bráunio (século XVI)	302
— Sua vista no século XVII	312
— Sua vista no século XVIII	312
— Derrubada pelo terremoto de 1755	312
— Reedificam-na os Livreiros em 1757	312
— Vista em 1850 segundo Monteiro	315
— Seu estado, medições, e confrontações em 1856 ..	316
Igreja das Chagas. Sua história	227 e seg.
— Fundada pelos homens do mar	233
— Começou por ser capela na Trindade	227
— Festas que aí havia, e quanto recebia de honorá- rios o capelão	238
— Era chamada a <i>igreja nova</i>	238
— São afinadíssimos os seus sinos	239
— Tinha má fama o seu relógio	239
— Sua vista no século XVI	241
— Sua vista no século XVII	242
— Planta dos seus arredores antes de 1755	228
— Sua vista no século XVIII	242
Igreja das Chagas. História e descrição desta igreja	238 e seg.
— Lenda do encontro de Camões com Catarina de Ataide neste templo. Combate-se	230 e seg
— Em 1642 aí pregou o grande Vieira	240
— Reedificou-se depois do terremoto de 1755	240
— Pinta-lhe o tecto Francisco de Figueiredo	241
— Sua vista moderníssima	243
Igreja da Encarnação. Seu exame	61
— Sua vista actual	62
— Seu estrago pelo terremoto grande	67

	Págs.
— Analisa-se a sua frontaria	65
— Incêndios neste templo	74
— Conclusão da frontaria em 1867 e 1868	75
Igreja do Loreto. Em 1551 tinha capelão. Seu ordenado	21
— Irmandades que lá havia	20
— Vista no século XVI	21
— Junto dela estabeleceu-se um hospital para Italia- nos	23
— Torre junto dessa igreja; é demolida em 1573....	21
— Incêndio do templo em 1651	24
— O culto passa em 1651 para a próxima ermida da Senhora do Alecrim	25
— Reconstrução depois de 1652	26
— Obra nova inaugurada em 1676	32
— Descrição da igreja em 1730	33
— Os seus órgãos eram belíssimos em 1730	32
— Descrição do incêndio de 1755 feita por coevo ..	34
— Arruinadíssima em 1755	34
— Reconstrução posterior ao terremoto	35
— Sua imediações cheias de entulho ainda em 1785	35
— O que diz dela em 1796 certo Francês	36
— O adro foi regularizado em 1860	41
— Vista do estado actual	37
— Seus registos paroquiais aonde remontam	45
Incêndio no Loreto em 1651	23
Irmandade dos Livreiros. Reclama em 1638 a reentrega do arruinado templo de Santa Catarina	314
— Requer licença para vender as ruínas da sua igreja	315
Irmandade do Loreto. Em 1657 compra um prédio a Joana de Aguiar	28
Irmandades no Loreto em 1551	21
Isabel Maria Luísa Josefa — Infanta D. — Caso acon- tecido a uma sua aia	164
Italianos em Lisboa. Fundam paróquia	13
— Estabelecem hospital junto ao Loreto	23

J

Págs.

Jazente. Vide *Abade de Jazente*.

João I — El-Rei D. — Compra um terreno ao Almirante Reçano junto às Portas de Santa Catarina 78

João II — El-Rei D. — Manda restituir por padrões de pedra as antigas cruzes de pau ao longo da costa de África 335

João IV — El-Rei D. — Manda ao Dr. Sousa de Macedo componha certas inscrições 6

Jordão—Estêvão—Antigo lojista na Cordoaria velha. É roubado 175

José — Príncipe D. — (depois Rei). Seu casamento, e sua entrada pública em Lisboa 10

José Alexandre. Quinquilheiro no Chiado 222

K

Keil. Alfaiate lisbonense 180

Krug. Alfaiate lisbonense 180

L

Lacerda — D. Maria de — Mulher de Francisco de Sá de Meneses 30

Lafões. Vide *Duque de Lafões*.

Lamarão. Vide *Gonçalves Lamarão (António)*.

Lambruzzi. Autor de um quadro no Loreto 43

Landum.—Vide *Lundú*.

Lannes — João — Duque de Montebello. Ministro de França em Lisboa em 1801 140

— Manda cantar um *Te-Deum* no Loreto em 1804 .. 50

Laranjeiras — Quinta das — Menção dela em 1796 .. 120

Larres, Provedores dos Armazéns. Cita-se o seu palácio a S. Sebastião da Pedreira 112

Latino Coelho — José Maria — Por gracejo apresentam-se e analisam-se uns versos seus 236

	Págs.
Lavradio. Vide <i>Marquês do Lavradio</i> .	
Leal Moreira — António — Compositor de uma Missa em 1814	52
Leão de oiro. Hospedaria estabelecida nos princípios do século XIX na rua do Alecrim	96
Legação da Bélgica. Acha-se actualmente estabelecida nas Chagas	296
Leis sumptuárias. Dez tinham os Romanos	160
Leitão Ferreira — Francisco — Cita-se um seu manuscripto	65
Lemos — Bernardo de — Célebre alfaiate lisbonense	180
Le Vaillant — M.^{me} — Modista lisbonense em dias da senhora D. Maria II	180-221
Lindenberg — Adolfo Frederico — Procurador dos herdeiros de José Trono, promoveu um leilão de pintura valiosas	209
Livreiros. Quatro palavras sobre esse interessante ofício. Etimologias	287
— No século XV festejavam Santa Catarina em Ribamar	287
— Extracto do seu antigo Regimento	289
— Eram muitos em Lisboa antigamente	290
Livreiros. Houve uma rua chamada <i>dos Livreiros</i>	290
— O que eles são, e devem ser, na Literatura. Seu papel literário	321
Lobo. Vide <i>Rodrigues Lobo (Francisco)</i> .	
Lobo — D. João — Cunhado do Conde de Cantanhede	80
Lojas antigas de Lisboa; mau aspecto que tinham	217
Lojistas antigos em Lisboa. Vide <i>Cardoso (Francisco)</i> — <i>Fonseca (Manuel da)</i> — <i>Moura (Manuel de)</i> — <i>Jordão (Estêvão)</i> .	
Lopes — Álvaro — Tesoureiro da Rainha, e entusiasta da edificação da igreja de Santa Catarina	294
Lopes—Bartolomeu—Mesário da Irmandade de Santa Catarina	299
Lopes — Francisco — Mestre de carpintaria nas obras de Santa Catarina	300

	Págs.
Lopes Moniz — Álvaro — Desembargador; marido de D. Ana de Vilhena	93
Loreto — Casa Santa de — Na alta Itália. Narração 14 e seg.	
Loreto — Senhora do — Seu culto em Lisboa	18
— Sua Imagem	19
— Ignora o autor o motivo da sua caracterização iconográfica	18
— Uma sua Imagem de pedra. Onde existe hoje ..	65
Loulé. Vide <i>Duque de Loulé</i> .	
Lourenço — Filipa — Mulher de Manuel de Castro ..	282
Lourenço — Manuel — Sapateiro no Chiado	222
Louriçal. Vide <i>Marquês do Louriçal</i> .	
Ludovice, o célebre Architecto. Menção	38
Luís — Simão — Compra os bens de Manuel da Cunha	102
Lumley—Sir Thomas—Enviado de Inglaterra em 1722	190
Lundú. Dança. Descreve-se	202

M

Macedo. Vide <i>Sousa de Macedo (António)</i> .	
Macedo—Padre José Agostinho de—Pregador em 1814	52
— Profere a oração fúnebre nas exéquias do 1.º Barão de Quintela	121
Machado. Vide <i>Barbosa Machado (Diogo)</i> — <i>Volkmar Machado (Círiolo)</i> .	
Machado — Vitorino António — Amigo dos Quintelas	119
Machado de Castro — Joaquim — Mencionado	39
— Autor da Imagem da Senhora da Encarnação	72
— Seu retrato	74-A
Machado Sapeiro — António — Autor do tecto da sacristia do Loreto	42
— Autor de pinturas na capela dos Secretários de Guerra	134
Madre de Deus — Senhora — Orago da capela dos Secretários de Guerra	134
Magalhães. Quinquilheiro no Chiado	222

	Págs.
Maldonado. Vide <i>Pimentel Maldonado (João Vicente)</i> .	
Mancebo seiscentista no rigor da moda	161
Manuel de Aboim. Vide <i>Correia Manuel de Aboim (João)</i> .	
Maria Ana Vitória — D. — Depois Rainha. Seu casamento, e sua entrada em Lisboa	10
Maria Sofia — Princesa D. — Obtem ordem de desterro contra a Marquesa de Távora	166
Marialva. Vide <i>Marquês de Marialva</i> .	
Marquês de Aguiar. O 4.º Conde do Vimioso recebeu aquele titulo	102
Marquês de Alegrete. Casa uma filha com o 6.º Conde do Vimioso	102
Marquês de los Balbazes. Sua estada em Lisboa em 1727, e suas esplêndidas festas	186 e seg.
Marquês de Castelo Melhor. Cita-se o seu palácio na antiga rua Ocidental do Passeio	112
— Actual possuidor do palácio da Rosa, que foi dos Marqueses de Ponte do Lima	113
Marquês da Foz. Actual possuidor do palácio dos antigos Marqueses de Castelo Melhor	112
— Morou às Chagas	296
Marquês de Fronteira. Menciona-se o seu formoso palácio em S. Domingos de Benfica	112
Marquês do Lavradio. Menção do seu palácio a Santa Clara, hoje tribunal militar	112
Marquês do Lourical. Referência ao seu palácio de Palhavã	112
Marquês de Marialva. Afora à Câmara um chão ao Loreto	81
Marquês de Marialva. O seu palácio é atacado pelo povo durante a guerra da Aclamação	82
— Cita-se o seu palácio ao Arco do Bom Sucesso em Belém, hoje do 2.º Duque de Loulé	112
— Recebe ordem de mandar sepultar o cadáver do Embaixador de Espanha em 1755	350
Marquês de Olhão. Vide <i>Conde de Castro Marim</i> .	

	Págs.
Marquês de Penafiel. Menção do seu palácio às Pedras negras	113
Marquês de Pombal. O seu palácio de Oeiras mencio- nado de passagem	113
— Cita-se o seu palácio das Janelas Verdes, hoje Galeria de Belas Artes	112
Marquês de Pombal, Hanrique. Habita em 1791 no Calhariz	350
— Marido de D. Maria Antónia de Meneses	350
— Morou em 1802 nas Janelas Verdes	350
Marquês de Ponte do Lima. Cita-se o seu palácio da Rosa, hoje dos Marqueses de Castelo Melhor	113
Marquês da Ribeira. Menção do seu palácio da Jun- queira	113
Marquês de Valença. Descrição sumária do seu palácio na antiga rua <i>do Conde</i>	105
— Arde esse palácio	103
— Oferecem-lhe residências, depois do incêndio, el-Rei D. João V, e o Infante D. Francisco	103
Marquês de Valada. O 1.º foi D. Francisco de Meneses da Silveira e Castro	350
— Rápido retrato do Marquês D. José, nosso con- temporâneo	351
Marquesa de Angeja. Abrigou e conservou a Imagem da Senhora da Encarnação depois do estrago do templo em 1755	67
Marquesa de Arronches. Grande elegante em Lisboa no século XVII	162
Marquesa de Marialva. D. Joaquina Madalena da Con- ceição de Meneses. Celebra-se o seu 22.º natalício	82
Marquesa de Niza. Grande elegante de Lisboa no sé- culo XVII	162
Marquesa de Távora. Caso que lhe succedeu em 1672	164
— Tinha duas filhas, quem eram	165
Marqueses de Valada. O seu palácio no Calhariz, es- quina da Cruz de pau	336 e seg.
Marrare. Vários sítios onde teve loja de bebidas	212

	Págs.
Martel — Luís — Filho de Salvador Martel	294
Martel — Salvador — Livreiro, entusiasta da fundação da igreja de Santa Catarina	294
— Por sua morte, concedem os Livreiros uma capela a Luís Martel, filho dele	294
Martinez de la Rosa — D. Francisco — Grande poeta castelhano; residiu em Lisboa no Hotle de Itália	141
Martins. Modista antiga de Lisboa	180
Martins. Merceeiro no Chiado	222
Martins — João — Criptónimo de António de Vilasboas e Sampaio	176
Martins — João — (de Palhavã). Arremata o praso instituído por Jorge de Melo	101
Mártires. Foi muito vasta essa paróquia em tempo antigo	238
Mascarenhas—Pedro— Marido de D. Mariana da Silva	30
Mattucci. Canta num concerto da Legação de França	50
Mazzoneschi. Pintor do Real Teatro de S. Carlos ..	48
Medeiros—José Brás de— Em nome da Irmandade dos Livreiros pede ao autor escreva a história da igreja de Santa Catarina	286
Melo. Vide <i>Soto Maior e Melo (D. Inês Maria de)</i> .	
Melo — Jorge de — Casado com D. Antónia de Mendocha	101
— Afora em 1521 um chão à Câmara. Onde	101
Melo de Ataíde — Pedro de — Nomeado Secretário de Guerra em 1746	134
Memórias. Falta este género literário na bibliografia portuguesa	147
Mendoça Rolim de Moura Barreto— Nuno José Severo Vide <i>Duque de Loulé</i>	
Mendonça — D. Ana de — Vende um seu terreno para a edificação da ermida do Alecrim	94
Mendonça — D. Brites de — Casada com António da Silveira	94
Mendonça e Moura — Pedro de — Seus títulos; amigo dos Quintelas	118

	Págs.
Meneses. Vide <i>Sá de Meneses (Sebastião de)</i> .	
Meneses—D. Maria Antónia de—Marquesa de Pombal	350
Meneses da Silveira e Castro — D. Francisco de — Foi o 1.º Conde de Caparica e 1.º Marquês de Valada	350
— Morava em 1803 e anos seguintes no seu palácio do Calhariz	350
— Foi talvez o reconstrutor do seu palácio de Lisboa	349
Meneses da Silveira e Castro — D. José — Seria o re- construtor do seu palácio de Lisboa?	349
Mercês. Vide <i>Freguesia das Mercês</i> .	
Micon — Nicolau — Há retrato dele na sacristia do Lo- reto	44
Ministério do Reino. Esteve temporariamente no pa- lácio Pinto Basto	141
Miranda. Vide <i>Gouveia e Miranda (Diogo de)</i> — <i>Sá de Miranda (Francisco de)</i> .	
Missa do Papa Marcelo. Canta-se no Loreto	55
Missionários de Brancanes. Vide <i>Recolhimentos e Hos- pícios</i> .	
Modas em Lisboa no século XVIII	200
Monbelli. Canta num concerto da Legação de França	50
Moniz. Vide <i>Lopes Moniz (Alvaro)</i> .	
Moniz de Carvahlo — António — Marido de D. Isabel Soares de Albergaria	95
— Senhor da ermida do Alecrim	25
Monstruosidades do tempo e da fortuna. Cita-se essa obra	161
Montagnac—Monsieur de—Consul de França em Lis- boa em 1729. Festa que celebrou	188
Monte de Santa Catarina. Seus vários desabamentos 327 e seg.	
Montebello. Vide <i>Duque de Montebello</i> .	
Monteiro Bandeira. Vide <i>Pires Monteiro Bandeira (Do- mingos)</i> .	
Monteiro de Campos Coelho e Sousa — José Roberto — Cita-se a sua obra <i>Sistema ou collecção dos Regimentos Reais</i>	143

	Págs.
Monteiro Velho Rocha — Padre António — Amigo dos Quintelas	119
Morais — Francisco de — Cita-se o seu <i>Palmeirim de Inglaterra</i>	152
Moreira. Vide <i>Leal Moreira (António)</i> .	
Moura. Vide <i>Mendonça e Moura (Pedro de)</i> — <i>Teles de Moura (Miguel)</i> .	
Moura — D. Cristóvão de — Resposta a certo fidalgo sobre os sinos de Lisboa	240
Moura — Manuel de — Lojista lisbonense no século XVIII	174
Murphy. Citam-se as suas <i>Travels in Portugal</i>	175
— Palavras suas sobre os estragos do terremoto	35
Muscarry — Lord — Comandante de uma nau inglesa surta no Tejo	190
Música óptima nos antigos conventos de Freiras ..	183 e seg.

N

Nalsi. Canta num concerto da Legação de França	50
Narciso — Feliciano — Pintor do tecto do Loreto? ...	42
— Discípulo de João Nunes e de Baccarelli	42
Neto. Vide <i>Dias Neto (Leonor)</i> .	
Neuville — M. ^{me} — Modista lisbonense	180
Niza. Vide <i>Marquesa de Niza</i> .	
Noronha — D. Ângela de — Mulher de um Mestre-sala do Paço	153
— De quem era filha	153
Nova — Diogo da — Filho de João da Nova, e Alcaide de Lisboa, como seu pai	251
Nova — Francisco da — Filho de João da Nova, e também Alcaide de Lisboa	251
Nova — João da — Foi Alcaide de Lisboa. Morreu na Índia. Que filhos deixou	251
Nova de S. José — Travessa — Antiga viela entre as ruas do Alecrim e das Flores	115
Nova da Trindade — Rua — Substituiu a antiga Travessa do Secretário de Guerra	133

	Págs.
Nunes — João — Mestre de Feliciano Narciso	42
Nunes — Pedro — Architecto opoente à construção da igreja de Santa Catarina	299
— Era já falecido em 1584	300
Nunes — Simão Caetano — Pinta no tecto da sacristia da Encarnação	67
Nunes Correia, Alfaiate lisbonense	180

O

Oiteiro — Rua do — Sua antiguidade	208
Olhão — Marquês de — Vide <i>Conde de Castro Marim</i> .	
Olivais. — Aí habita no século xvii D. Ana de Vilhena	93
Oliveira. Vide <i>Correia Gomes de Oliveira (Manuel)</i> — <i>Freire de Oliveira (Eduardo)</i> — <i>Rodrigues de Oli-</i> <i>veira (Cristóvão)</i> — <i>Saldanha de Oliveira (João</i> <i>Pedro)</i> .	
Oliveira — Inácio de — Pinta o tecto do Loreto?	42
Oliveira Guimarães — António de — Compra o prédio da esquina do Chiado para a travessa do Secretá- rio de Guerra	213
Oliveri. Canta num concerto da Legação de França ..	50
Ovídio. Citam-se de passagem os seus <i>Cosméticos</i>	174

P

Pacheco. Vide <i>Gouveia Pacheco (D. Caetano de)</i> .	
Pais — Fernão — Cidadão do Porto. Herda o prazo de André Dias	253
— Em 1574 funda a capela da Glória	253
— Lápida da sua sepultura	277
Pais — Francisca — Filha de Fernão Pais. Herda a ca- pela de seu pai	253
— Desposa Nuno Fernandes de Mascarenhas	254
Paiva — Paulo de — Herdeiro de sua mãe Isabel de Andrade	292
Paiva de Andrada — Diogo de — (Tio) — Quatro pa- lavras a seu respeito	230

	Págs.
Paiva de Andrada — Diogo de — (Sobrinho) — Quatro palavras a seu respeito	230
Palácio Lumiares. Edificado depois de 1755 na rua <i>Oci-</i> <i>dental do Passeio</i>	273
— Sua descrição rápida	273
— Seu incêndio em 1865	273
— Descrição minuciosa da sua capela	280 e seg.
Palácios nobres em Lisboa. Enumeram-se alguns	110 e seg.
Palestrina — Pedro Luis — Canta-se no Loreto uma Missa sua	55
Palla das senhoras romanas. É origem do <i>biôco</i> , se- gundo Bluteau	178
Palmela. Vide <i>Duque de Palmela</i> .	
Panorama. Infundadas acusações que formula contra a Irmandade dos Livreiros	324
Papa Marcelo. Vide <i>Missa do Papa Marcelo</i> .	
Parodi — Philippe — Autor de estátuas no Loreto	43
Patriarcas. Menciona-se o antigo palácio de Suas Emi- nências na Junqueira	112
Peçano — Almirante — Possuía um campo defronte da Porta de Santa Catarina. Vendeu a el-Rei D. João I	78
Pedro — Infante D. — Suas desavenças com seu sobri- nho el-Rei D. Afonso V	337 e seg.
Penafiel. Vide <i>Marquês de Penafiel</i> .	
Península — Bailes da — Eram no palácio Pinto Basto	140
Pension Hotel. Hospedaria na rua da Glória	281
Penteados extremamente altos das senhoras	179
Peragallo — Padre Próspero — Antigo Prior do Loreto, citado com elogio e saudade	44-46
Peralvilhos. Seu sestro de estrangeirice	180
Pereira — António — Procurador da Cidade em 1655	29
Pereira da Cunha. Genealogia desta ilustre família	134 e seg.
Pereira da Cunha — António — Poeta distinto	134
Pereira da Cunha — Sebastião — Filho do antecedente, esperançoso poeta malogrado na flor dos anos ..	135
Pereira da Cunha Ferraz — João — Último Secretário de Guerra na sua família	134

	Págs.
Pessanha. Vide <i>Silva Pessanha (D. José da)</i> .	
Pezerat — Charles — Mencionado	41
Picadeiro — Rua do — às Portas de Santa Catarina	210
— Aí morou Tomás Pinto Brandão	210
Pimentel Maldonado — João Vicente — Profere a sentença da instituição do vínculo do Farrobo	120
Pinto. Vide <i>Ferreira Pinto Júnior (José)</i> .	
Pinto Brandão — Tomás — Versos ao aniversário da Marquesa de Marialva, D. Joaquina	82
— Versos seus à cantora Mariana Rubim	169
— Versos seus a uma representação celebrada em casa de João Correia Manuel de Aboim	185
— Morou no Picadeiro	210
Pinto de Carvalho. Usa do criptónimo de <i>Tinop</i> . Vide <i>Tinop</i> .	
Pio VI — Papa — Morre em 1799. Suas exéquias no Loreto	47
Pio VII — Papa — <i>Te-Deum</i> no Loreto pela restituição desse Pontífice ao seu trono em 1814	50
Pio IX — Papa — Festas no Loreto pela sua eleição ao Pontificado	53
Pires — Mateus — Architecto; emite o seu voto sobre a obra de Santa Catarina	300
Pires de Carvalho — Gonçalo — Acomoda as Flamenegas na casa da Glória	255
Pires Monteiro Bandeira — Domingos — Seus títulos. Amigo dos Quintelas	118
Plínio, o velho. Citam-se palavras suas acerca de um sítio a que chamavam <i>Loretum</i> no monte Aventino	17
Pombal. Vide <i>Marquês de Pombal</i> .	
Ponte do Lima. Vide <i>Marquês de Ponte do Lima</i> .	
Popular lisbonense em traje de rua	156
Porta de Santa Catarina. Onde era. Sua descrição	5
— Seu plano, segundo Tinoco	7
— Sua vista, segundo Bráunio	8
— Inscrição que tinha; quando se compôs	6

	Págs.
Porta de Santa Catarina. Foi arrazada em 1702	5
— Em Dezembro de 1702 começa a demolir-se	65
— O sítio onde ela campeava mudou totalmente ...	11
Porta da Cruz. Era em tudo semelhante à de Santa Catarina	6
Portocarreiro — António de — Inquisidor. Sua morte súbita na igreja de Santa Catarina	311
Portugal — D. Francisco de — 1.º Conde de Vimioso	265
Portugal — D. Francisco de — Filho do 2.º Conde da Vidigueira	265
— Nele começa a Casa dos Comendadores de Fronteira	265
Portugal — D. Lucas de —	266
Portugal — D. Maria Madalena de — Representou a Casa dos Comendadores de Fronteira	267
Portugal — Marcos António — Rege a orquestra num concerto da Legação de França	50
Povolide. Vide <i>Conde de Povolide</i> .	
Praça de Luís de Camões. Sua vista logo depois da demolição dos casebres	89
— Vista do seu estado actual	90-A
Praço da Cotovia. Suas marcações	263
Princesa da Beira. Seu nascimento em 1793; magníficas iluminações em Lisboa	115
Pureza. Vide <i>Ermida da Pureza</i> .	

Q

Queiroz. Vide <i>Ramalho de Queiroz (Francisco) — Sequeira Queiroz (Domingos de)</i> .	
Quinta do Cabo na vila de Povos; fundada pelos Huetartes	309
Quintela. Vide <i>Rebello Quintela (Luís)</i> .	
Quintela — Inácio Pedro — Familiar do Santo Officio, Comendador, etc., tio de Joaquim Pedro Quintela	109

	Págs.
Quintela — Joaquim Pedro — Homem muito abastado na 2. ^a metade do século XVIII	108
Quintela. Associado com António José Ferreira	108
— Elevado a Fidalgo Cavaleiro em 1795	109
— Conselheiro da Fazenda, do Conselho de S. M., e Comendador de Cristo	109
— Descreve-se a frontaria do seu nobre palácio da rua do Alecrim	114
— Certo estrangeiro em 1796 menciona a sua bela quinta das Laranjeiras	120
— Compra um terreno, arraza os edificios, e doa à Cidade o largo do Quintela	116
— Compra novos terrenos junto ao seu palácio	110
— Funda morgado de seus bens	118
— Recebe o título de Barão de Quintela	121
— Morre como um verdadeiro cristão	120
Quintela do Farrobo. Apelidos obrigados dos administradores do morgado do Farrobo	120
Quintela do Farrobo — Joaquim Pedro — 2. ^o Barão de Quintela, e 1. ^o Conde do Farrobo. Vide <i>Conde do Farrobo</i> .	

R

Raczynski — Conde — Palavras suas sobre uma escultura do Loreto	38
Ramalho de Queiroz — Francisco — Marido de Leonor Dias Neto	93
Raposo — Gaspar José — Pinta ornatos na igreja da Encarnação	67
Ratti — Autor de um quadro no Loreto	44
Ratton — Jacome — Menciona-se o seu palácio da Rua Formosa	113
Rebello Quintela — Luís — Desembargador, tio do 1. ^o Barão de Quintela	109
— Arremata em 1777 um terreno onde era o palácio dos Marqueses de Valença	109
— Morre em 1782	110

	Págs.
Recolhimento das Convertidas. Onde era; fundou-o o	
Cardeal-Arquiduque Alberto	247
— Sua rápida história	247
Recolhimento das Convertidas. Instala-se nas casas da	
Glória, depois da saída das Freiras Flamengas ...	255
— Sai da Glória, e estabelece-se em 1587 no extremo	
do Bairro Alto	259
— Sua organização caseira	259
— Concede-lhe a Câmara um subsídio	260
— Seu destino depois de 1755	261
Recolhimentos e hospícios. Houve muitos nas imedia-	
ções de Santa Catarina; enumeram-se alguns	319
Religiosos de Santo António do Rio de Janeiro. Vide	
<i>Recolhimentos e hospícios.</i>	
Relógio das Chagas. Tinha fama de pouco certo	239
Resende. Vide <i>Conde de Resende.</i>	
Resende — Garcia de — Citado de relance	151
Restaurante-Clube no Chiado	224
Revista Universal Lisbonense. Cita-se esse excelente	
periódico antigo	65
Ribeira. Vide <i>Marquês da Ribeira.</i>	
Ril antiga dança. Descreve-se	201
Rocha. Vide <i>Monteiro Velho (Padre António).</i>	
Rocha — Joaquim Manuel da — Autor do quadro da	
Ceia, no Loreto	43
Rócócó. O que é na Arte	69
Rodrigues. Vide <i>Assis Rodrigues (Francisco de).</i>	
Rodrigues — Faustino José — Pai do antecedente ...	38
Rodrigues Cordeiro—António Xavier— Chamava Lis-	
boa uma varanda debruçada sobre o Tejo	227
Rodrigues da Costa — José Daniel — Quatro traços do	
seu retrato literário	199
Rodrigues da Costa Barros — André — Arremata em	
1731 o palácio incendiado dos Marquesses de Va-	
lença	105
Rodrigues Lobo — Francisco — Cita-se um fragmento	
da <i>Corte na aldeia</i>	159

	Págs.
Rodrigues de Oliveira — Cristóvão — Chama às Chagas a igreja nova	238
Rosa. Vide <i>Martinez de la Rosa</i> (D. Francisco).	
Rossi. Autor de um quadro no Loreto	43
Rubim — Mariana — Cantora de sala, celebrada por Tomás Pinto Brandão	167

S

Sá — Duarte de — (Pai). Curiosa resposta sua ao Lord Beresford	194
Sá de Meneses — Francisco de — Marido de D. Maria de Lacerda (ou de Lafetá)	30
Sá de Meneses—Sebastião de—Filho dos antecedentes — Obras que tenta junto ao templo do Loreto	29
Sá de Miranda — Francisco de — Menções várias desse grande escritor	148-149
Sabugal e Óbidos. Vide <i>Conde do Sabugal e Óbidos</i> .	
Saldanha. Vide <i>Duque de Saldanha</i> — <i>Xavier de Saldanha</i> (D. Maria Joaquina).	
Saldanha de Oliveira — João Pedro de — Festa em sua casa celebrando o aniversário de uma filha	191
Salema. Palavra turquesea; sua significação segundo Bluteau	148
Sala Félix — Estucador; trabalha no palácio dos Quintelas	115
Sampaio. Vide <i>Conde de Sampaio</i> .	
Sampaio. Vide <i>Vilasboas e Sampaio</i> (António de).	
Sampaio — Brites e Mariana de — Senhoras do domínio útil de certo prédio em 1643	269
S. Bento — Rua de — Uma parte dela, a meridional, chamou-se <i>da Flor da Murta</i>	308
S. Boaventura—Frei Fortunato de—Sua opinião sobre Diogo de Paiva de Andrada	232
S. José — Soror Maria de — Freira virtuosíssima em Santo Alberto	153
— De quem era filha	153

S. Lourenço. Vide <i>Conde de S. Lourenço</i> .	
S. Miguel. Vide <i>Conde de S. Miguel</i> .	
Sant'Ana — Frei Belchior de — Cita-se a sua <i>Crónica dos Carmelitas</i> .	
Santos — Joaquim António dos — Pertence em 1837 a uma comissão	87
Santos — Padre José Augusto dos — Procede obsequiosamente a certas buscas no cartório do Seminário de Santarém	254
Santos—Maria dos—Viúva de João Martins de Palhavã	102
— Casa em 2. ^{as} nupcias com Manuel da Cunha	102
Sapeiro. Vide <i>Machado Sapeiro (António)</i> .	
Sartini — Inácio — Em sua casa em 1813 houve leilão de valioso quadros	208
Scotin — Gerardo — Célebre gravador de uma estampa representando um banquete do Duque de Alba....	192
Seabra — Agostinho de — Criado do Conde de Cantanhede	80
Seabra — João de — Filho do antecedente	80
Seabra — Manuel de — Irmão do precedente	80
Seabra da Silva — Lucas de — Seus títulos. Amigo dos Quintelas	119
Seco. Vide <i>Vaz Seco (Simão)</i> .	
Secretário de Guerra — Travessa do — Estuda-se	133
— Esse título foi trocado em rua <i>Nova da Trindade</i>	133
Seixas. Quinquilheiro no Chiado	222
Senado da Câmara. Concede um subsídio ao Recolhimento das Convertidas	260
Senhora do Alecrim. Vide <i>Ermida do Alecrim</i> .	
Senhora das Dores e Resgate. Imagem na igreja de Santa Catarina	306
Senhora da Glória. Erige Fernão Pais em 1574 uma capela dessa invocação	252
Senhora lisboeta saindo às festas de igreja	172
— Descrição do seu toucador	173
— Percorre as igrejas na Semana Santa	174

	Págs.
Senhora da Piedade das Chagas. Salva-se dos escombros do terremoto. Para onde a transferem	240
Senhora da Pureza. Vide <i>Ermida da Pureza</i> .	
Senhoras poturguesas em 1730. Seu retrato por um autor francês	177
Sequeira Queiroz — Domingos de — Intenta levantar um prédio no alto de Santa Catarina. Veda-lho a Câmara Municipal	332 e seg.
Sequeiro — Travessa do —	296
Sete — José Carlos — Possuiu uma caixa com o retrato da estanqueira do Loreto	57
— Conta ao autor a história de um paletó de Garrett	98
Setúbal — Francisco de — Pinta na Encarnação as cabeças de dois Evangelistas	67
Silva. Vide <i>Seabra da Silva (Lucas de)</i> .	
Silva — Anacleto José da — Em 1837 pertenceu a uma comissão	87
Silva — D. Inês Antónia da — Mulher de João Pedro de Saldanha de Oliveira, 14.º Morgado de Oliveira	191
Silva — Inocêncio Francisco da — Sua opinião sobre Diogo de Paiva de Andrada	231
Silva — D. Mariana da — Mulher de Pedro Mascarenhas, Governador da Mina	31
Silva — Possidónio da — Foi ele que principiou a dar às lojas lisbonenses o seu aspecto elegante	218
Silva — Rui da — Passa para ele o domínio útil do prazo instituído por Jorge de Melo	101
Silva — D. Violante da — Mulher de Sebastião de Sá de Meneses; filha de Pedro Mascarenhas	30
Silva Pessanha — D. José da — Oferece ao autor uma apreciável reliquia	56
Silva. Vide <i>Fradesso da Silveira (Joaquim Henriques)</i> — <i>Sousa da Silveira (D. João de)</i> .	
Silveira e Castro. Vide <i>Menses da Silveira e Castro (D. Francisco de)</i> — e <i>D. José</i> .	

	Págs.
Simões da Costa — António — Edificador do prédio do Chiado na esquina da travessa do Secretário de Guerra	214
Sinel de Cordes — António Luís — Possuía uns prédios na rua do Loreto em 1755	260
Sinos. São encantadores em Lisboa	239
— Os de Santa Catarina foram vendidos em 1868 ..	325
Soares de Albergaria — Cristóvão — 2.º marido de D. Ana de Vilhena	94
Soares de Albergaria — Francisco — Filho do antecendente	94
Soares de Albergaria — D. Isabel — Senhora da ermida do Alecrim	26
— Mulher do Dr. António Moniz de Carvalho, e depois de José de Sousa de Castelo Branco	95
Sobral. Vide <i>Conde do Sobral</i> .	
Sociabilidade em Lisboa. Quatro palavras da sua história	142 e seg.
Sociedade de Geografia. Esteve estabelecida às Chagas	296
Sociedade portuguesa. É das mais polidas da Europa	147
Sotto Mayor e Melo — D. Inês Maria de — Mulher de João Correia Manuel de Aboim	185
Sousa. Vide <i>Faria e Sousa (Manuel de)</i> — <i>Monteiro de Campos Coelho e Sousa (José Roberto)</i> .	
Sousa — D. Luís de — Cardeal-Arcebispo de Lisboa. Lança a 1.ª pedra na Encarnação	64
Sousa — Frei Luís de — Citam-se palavras suas	155
— Cita-se um passo da sua <i>História de S. Domingos</i>	184
Sousa de Castelo Branco — José de — Senhor da vila da Guardão, marido de D. Isabel Soares de Albergaria	95
Sousa de Castelo Branco — Pedro de — Filho do antecendente	95
Sousa de Macedo — António de — Compõe uma inscrição para as portas de Lisboa	6
Sousa da Silveira — D. João de — Marido de D. Arcangela Maria de Vilhena	63

	Págs.
Sousa Viterbo — Francisco Marques de — Citam-se e extractam-se artigos seus sobre a egreja de Santa Catarina	286 e seg.
— O mesmo	297
— Menciona-se o seu notabilíssimo <i>Dicionário dos Arquitectos</i>	299
Strauss. Elegante alfaiate do Chiado	180-221
Sistema, ou colecção dos Regimento Reais. Extracto dessa obra	143

T

Tagliáfico — Manuel — Autor de um quadro no Loreto	44
Tavares—Henrique—Pagem do Conde de Vila Franca, D. Rodrigo da Câmara	79
Távora. Vide <i>Marquesa de Távora</i> .	
Távora — D. Inês Caetana de — Condessa de Alvor, filho dos Marqueses de Távora	165
Távora — D. Leonor Tomásia de — Filha dos Marque- ses de Távora	165
Teixeira — Comendador — Compra do palácio dos Fer- reiras Pintos	141
Teixeira de Aragão — Augusto Carlos — Menciona-se o leilão do seu magnífico museu	272
Teles de Moura — Miguel — Caso que lhe suceden às portas de Santa Catarina	9
Telónios. Nome que se dava aos penteados altos	179
Tercio — Filipe — Architecto célebre; emite o seu voto sobre a obra de Santa Catarina	300
Terremoto de 1755. O incêndio danifica o interior da igreja do Loreto	34
Tesouro Velho — Rua do —	211
Tomás — João — Pinta dois Evangelistas na Encarna- ção	67
Torel — Pátio do — No palácio assim chamado morou o 1.º Duque de Loulé	104

	Págs.
Tinop. Criptónimo do escritor Pinto de Carvalho. Cita-se várias vezes a sua curiosa <i>Lisboa de outros tempos</i>	110, 210 e 213
Tirawley — Lord James — Enviado de Inglaterra em Lisboa em 1728	190
Torre junto à igreja do Loreto. Mandada demolir em 1578	21
Torres—Francisco de—Mesário da Irmandade de Santa Catarina	299
Trono—José—Pintor turinês. Porquê, e quando, veio a Lisboa	209
Turf-Clube. No Chiado	224
Twiss. Fala das assembleias inglesas em Lisboa em 1772	195
Tipo interessante popular, leitor de <i>Gazetas</i> no Loreto	59

U

Ulysippo. Comédia; cita-se	321
Ursprung. Alfaiate lisbonense	180

V

Valença — Frei Miguel de — Instigador da edificação da igreja de Santa Catarina	293
Valada. Vide <i>Marqueses de Valada</i> .	
Valmor. Vide <i>Viscondessa de Valmor</i> .	
Van-den-Linden — Catarina — Mulher de Carlos Hustaerd	309
Varatojo. Vide <i>Frades do Varatojo</i> .	
Vaz de Almada — Álvaro — Morre na batalha da Alfrobeira. Quadro histórico	337 e seg.
Vaz Seco — Simão — Mesário da Irmandade de Santa Catarina	299
Velho Rocha. Vide <i>Monteiro Velho Rocha (Padre António)</i> .	

	Págs.
Vendaval medonho, que em 1724 derruba uma cruz no alto de Santa Catarina	329
Verol Sênior — António Máximo — Propõe em 1855 a reconstrução da igreja de Santa Catarina	322
Viajantes estrangeiros. Uns benévolo, outros indigna- mente malignos	116
Viana — Gaspar José — Teve um palácio às Chagas	289
Vieira — Padre António — Prega em 1642 nas Chagas	240
— Prega na Glória em 1644	271
Vilhena — D. Ana de — Filha de F. R. Queiroz e de Leonor D. Neto	93
— Mulher de António Lopes Moniz	93
Vilhena — D. Ana de — Casa em 2. ^{as} nupcias com Cris- tóvão Soares de Albergaria	94
Vilhena — D. Arcangela Maria de — Mulher de João de Sousa da Silveira	63
Vilhena — D. Elvira Maria de — Vide <i>Condessa de Pon- tével</i> .	
Vilhena — D. Francisca de — Mulher do Almirante-mor. Toma posse da administração da capela da Glória	264
Vilhena — D. Guiomar de — Condessa da Vidigueira Filha de quem	265
Vila Franca. Vide <i>Conde de Vila Franca</i> .	
Vilasboas e Sampaio — António de — Cita-se o seu <i>Auto da lavradora de Ayró</i>	176
Vimioso. Vide <i>Conde do Vimioso</i> .	
Violani. Canta num concerto da Legação de França ..	50
Visconde de Almeida Garrett. Autor de um paletó de veludos	97
Visconde de Sanches de Baena. Cita-se a sua <i>Resenha dos titulares</i>	347
Viscondessa de Valmor. Compra em 1902 o palácio dos Pintos Basto	141
Volkmar Machado — Cirilo — Mencionado	40
— Autor dos Apóstolos pintados no Loreto	44
— Seus mesquinhos e vergonhosos honorários por pinturas na igreja do Loreto	44

W

	Págs.
Walpole—Sir Robert— Enviado de Inglaterra em Lisboa em 1791	189
Worsley — Mr. — Enviado de Inglaterra em 1722	189

X

Xafredo. Alfaiate lisbonense	180
Xavier de Saldanha — D. Maria Joaquina — 1. ^a Baronesa de Quintela pelo seu casamento	125

Z

Zalameria. O que significa esse termo em castelhano ..	148
Zignoni — D. José — Ministro de Austria. Morre em 1724. Suas exéquias	47

RESENHA

DAS

ILUSTRAÇÕES DESTE VOLUME

- Pág. 7 — Essa planta da porta de Santa Catarina é para mim difficilima de entender. Certo é que aí passaram cortejos Reais e entraram coches; como penetrariam no estreito postigo que se nos mostra? Responda Tinoco, de cuja planta foi copiada esta gravura por J. de C.
- Pág. 8 — Porta de Santa Catarina segundo Bráunio — Cópia a tinta da China por J. de C.
- Pág. 18-A — Imagem da Senhora do Loreto — Fotogravura de uma antiga gravura grande a água-forte.
- Pág. 19 — A igreja do Loreto — Cópia de Bráunio a tinta da China por J. de C.
- Pág. 36-A — Fachada da igreja paroquial do Loreto — Fotogravura de uma litografia à pedra.
- Pág. 57 — A estanqueira do Loreto — Fotogravura de uma pintura a tinta da China por J. de C. copia de uma caixa de tabaco pertencente ao falecido José Carlos Sete, e que lhe provinha de seu pai.
- Pág. 61 — Fachada principal da igreja de Nossa Senhora da Encarnação — Estado actual.
- Pág. 64-A — Retrato da Condessa de Pontével, fundadora da Igreja da Encarnação, vendo-se na pintura figurado o primitivo templo, destruído e incendiado quando do terremoto de 1755.
- Pág. 70-A — Imagem de Nossa Senhora da Encarnação por Machado de Castro — Cópia de uma gravura de *Lucius* sobre desenho do grande estatuarião.
- Pág. 72-A — Joaquim Machado de Castro — Cópia da fotografia de uma pintura a tinta da China, em cuja parte inferior se lê em letra coeva da pintura: *Verdadeiro Retrato de Joaq.^o Machado Escultor Insigne portuguez, autor da Estatua Equestre q esta no terreiro do Paço de Lisboa. Da banda esquerda do círculo lê-se: Sendo Alumno da Real Casa Pia Maximo Paulino dos Reys. Da banda direita lê-se: Dessenhou este retrato do natural no anno de 1798.*
- Pág. 74-A — A Igreja da Encarnação antes de 1870.

- Pág. 84-A — Frente dos casebres do Loreto para o nascente — Pintura a tinta da China, do natural, por J. de C. em 14 de Setembro de 1859.
- Pág. 86-A — Fachada lateral setentrional dos casebres do Loreto — O mesmo que a antecedente.
- Pág. 88 — Praça aberta no sítio dos casebres do Loreto — Fotogravura de uma gravura em madeira.
- Pág. 90-A — Praça Luís de Camões — Fotogravura de fotografia.
- Pág. 98-A — Retrato do Visconde de Almeida Garrett — Fotogravura de uma litografia grande por J. Fertig, 1855, cópia de fotografia feita em 1853.
- Pág. 102-A — O 6.º Conde do Vimioso — D. José Miguel de Portugal.
- Pág. 116-A — Retrato do 1.º Barão de Quintela — Fotogravura segundo um grande retrato a óleo, hoje em poder do neto do retratado, Carlos Pedro Quintela do Farrobo.
- Pág. 130-A — Retrato do 1.º Conde do Farrobo, 2.º Barão de Quintela — Desenho à pena por J. de C.
- Pág. 140-A — Palácio chamado dos Pinto Basto — Fotogravura de gravura em madeira.
- Pág. 148-A — Retrato de Francisco de Sá Miranda — Fotogravura de um antigo retrato a óleo que hoje se vê na Biblioteca de Évora, e do qual me ofereceu uma fotografia o sr. Aníbal Fernandes Tomás.
- Pág. 150 — Tipo de um mancebo nobre em traje de corte no reinado de el-Rei D. João III — Pintura a tinta da China por J. de C.
- Pág. 155 — Tipo de um popular quinhentista — Aguarela por J. de C.
- Pág. 160 — Grande elegante do século XVII — Desenho de J. de C. a tinta da China e pena, cópia de uma antiga gravura coeva.
- Pág. 218 — Aspecto de uma loja no Chiado há algumas dezenas de anos — Fotogravura de um antigo bilhete da mesma loja.
- Pág. 220-A — O incêndio dos armazéns Barella, no Chiado, instalados no prédio da família Ferreira Sola — Ao alto o retrato do Comandante dos Bombeiros.
- Pág. 222-A — O prédio do Chiado que foi do Marquês de Niza e onde está a Companhia de Seguros «Império», o Café Chiado, e outros inquilinos.
- Pág. 224-A — O Chiado em 1844 tirado do Largo do Loreto.
- Pág. 228 — Planta dos arredores das Chagas antes do terremoto — Aguarela por J. de C. copiada de antigos documentos.
- Pág. 240 — Igreja das Chagas no século XVI segundo Bráunio — Pintura a tinta da China por J. de C.
- Pág. 241 — As Chagas no século XVII — Pintura a tinta da China por J. de C.
- Pág. 242 — As Chagas no século XVIII — Pintura a tinta da China por J. de C.
- Pág. 242 — As Chagas modernamente — Pintura a tinta da China, por J. de C.
- Pág. 292-A — Imagem de Santa Catarina do Monte Sinai, antigamente venerada na sua igreja — Fotogravura de uma gravura em cobre por Godinho.
- Pág. 302 — Igreja paroquial de Santa Caterina segundo Bráunio, século XVI.



O CONVENTO DA TRINDADE EM 1833

(segundo Luís Gonzaga Pereira)

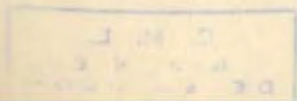
Gravura que deve ser colada a págs. 368 do volume 1.º desta obra. À esquerda vê-se o cunhal do actual largo da Trindade sobre a rua Larga de S. Roque. À direita vê-se a igreja do mosteiro. Entre esta e a segunda pilastra da cantaria, a contar da do canto, rompeu-se a actual rua Nova da Trindade, que leva ao largo de S. Roque. O portal em frente do espectador deve ser da portaria.

C. M. L.
G. R. E.
DE E. J. DOS
OLIGOPOLYMERES

- Pág. 306 — **Imagem de Nossa Senhora das Dores e do Resgate** venerada outrora na sua igreja paroquial.
- Pág. 312 — **Santa Catarina** nos séculos XVII e XVIII.
- Pág. 314 — **Santa Catarina** (já arruinada) por 1850.
- Pág. 314-A — **Aspecto da igreja de Santa Catarina em 1833.** — Cópia por J. de C. de um desenho de Luís Gonzaga Pereira, no citado livro manuscrito conservado na Biblioteca.
- Pág. 318-A — **Palácio dos Condes de S. Lourenço na rua da Cruz de pau** — Quando os srs. Castros compraram o prédio, reedificaram-no inteiramente conforme as exigências do seu estabelecimento tipográfico. A feição antiga desapareceu. Esta ilustração é reprodução de uma gravura. Tem o grave defeito de não observar a perspectiva conveniente, por forma que parece haver aí um largo, em lugar de uma rua estreita.
- Pág. 354 — **D. António da Costa** — Retrato em sombra desenhado em 15 de Novembro de 1875 na travessa do Convento das Bernardas 20, por J. de C.
- Pág. 360-A — **O Marechal Duque de Saldanha, João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun** — Retrato a tinta da China por J. de C. (menos a cabeça, que é fotografia). O Marechal raras vezes usava as fardas civis, de Oficial-mor, de Ministro, de Par, de Embaixador, de Conselheiro de Estado. Como não conheço retrato dele assim, preferi trajá-lo, diplomaticamente, segundo o vi um dia em 22 de Setembro de 1857.

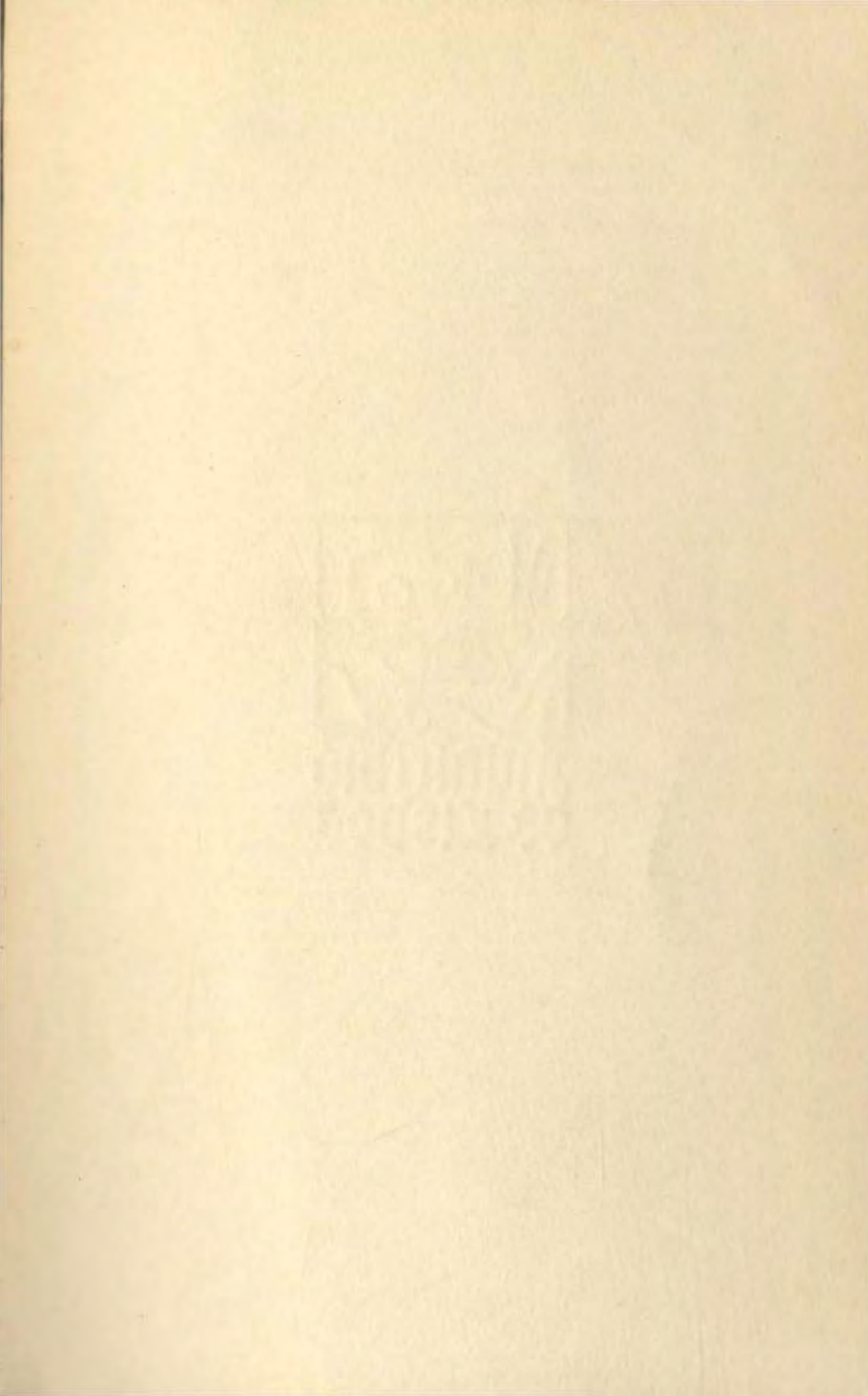
N. B. — Aqui se oferece aos leitores da *Lisboa Antiga* uma cópia da vista do livro de Luís Gonzaga Pereira representando o estado do convento da Trindade em 1833. A esquina à esquerda é sobre a rua larga de S. Roque. A fachada que se vê é a do sul. Pedese ao leitor a mande colar na página 368 do volume 1.^o.

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



CONCORDIA E INTERESSE
DE ORIGINE DEUTICA
DE CANADA MEMORIAL DE LINDA

C. M. L.
G-3 EE
DE 25 JUL
OLISIP





MON 131-P CMLE0 4186



021709

LISBOA
ANTIGA

—
O BAIRRO
ALTO

VOL. II

MON

/ 131

P